

RELATÓRIO DA DEMOCRACIA 2024

A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas



Variedades de Democracia (V-Dem) é uma abordagem única de medir a democracia – histórica, multidimensional, diferenciada, e desagregada – utilizando uma metodologia inovadora.

Variedades de Democracia (V-Dem) produz a maior base de dados sobre democracia a nível global, com mais de 31 milhões de dados para 202 países entre 1789 e 2023. Com a participação de mais de 4200 académicos e especialistas nos diversos países, V-Dem mede mais de 600 diferentes atributos da democracia.

Reconhecemos com gratidão o apoio dos nossos financiadores ao longo dos anos. Para saber mais sobre os nossos financiadores, visite:
<https://v-dem.net/about/funders/>

O Relatório de Democracia é uma publicação do Instituto V-Dem, e os pontos de vista e opiniões aqui expressos não refletem a posição oficial do Projeto V-Dem nem do Comité de Direção V-Dem.



Produzido pelo Instituto V-Dem da Universidade de Gotemburgo

Equipa do Instituto V-Dem: Fabio Angiolillo (Investigador de pós-doutoramento), Cecilia Borella (Assistente da Equipa de Dados), Susanna Burmeister (Assistente Administrativo e Financeiro), Linnea Fox (Gestora de Dados e Engenheira de Dados), Lisa Gastaldi (Analista de dados e Gestora de Programas), Ana Good God (Coordenadora da Recolha de Dados), Sandra Grahm (Coordenadora da Recolha de Dados), Sara Haug Andersson (Responsável pelas comunicações), Melina Liethmann (Gestora de Dados e Engenheira de Dados), Martin Lundstedt (Investigador), Valeriya Mechikova (Professora Auxiliar), Natalia Natsika (Gestora de Programas), Marina Nord (Investigadora de pós-doutoramento), Evie Papada (Analista de investigação e políticas públicas), Josefine Pernes (Diretora Executiva e Diretora de Financiamentos), Oskar Rydén (Cientista de Dados Sénior), Maria Verkhovtseva (Gestora de Programas), and Staffan I. Lindberg (Diretor e Professor).

Editor: Staffan I. Lindberg

Designer CR da Europa do Sul: Lina Cardoso

Tradução: Joana Rafael Pereira

Impressão da versão portuguesa: Europress, L.d.ª

ISBN da versão portuguesa: 978-989-781-976-6

Depósito legal:

Foto de Capa: Uma mulher coloca o seu voto numa urna numa mesa de voto no dia das eleições em Funafuti, a capital de Tuvalu, nação do Pacífico Sul, a 25 de janeiro de 2024. (Sam Pedro/AFP via Getty Images)

Como citar o relatório principal: Nord, Marina, Martin Lundstedt, David Altman, Fabio Angiolillo, Cecilia Borella, Tiago Fernandes, Lisa Gastaldi, Ana Good God, Natalia Natsika, and Staffan I. Lindberg. 2024. Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot. University of Gothenburg: V-Dem Institute.

March 2024

Copyright ©2024 pelo V-Dem Institute. Todos os direitos reservados.

V-Dem Institute:

Departamento de Ciência Política

Universidade de Gotemburgo

Gotemburgo, Suécia

contact@v-dem.net

+46 (0) 31 786 30 43

www.v-dem.net

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS



github.com/vdeminstitute



facebook.com/vdeminstitute



instagram.com/vdeminstitute/



linkedin.com/vdeminstitute/



twitter.com/vdeminstitute



youtube.com/@vdeminstitute

Índice

Prefácio e edição portuguesa 5

Umhas palavras da equipa 7

Sumário Executivo 8

1. A Democracia no Mundo 11

Autocracias e Democracias 13

A Liberdade de Expressão e as eleições a piorar 17

2. Tendências de Mudança de Regime 21

O mundo continua a tornar-se mais autocrático 21

60 Países em episódios de mudança 23

3. Países em Autocratização 25

Autocratização autónoma 26

Autocratização após fase democratizadora 27

As eleições também estão a ser atacadas pelos autocratas 29

4. Países em Democratização 33

Democratização autónoma 33

Democratização após fase autocratizadora 35

A liberdade de expressão e dos meios de comunicação social são as que mostram mais progressos 37

5. Janelas para o Futuro 41

25 “Casos limite” de Autocratização 41

9 “Casos limite” de Democratização 42

2024 – O Ano de Eleições 42

A Tecnologia Digital como instrumento de repressão 46

Comentário ao Relatório da Democracia 48

Metodologia V-Dem 50

Publicações da Equipa V-Dem 52

Figuras e Tabelas de Dados 54



Vista do Miradouro de Santa Luzia, Lisboa
Panteão no centro
(Foto Lina Cardoso)

Prefácio à edição portuguesa

É com imenso prazer que inauguramos a publicação regular em língua portuguesa do relatório anual *Variedades de Democracia* (V-Dem), uma iniciativa conjunta do Centro Regional V-Dem para a Europa do Sul e do CEI – Centro de Estudos Internacionais do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. A rede V-Dem é um dos maiores projetos colaborativos nas ciências sociais contemporâneas e a publicação deste relatório em português constitui o culminar de uma série de investigações sobre os processos de democratização da Europa do Sul, que agora se alarga ao mundo lusófono. As suas origens intelectuais remontam aos anos de 2009-2011, quando Tiago Fernandes foi investigador visitante no Kellogg Institute for International Studies da Universidade de Notre Dame e participou no grupo de trabalho sobre conceptualização e medição da democracia liderado por Michael Coppedge e nas primeiras discussões do projeto V-Dem, coordenado por Michael Coppedge e Staffan Lindberg. Desde 2016, em estreita parceria com Staffan Lindberg, o fundador e diretor do Instituto V-Dem da Universidade de Gotemburgo e com o apoio financeiro da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), fundou-se o Centro Regional V-Dem para a Europa do Sul, publicando-se desde então uma série de livros e artigos sobre as causas e as consequências da democratização desta região (www.v-dem.net/about/regional-centers/southern-europe/).¹

A primeira edição do relatório anual V-Dem em língua portuguesa pretende também assinalar o 50.º aniversário da revolução portuguesa de 1974, o processo político que deu início à terceira vaga de democratização, primeiro na Europa do Sul e na América Latina, e a partir dos anos 1990, na Europa de Leste, Ásia e África. Mais ainda, foi também em 1974 que se iniciaram os processos de descolonização e independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e uns

anos mais tarde, Timor-Leste. É por isso altura de refletir sobre os legados, as conquistas e os retrocessos da democracia no mundo lusófono, cinquenta anos depois de a experiência portuguesa ter mostrado ao mundo a possibilidade de democratização e tolerância mútua após décadas de autoritarismo e colonialismo. A publicação anual deste relatório irá preencher essa lacuna. Em primeiro lugar, disponibiliza pela primeira vez ao mundo da língua portuguesa, informação anual atualizada sobre a evolução do estado da democracia a nível global. O mundo lusófono carece de um relatório deste género na sua própria língua. O português é uma língua verdadeiramente global. Ocupa o quinto lugar nas línguas faladas do mundo, o terceiro no hemisfério ocidental e o primeiro no hemisfério sul. É também falado em todos os continentes. Mas pretende ser também um fórum de reflexão comparativa e teórica sobre as dinâmicas políticas do mundo lusófono, onde encontramos uma diversidade de regimes políticos, desde democracias consolidadas (Portugal, Cabo Verde e Timor-Leste), sob erosão, embora temporariamente corrigida (Brasil) e instáveis (São Tomé), a autocracias robustas (Angola), competitivas (Moçambique) e propensas a golpes militares (Guiné-Bissau). Esta variação precisa de ser debatida, explicada e teorizada.

Por último, este relatório pretende cimentar colaborações entre o Centro Regional V-Dem para a Europa Sul, o CEI-Iscte e toda a comunidade que a nível internacional se interessa pelo mundo lusófono. Ao disponibilizar pela primeira vez em língua portuguesa uma avaliação regular e atualizada sobre o estado da democracia no mundo lusófono, baseada num conhecimento académico rigoroso, esperamos não só encorajar um debate público esclarecido, mas também proporcionar um recurso crucial para as comunidades política, jornalística e académica. Convidamos, por isso, todos os interessados a contactar-nos: Tiago.Luis.Fernandes@iscte-iul.pt



Tiago Fernandes

Professor, Dep. de Ciência Política e Políticas Públicas,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa
Diretor, Centro Regional V-Dem Europa do Sul



Ana Mónica Fonseca

Professora, Dep. de História
Diretora, CEI – Centro de Estudos Internacionais,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

¹ T. Fernandes, ed., *Democratic Quality in Southern Europe: France, Greece, Italy, Portugal, and Spain*, U. of Notre Dame Press, 2024; T. Fernandes, *Portugal, 1974-1975. Revolução, Contrarrevolução e Democracia*, Lisboa, FFMS, 2024; T. Fernandes, J. Cancela, E.R. Sanches, J.S. Pereira, *Democracia, Instituições e Cultura Política*, Lisboa, FFMS, 2019; T. Fernandes, ed., *Variedades de Democracia na Europa do Sul*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

V-Dem em Números

ONDE SÃO UTILIZADOS OS DADOS V-DEM?



A base de dados V-Dem foi descarregada por utilizadores **360.000 vezes** em **mais de 200 países** desde 2016.



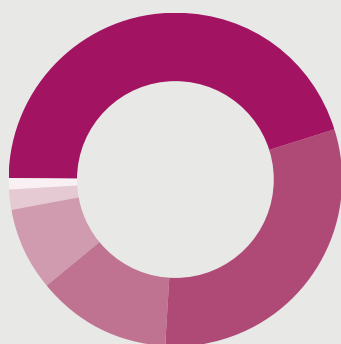
23 milhões de gráficos foram criados com ferramentas online por utilizadores em **mais de 200 países** desde 2016.



Padrões Globais, Conhecimento Local: mais de 63% dos dados são fornecidos por especialistas locais nascidos ou a residir no país que codificam.

DOWNLOADS DA BASE DE DADOS (2016-2023)

360,000



- Europa, 45%
- América do Norte, 30%
- Ásia, 13%
- América Latina, 8%
- África, 3%
- Oceânia, 1%

V-DEM É UM ESFORÇO INTERNACIONAL COMPOSTO POR

18

COLABORADORES
NO INSTITUTO V-DEM

33

GESTORES REGIONAIS

23

GESTORES DE PROJETOS

134

COORDENADORES NACIONAIS

5

INVESTIGADORES PRINCIPAIS

4,200+

ESPECIALISTAS NACIONAIS

A TRABALHAR EM CONJUNTO PARA PRODUIR

31,000,000

DADOS NA BASE DE DADOS V14

CODIFICADORES ESPECIALIZADOS NASCIDOS EM 185 PAÍSES DIFERENTES

4,200+



Média dos anos passados no país codificado: 39



Percentagem de codificadores com doutoramento: 73%



Média de idades: 47 anos



Género: 73% Homens, 27% Mulheres

PUBLICAÇÕES V-DEM E APRESENTAÇÕES A COMUNIDADES ACADÉMICAS E POLÍTICAS

8

RELATÓRIOS DA DEMOCRACIA

39

RELATÓRIOS DE POLÍTICAS

870+

APRESENTAÇÕES em todo o mundo por académicos do V-Dem desde 2007

180

ARTIGOS

147

WORKING PAPERS

120+

ACADÉMICOS CONVIDADOS fizeram apresentações no Instituto V-Dem desde 2014

Umas Palavras da Equipa

TEMOS O PRAZER DE APRESENTAR o 8.º anual Relatório da Democracia 2024 do Instituto Variedades da Democracia (V-Dem): A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas. O Instituto V-Dem é organizado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de Gotemburgo, funcionando como sede do projeto internacional V-Dem, com a principal responsabilidade de gerir a recolha anual de dados, mas também de desenvolver diversos projetos independentes.

O RELATÓRIO DA DEMOCRACIA é uma iniciativa do Instituto e somente o grupo de autores do Instituto é responsável pelo seu conteúdo. Esperamos que o Relatório da Democracia 2024 lhe seja útil. Ainda este ano, está previsto o lançamento de edições em espanhol e português, graças ao Professor David Altman, da Pontificia Universidad Católica de Chile e do Centro Regional para a América Latina, e ao Professor Tiago Fernandes, do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e do Centro Regional para a Europa do Sul.

O RELATÓRIO 2024 mostra que a autocratização continua a ser a tendência dominante, como relatámos em Relatórios da Democracia anteriores. A novidade deste ano é um olhar sistemático sobre as mudanças de regime – países que estão a registar declínios democráticos apesar de terem melhorado recentemente (o que designamos por autocratização após fase democratizadora ou *Bell-Turn*) e, inversamente, países que estão a melhorar apesar de terem tido recentemente um período de declínio (a que chamamos democratização após fase autocratizadora ou *U-Turn*). Esta volatilidade é frequentemente ocultada quando se analisa simplesmente a diferença entre os atuais níveis de democracia dos países e os níveis de há dez anos, como se fez em Relatórios da Democracia anteriores. No entanto, a volatilidade democrática dos países é de interesse substancial. Não menos importante, os exemplos de países que travaram e inverteram o processo de autocratização são fundamentais para que os atores pró-democráticos aprendam com eles. Do mesmo modo, os exemplos de países em que a democratização se inverteu em pouco tempo são exemplos da forma como a democratização pode não conseguir estabelecer-se de forma permanente naqueles momentos em que está quase a estabelecer-se. Pensamos que esta nova análise fornece uma descrição mais matizada das tendências de mudança de regime e informa o leitor sobre a forma como tanto a democratização como a autocratização podem ser travadas e invertidas.

DESDE 2019, o Instituto V-Dem tem acolhido, também, a recém-criada infraestrutura (inter) nacional DEMSCORE, que reúne algumas das principais infraestruturas de investigação e bases de dados contextuais do mundo. Mais informações podem ser encontradas em <https://www.demscore.se/>. Adicionalmente, ao longo do último ano, o V-Dem tem expandido as colaborações existentes e iniciado novas.

VARIEDADES DA DEMOCRACIA é uma colaboração internacional que envolve mais de 4200 académicos de mais de 180 países. Inclui o enorme apoio e os contributos dos Especialistas nacionais, Coordenadores Nacionais, Gestores Regionais e Gestores de Projeto. Sem todos vós, o V-Dem não seria possível. A nova versão 14 da base de dados V-Dem contém 31 milhões de pontos de dados e engloba 202 países entre 1789 e 2023. Convidamo-lo a visitar <https://www.v-dem.net/>, descarregar os dados, experimentar as ferramentas gráficas inovadoras e utilizar os recursos adicionais, tais como os resumos de políticas, os relatórios por país e temáticos, assim como a nossa série de working papers académicos.

A Equipa do Instituto V-Dem



Fila de trás: Linnea Fox, Oskar Rydén, Melina Liethmann, Valeriya Mechkova, Fabio Angiolillo. **Fila da frente:** Hennie Refstad Steinveg, Sara Haug Andersson, Martin Lundstedt, Marina Nord, Staffan I Lindberg, Anna Good God, Cecilia Borella, Natalia Natsika. **Não aparecem na fotografia:** Susanna Burmeister, Lisa Gastaldi, Sandra Grahn, Evie Papada, Josefina Pernes e Maria Verkhovtseva.

O Relatório da Democracia 2024 vai estar disponível, brevemente, em Espanhol e Português

Versão Espanhola

Reporte de la Democracia: Democracia ganando y perdiendo en las urnas

Tradução e produção pelo Centro Regional V-Dem na América Latina, dirigido pelo Professor David Altman.

Versão Portuguesa:

Relatório da Democracia: A Democracia a ganhar e a perder nas urnas

Tradução e produção pelo Centro Regional V-Dem na Europa do Sul, dirigido pelo Professor Tiago Fernandes.

Sumário Executivo

1. A Democracia no Mundo

- O nível de democracia de que beneficia o cidadão comum no mundo em 2023 desceu para níveis semelhantes a 1985; em termos de médias por país, regressou a níveis de 1998.
- Desde 2009 – quase 15 anos consecutivos – que a percentagem da população mundial que vive em países em autocratização ultrapassou a percentagem da população que vive em países em democratização.
- Este declínio é acentuado na Europa de Leste e na Ásia do Sul e Central.
- A América Latina e as Caraíbas contrariam a tendência global: os níveis de democracia aumentaram e grandes países são mais democráticos que os pequenos.

Autocracias e Democracias

- O mundo é dividido, quase equitativamente, entre 91 democracias e 88 autocracias.
- No entanto, 71% da população mundial – 5,7 mil milhões de pessoas – vive em autocracias – um aumento face aos 48% de há 10 anos atrás.
- As autocracias eleitorais têm o maior número de pessoas – 44% da população mundial, ou seja, 3,5 mil milhões de pessoas.
- 29% da população mundial – 2,3 mil milhões de pessoas – vivem em democracias liberais e eleitorais.
- Israel cai da categoria de democracia liberal pela primeira vez em mais de 50 anos.

Liberdade de Expressão e eleições a piorar

- Quase todas as componentes da democracia estão a piorar em mais países do que aqueles em que estão a progredir, em comparação com 10 anos atrás.
- A liberdade de expressão continua a ser a componente mais afetada da democracia, tendo vindo a piorar em 35 países em 2023.
- Eleições limpas são agora a segunda componente mais afetada – deteriorando-se em 23 países e progredindo em 12. Esta instituição fundamental da democracia costumava ser relativamente pouco afetada.
- A Liberdade de associação, incluindo a sociedade civil, é a terceira componente mais afetada – 20 países estão a restringir este direito, enquanto somente 3 estão a alargá-lo.

PAÍSES QUE REALIZARAM ELEIÇÕES EM 2024 E QUE ESTÃO A MELHORAR OU A REGREDIR NOS NÍVEIS DEMOCRÁTICOS

31
PAÍSES

3
PAÍSES

2. Tendências de Mudança de Regime

- Um total de 60 países está a viver episódios de transformação de regime – autocratização e democratização.
- A onda de autocratização é notável. A autocratização está em curso em 42 países, onde vivem 2,8 mil milhões de pessoas, ou seja, 35% da população mundial. A Índia, com 18% da população mundial, representa cerca de metade da população que vive em países em autocratização.
- Podem existir sinais de que a onda de autocratização está a abrandar, mas é preciso ser cauteloso com essa interpretação.
- A democratização está a ocorrer em 18 países, onde vivem apenas 400 milhões de pessoas, ou seja, 5% da população mundial. O Brasil corresponde a mais de metade desse número, com os seus 216 milhões de habitantes.

3. Países em Autocratização

- 42 países estão atualmente a viver episódios de autocratização.
- 28 dos 42 países em autocratização eram democracias no início do seu episódio. Dos 28, apenas cerca de metade, ou seja, 15, continuam a ser democracias em 2023.
- Dos 42 episódios a decorrer, 23 são processos autónomos (Stand Alone, na versão inglesa) e 19 são autocratizações após fase democratizadora (Bell-Turn, na versão inglesa), onde a democracia falhou e se transformou em autocracia.
- 8 dos principais 10 autocratizadores autónomos eram democracias liberais ou eleitorais. Em 2023, nenhuma é uma democracia liberal e apenas 2 continuam a ser consideradas democracia eleitorais.
- 8 das principais 10 autocratizações após fase democratizadora foram democracias em algum momento após a democratização. Apenas 3 continuam a ser democracias após o início do processo de autocratização, o que ilustra o facto de os processos de democratização serem frágeis e frequentemente reversíveis.
- De particular importância é o facto de as eleições estarem a ser cada vez mais debilitadas. A autonomia das Instituições de Organização Eleitoral (EMB, Electoral Management Body) está a enfraquecer substancialmente em 22 dos 42 países em autocratização.

4. Países em Democratização

- 7 dos 9 países que se democratizaram de forma autónoma deixaram de ser autocracias.
- Os 9 que se democratizaram de forma autónoma abrangem apenas 30 milhões de pessoas, e 5 desses 9 são estados insulares. Este facto reflete o menor impacto da democratização actual no mundo.
- 3 democratizadores após fase autocratizadora recuperaram os seus níveis iniciais de democracia, mas os outros 6 estão, ainda, em níveis inferiores aos do início do episódio.
- A liberdade de expressão e dos meios de comunicação social são áreas típicas de melhoria – aumentando substancialmente em mais de metade de todos os países em processos de democratização.

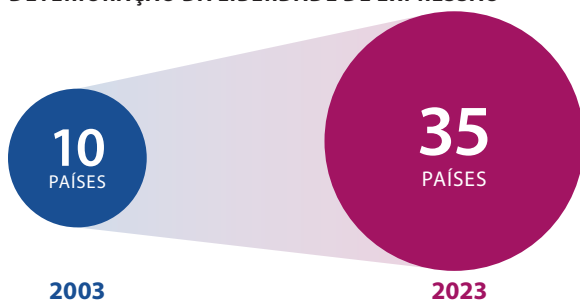
5. Janelas para o Futuro

- 25 países são “quase acontecimentos” de autocratização, ou seja, apresentam sinais de deterioração. Se a situação se mantiver, vários podem juntar-se à lista de países autocratizadores num futuro próximo.
- 9 países são “quase acontecimentos” de democratização e, por conseguinte, potenciais “fontes de esperança” para o futuro.
- 60 países realizam eleições nacionais este ano. Destes, 31 países têm os seus níveis de democracia a deteriorar-se, enquanto apenas 3 estão a melhorar.
- As eleições são “eventos críticos” que podem desencadear democratização, permitir a autocratização, ou ajudar a estabilizar os regimes autocráticos.

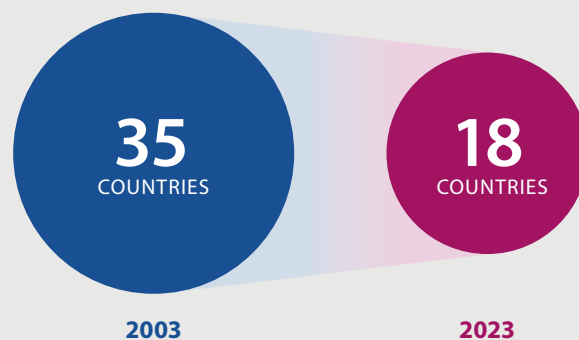
DETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DAS ELEIÇÕES



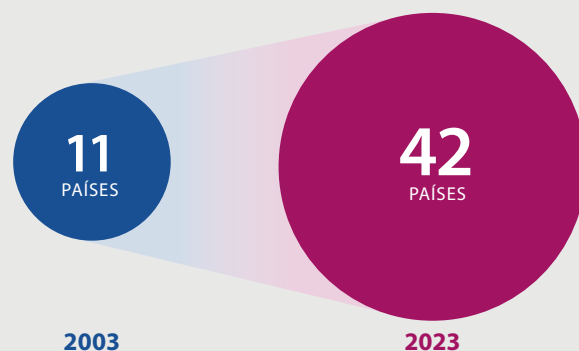
DETERIORAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO



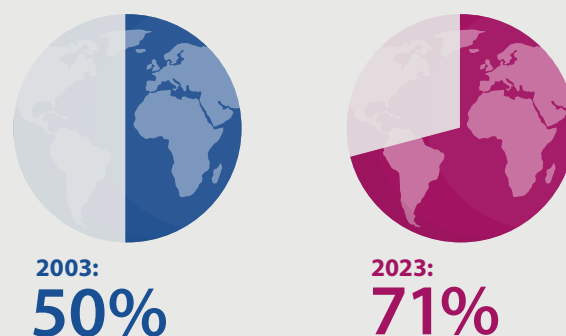
NÚMERO DE PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO



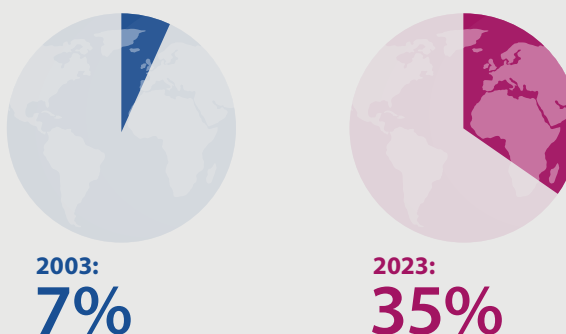
NÚMERO DE PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO



PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM AUTOCRACIAS



PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO





visão aérea de uma ponte pedonal onde se lê "Democracia" no centro de São Paulo, Brasil (Nelson Almeida/AFP através de Getty Images)

1 | Democracia no Mundo

- **O nível de democracia de que o cidadão comum no mundo em 2023 beneficia, desceu para níveis semelhantes a 1985; em termos de médias por país, regressou a níveis de 1998.**
- **Desde 2009 – quase 15 anos consecutivos – que a percentagem da população mundial que vive em países em autocratização ultrapassou a percentagem da população que vive em países em democratização.**
- **Este declínio é acentuado na Europa de Leste e na Ásia do Sul e Central.**
- **A América Latina e as Caraíbas contrariam a tendência global: os níveis de democracia aumentaram e os grandes países são mais democráticos que os pequenos.**

O mapa-mundo na Figura 1 mostra o estado da democracia em 2023 baseado no Índice de Democracia Liberal (IDL).¹ A democracia prevalece na Europa Ocidental e na América do Norte, assim como em partes do Leste Asiático e do Pacífico e na América do Sul. Os países mais autocráticos estão concentrados na América Central, no Leste Asiático, na Ásia do Sul e Central, no Médio Oriente e no Norte de África e na África Subsariana.

O nível de democracia de que o cidadão comum beneficia regressou a níveis de 1985

A democracia no mundo está em declínio. Todos os indicadores utilizados abaixo na Figura 2 mostram um retrocesso dos direitos e instituições democráticas: as médias nacionais (painel A), as médias ponderadas pela população (painel B), as médias ponderadas pelo território (painel C), e as médias ponderadas pelo PIB (painel D).

O nível de democracia em 2023 foi registado pela última vez em 1998, quando observamos as **médias nacionais** (linha vermelha no painel A).

Caixa 1. Democracia

É possível medir a democracia? V-Dem é uma abordagem única para conceitualizar e medir a democracia, distinguindo entre múltiplos princípios fundamentais da democracia: eleitoral, liberal, maioritário, consensual, participativo, deliberativo e igualitário. A principal base de dados V-Dem inclui mais de 60 índices e 500 indicadores. No website, encontram-se outras bases de dados de projetos associados, como por exemplo as Variedades de Partidos (V-Party), os Episódios de Transformação de Regime (ERT), o Projeto de Sociedade Digital (DSP) e as Variedades de Doutrinação (V-Indoc).

O Relatório da Democracia do Instituto V-Dem centra-se no Índice de Democracia Liberal (IDL). Este índice combina as principais instituições da democracia eleitoral com a dimensão liberal: restrições ao poder executivo por parte do poder judicial e legislativo e o Estado de direito que garante o respeito pelas liberdades civis.

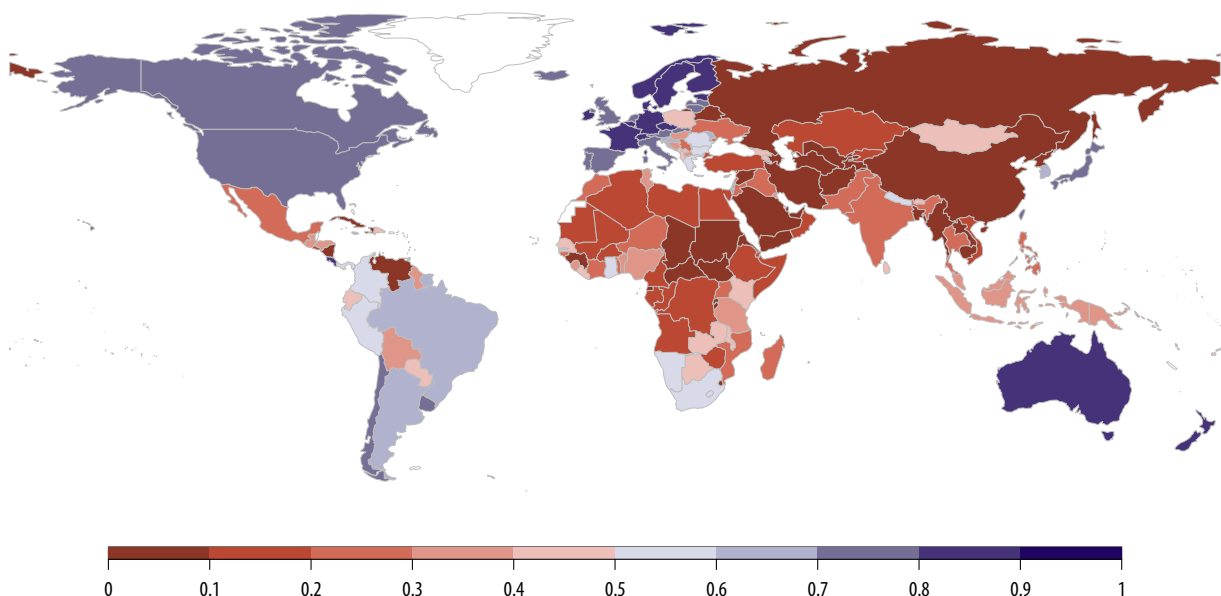
No Relatório da Democracia, ponderamos frequentemente os níveis de democracia em função da dimensão da população (em vez de médias simples em função do número de países). Isto deve-se ao facto de que a democracia significa governo por e para o povo. Por conseguinte, o número de pessoas no mundo que desfrutam de liberdades e direitos democráticos é crucial para descrever tendências.

Visite o website e explore os dados, por exemplo, ao utilizar as nossas ferramentas gráficas online: <https://v-dem.net>

Contudo, este declínio encontra-se dentro dos intervalos de confiança, o que significa que não conseguimos precisar a extensão da mudança que ocorreu. Deste modo, devemos ser cautelosos ao extrair conclusões demasiado fortes.

O nível de democracia de que o cidadão comum no mundo em 2023 beneficia desceu para níveis semelhantes a 1985 – há quase 40 anos.

FIGURA 1. O ESTADO DA DEMOCRACIA LIBERAL (IDL), 2023



¹ O Relatório da Democracia 2024 é baseado na base de dados V-Dem v14. Com cada atualização anual, o V-Dem melhora a qualidade dos dados e envolve um largo número de especialistas, o que pode levar à correção das pontuações reportadas em relatórios de anos anteriores. O Índice de Democracia Liberal (IDL) V-Dem recolhe tanto aspetos liberais como eleitorais da democracia e vai do nível mais baixo (0) ao mais alto (1) de democracia. A componente eleitoral é medida através do Índice de Democracia Eleitoral (IDE), que capta a medida em que todos os elementos da famosa articulação de Robert Dahl (1971) da "poliarquia" estão presentes, incluindo a qualidade das eleições, os direitos individuais, assim como a liberdade de expressão, dos meios de comunicação social e de associação. O Índice da Componente Liberal (ICL) recolhe os aspetos liberais, incluindo os pesos e contrapesos (checks and balances, na versão inglesa) em relação ao executivo, o respeito pelas liberdades civis, o Estado de Direito, e a independência do poder legislativo e judicial. Dahl, R.A. 1971. Polyarchy: participation and opposition. New Haven: Yale University Press

A linha vermelha no painel B traça o **nível de democracia ponderado pela população** de 2023 ao longo dos anos para demonstrar isso. Para colocar isto em perspectiva, o ano de 1985 marcou o final das ditaduras militares no Brasil e no Uruguai, numa altura em que a terceira vaga de democratização começava a ganhar força. Mikhail Gorbachev emergiu como líder da União Soviética e encontrou-se pela primeira vez com o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, na Cimeira de Genebra, como primeiro sinal do início do fim da Guerra Fria.

Se considerarmos as **médias ponderadas pelo território**, o nível da democracia encontra-se agora em níveis anteriormente observados em 1987 – o ano da crise entre a Índia e o Paquistão, seguido do alerta atómico paquistanês de 1987, que teve um grande impacto na região.

O nível de **democracia medido pelo tamanho relativo da economia** destaca-se, marcando a mudança mais acentuada. O mundo já se encontra abaixo do nível que tinha em 1973 – antes do início da terceira vaga de *democratização* que se iniciou com a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974.

Por que razão existem diferenças tão acentuadas entre as médias ponderadas por país e as restantes médias? É bastante simples. Os países grandes, com elevada população e grandes economias, como a Índia, o México, as Filipinas, o Paquistão, a Polónia, a Rússia e a Turquia registaram um declínio significativo no seu nível de democracia. Os países a avançar são normalmente países pequenos com menos população como as Seicheles, Timor-Leste e o Lesoto. Este ano, o Brasil juntou-se ao grupo dos que avançam, o que levou a uma ligeira alteração do panorama geral.

Desde 2009 – quase 15 anos consecutivos – que a percentagem da população mundial que vive em países em autocratização ultrapassou a percentagem da população que vive em países democratizantes. Muitos países em autocratização são, também, potências económicas e militares a nível regional e mundial.

Seria ingénuo ignorar o papel da dimensão da população e da dimensão económica dos países em determinar o futuro da democracia global. Existe uma abundância de investigação sobre o papel decisivo das potências globais e regionais em aspetos como a paz e segurança, os direitos humanos, e as liberdades democráticas. Analisámos as alterações

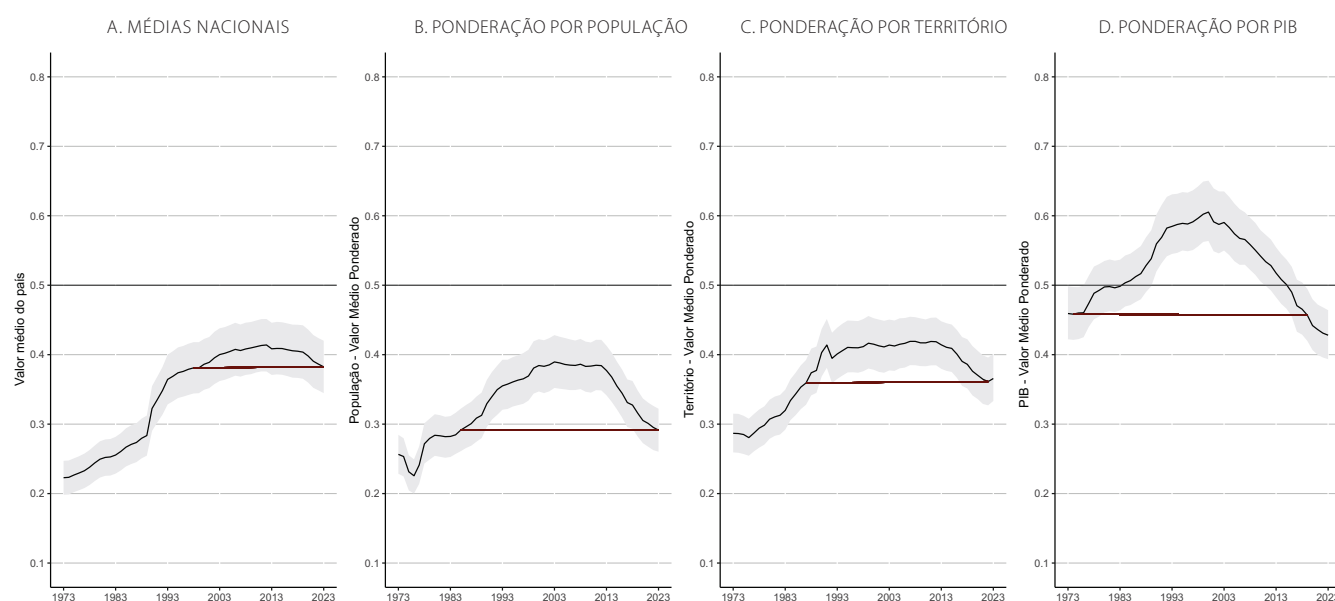
no equilíbrio do poder económico entre democracias e autocracias na Secção 5 do Relatório da Democracia 2023.

A AMÉRICA LATINA DESTACA-SE

Em nítido contraste com as restantes regiões do mundo, a democracia desfrutada pelo cidadão comum na América Latina e nas Caraíbas aumentou no último ano. Isto é principalmente o resultado de progressos registados recentemente no Brasil, o país mais populoso da região, com 216 milhões de cidadãos. Países mais pequenos como a Bolívia e as Honduras também contribuíram para esta mudança de direção. Todavia, o painel esquerdo na Figura 3 retrata um cenário diferente baseado nas médias nacionais. Segundo esta medida, a tendência para a democracia na América Latina e nas Caraíbas está a estabilizar. A região destaca-se em comparação com o resto do mundo, no sentido em que um país grande se encontra em processo de democratização, enquanto países pequenos estão em processo de autocratização. É também visível que o nível ponderado pela população tem sido muito mais elevado do que o nível baseado por países durante a maior parte do tempo. Por outras palavras, os países grandes na América Latina são, em média, mais democráticos do que os países mais pequenos e têm-no sido durante bastante tempo.

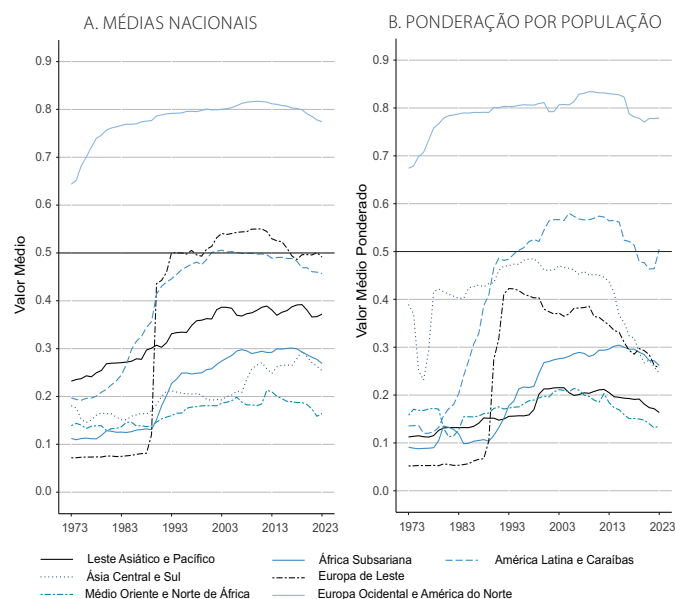
O declínio da democracia é mais acentuado na **Europa de Leste**, quando se consideram as médias ponderadas pela população (Figura 3, painel direito). O nível de democracia usufruído pelo cidadão comum na Europa de Leste tem vindo a diminuir gradualmente para níveis registados pela última vez em 1990, antes do colapso da União Soviética. A Bielorrússia e a Rússia são dois exemplos proeminentes da consolidação da autocracia pós-soviética na região e a sua dimensão populacional faz descer as médias. Nos últimos anos, a Hungria e a Sérvia, assim como a Croácia e a Roménia, estão a impulsionar esta tendência. As médias nacionais no painel direito mostram um quadro diferente, demonstrando que a democracia esteve a diminuir entre 2010 e 2018, mas que se manteve relativamente estável desde então. Em parte, isto reflete os progressos recentes em países menos populosos, como o Kosovo, o Montenegro e a Macedónia do Norte. A diferença geral entre as médias ponderadas pela população e as médias nacionais é acentuada. Na Europa de Leste, os países grandes e populosos são, em média, mais autocráticos do que os mais pequenos – o oposto da América Latina.

FIGURA 2. DEMOCRACIA LIBERAL POR MÉDIAS DE PAÍSES, PONDERAÇÕES POR POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E PIB, 1973-2023



As linhas pretas representam as médias globais no IDL com a área cinzenta a marcar os intervalos de confiança. O painel A é baseado em médias nacionais convencionais. Os painéis B, C e D mostram os níveis de democracia com ponderação por população, território e PIB, respetivamente. Os dados para as últimas três figuras foram retirados do Banco Mundial e de Fariss et al. (2021), ambos incluídos na base de dados V-Dem v14

FIGURA 3. NÍVEIS REGIONAIS DE DEMOCRACIA LIBERAL, 1973-2023



As linhas representam as médias regionais no IDL. O painel A baseia-se nas médias nacionais convencionais. O painel B indica os níveis de democracia ponderados pela dimensão populacional, utilizando dados do Banco Mundial, incluídos na base de dados V-Dem v14.

O nível de democracia está, também, em declínio acentuado na **Ásia Central e do Sul**, especialmente quando se considera a medida ponderada pela população. O nível de democracia liberal beneficiado pelo cidadão comum na região desceu a níveis registados pela última vez em 1975 – há quase um século. Foi nessa altura que terminou a Guerra do Vietname e quando Indira Gandhi declarou o estado de emergência na Índia. O nível de democracia ponderado pela população é afetado pela recente deterioração da democracia na Índia, com 1,4 mil milhões de cidadãos. Seguindo as médias nacionais (Figura 3, painel esquerdo), o declínio é menos acentuado. Até 2023, o nível de democracia na região, segundo a medida ponderada em função da população, encontra-se agora, aproximadamente, no mesmo nível que as médias nacionais: durante as últimas décadas, os países mais pequenos têm progredido gradualmente, enquanto que os países grandes foram diminuindo gradualmente os seus níveis de democracia.

Na **África Subariana**, a democracia encontra-se agora em níveis semelhantes aos registados por volta do ano 2000, não existindo diferenças acentuadas entre as medidas de democracia em função da população ou em função de médias nacionais, como demonstrado na Figura 3. Registaram-se deteriorações na região durante os últimos cinco anos, em parte devido a golpes de Estado no Gabão e no Níger em 2023 e tomadas de poder pelos militares em cinco outros países da região desde 2020 – Burkina Faso, Guiné, Mali, Sudão e Chade.

Os níveis de democracia no **Leste Asiático e no Pacífico**, no **Médio Oriente e Norte de África** e na **Europa Ocidental e América do Norte** mantiveram-se relativamente estáveis durante os últimos dois anos, porém os declínios nas médias ponderadas pela população ao longo da última década, são evidentes. Analisando a questão do ponto de vista das médias nacionais, o Leste Asiático e o Pacífico têm oscilado em torno do mesmo nível de democracia ao longo das últimas duas décadas. O Médio Oriente e o Norte de África têm vindo a diminuir os seus níveis gradualmente desde a Primavera Árabe. A Europa Ocidental e a América do Norte têm igualmente registado um declínio lento, mas constante desde 2010.

Autocracias e Democracias

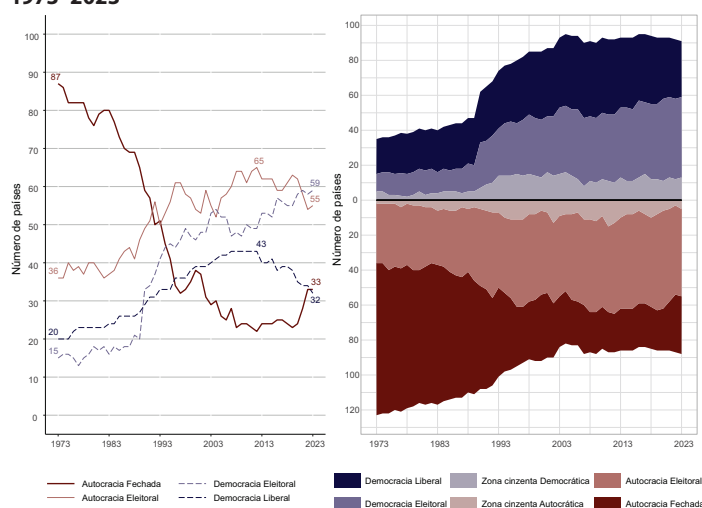
- O mundo é dividido, quase equitativamente, entre 91 democracias e 88 autocracias.
- No entanto, 71% da população mundial – 5,7 mil milhões de pessoas – vive em autocracias – um aumento face aos 48% de há 10 anos.
- As autocracias eleitorais têm o maior número de pessoas – 44% da população mundial, ou seja, 3,5 mil milhões de pessoas.
- 29% da população mundial – 2,3 mil milhões de pessoas – vivem em democracias liberais e eleitorais.
- Israel cai da categoria de democracia liberal pela primeira vez em mais de 50 anos.

Segundo a nossa melhor estimativa, utilizando a medida Regimes do Mundo (RoW),² no final de 2023 o mundo estava dividido de forma quase equitativa entre 91 democracias (liberais e eleitorais) e 88 autocracias (eleitorais e fechadas) – muito semelhante ao que registámos nos últimos anos. A Figura 4 (painel esquerdo) apresenta a contagem exata por categoria de regime nos últimos 50 anos, utilizando a medida RoW (ver Caixa 2 para mais detalhes). RoW tem por base os mesmos dados V-Dem que integram o IDL e esta categorização quádrupla capta algumas tendências globais mais amplas em termos de autocracia e democracia.

Naturalmente, classificações categóricas como a medida RoW sacrificam algumas nuances e correm o risco de classificar incorretamente os países quando os dados subjacentes os colocam em limiares ou muito perto deles. Portanto, subsiste alguma incerteza quanto aos regimes que estão próximos do limite entre a democracia e a autocracia. A Figura 4 (painel direito) mostra que existem 18 países que podem ser classificados incorretamente devido a essa incerteza de medição, uma vez que se encontram ou no “limite inferior” das democracias eleitorais (N=13) ou no “limite superior” das autocracias eleitorais (N=5).³ Tratamo-los como regimes de “zonas cinzentas”.

Tendo em conta esta incerteza, estamos confiantes de que existem pelo menos 78 democracias e 83 autocracias no mundo, enquanto na

FIGURA 4. TIPOS DE REGIME POR NÚMERO DE PAÍSES, 1973-2023



A Figura 4 apresenta o número de países (painel esquerdo) por tipo de regime. O painel direito tem em consideração a incerteza na medição, destacando o número de países da “zona cinzenta” acima ou abaixo da linha, distinguindo entre democracias e autocracias. As estimativas da “zona cinzenta” são baseadas na versão da medida RoW que inclui a incerteza (v2x_regime_amb no livro de código do V-Dem codebook, v14).

2 Lüthmann, A. et al. 2018. “Regimes of the world (RoW).” *Politics and Governance* 6(1).

3 Existe uma variante da medida RoW que modela a incerteza e identifica os países próximos dos limiares, ver a variável v2x_regime_amb in the V-Dem codebook, v14.

Caixa 2. Regimes do Mundo – Democratização e Autocratização

Democratização significa que um país está a fazer progressos em direção da democracia, independentemente do ponto de partida. **Autocratização** é o oposto (ver Figura 1).

A democratização pode começar numa autocracia (liberalização) ou numa democracia (intensificação), e inversamente, a autocratização pode começar numa democracia (retrocesso) ou numa autocracia (regressão).

Distinguimos entre quatro **tipos de regime**: Autocracias Fechadas e Eleitorais e Democracias Liberais e Eleitorais. Para o efeito, utilizamos a medida Regimes do Mundo (RoW) (v2x_regime). Existe, também, uma versão da medida RoW que considera a incerteza (v2x_regime_amb), que

utilizamos para identificar casos de “zonas cinzentas” onde os intervalos de confiança nos dados se sobrepõem, tornando a classificação mais incerta. São classificados como autocracias eleitorais de limite superior (“AE+”) ou como democracias eleitorais de limite inferior (“DE-”).

O RoW baseia-se nos dados do V-Dem, bem como nos índices de democracia liberal e eleitoral do V-Dem, mas não é oficialmente apoiado pelo Comité de Direção V-Dem.

Para mais detalhes, ver Lührmann et al. 2018. “Regimes of the World (RoW)”. *Politics and Governance* 6(1).

FIGURA 1. REGIMES E MUDANÇA DE REGIME

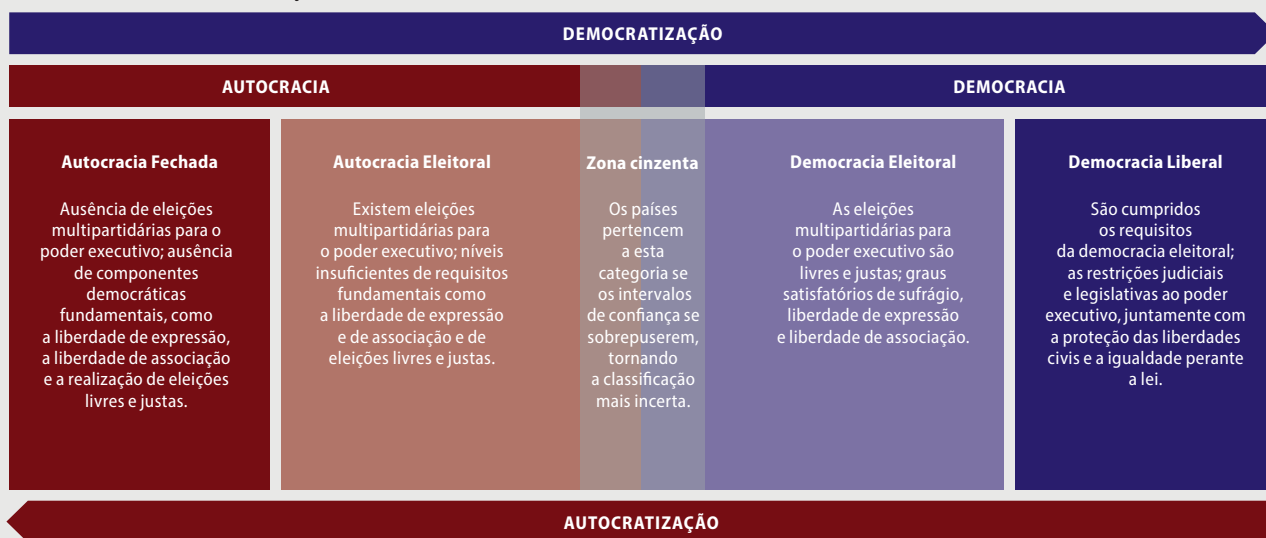


Tabela 1 listamos os regimes de “zonas cinzentas”, juntamente com uma categorização mais matizada de todos os países. Assim, o número de democracias pode variar entre 78 e 96, sendo 91 a nossa melhor estimativa, enquanto o número de autocracias pode variar entre 82 e 101 países, sendo 88 a nossa melhor estimativa.

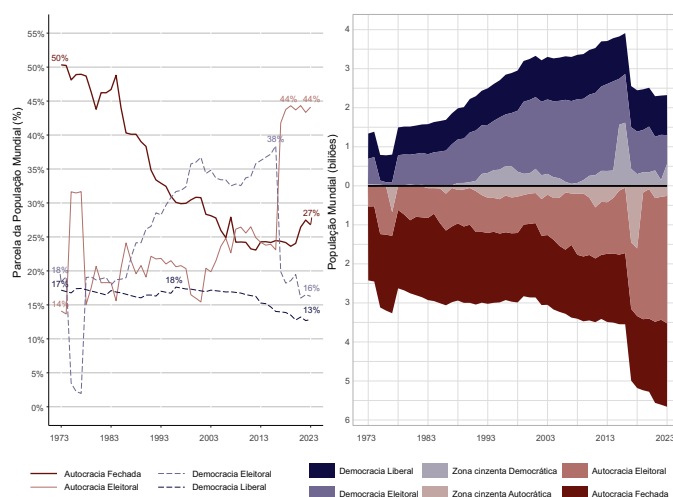
O painel esquerdo da Figura 4 mostra que o número de **democracias liberais** está a diminuir, passando de um pico de 43 em 2007-2012 para 32 em 2023. Em contraste, o número de autocracias fechadas tem vindo a aumentar, passando de um mínimo de 22 em 2012 para 33 em 2022-2023. O mundo atualmente mantém mais autocracias fechadas do que democracias liberais. A última vez em que tal ocorreu foi em 1995.

Só nos últimos dois anos, seis países transformaram-se em **autocracias fechadas**: Afeganistão, Burkina Faso, Chade, Guiné, Haiti e Turquemenistão. Este é outro alerta de como a presente onda global de autocratização está a afetar as autocracias. Não se trata apenas, ou talvez nem sequer principalmente, de “retrocessos democráticos”. Uma parte significativa das alterações para pior no mundo deve-se ao facto das autocracias se tornarem mais autocráticas.

O número de **autocracias eleitorais** tem vindo a aumentar acentuadamente nos últimos 50 anos, passando de 36 em 1973 para um pico de 65 em 2012, havendo 55 em 2023. Grande parte desta tendência ascendente explica-se pelo facto de muitas autocracias fechadas se terem liberalizado nas décadas de 1980 e 1990 e começado a realizar eleições multipartidárias. Algumas tornaram-se democracias, mas muitas estagnaram como autocracias eleitorais, como, por exemplo, a Argélia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, Moçambique, o Paquistão e o Uganda.

Durante os últimos 30 anos, as autocracias eleitorais têm sido o tipo de regime mais comum no mundo. Atualmente, assistimos a uma possí-

FIGURA 5. TIPOS DE REGIME POR POPULAÇÃO MUNDIAL, 1973–2023



A Figura 5 apresenta a percentagem de população mundial (painel esquerdo) por tipo de regime. O painel direito tem em consideração a incerteza da medição, destacando o número de países da “zona cinzenta” acima ou abaixo da linha, distinguindo entre democracias e autocracias.

vel mudança. As democracias eleitorais não só superaram em número as autocracias eleitorais, tornando-se o tipo de regime mais comum no mundo pelo terceiro ano consecutivo, como, em 2023, o seu número repetiu, também, o recorde de 59, estabelecido em 2021. Embora não haja muitos sinais positivos para a democracia no mundo atualmente,



este pode ser um dos que merecem ser registados. O único problema é que esta recente proeminência das democracias eleitorais é, em parte, uma consequência do retrocesso das democracias liberais.

A MAIORIA DAS PESSOAS VIVE EM AUTOCRACIAS

De acordo com a classificação RoW com base nos dados V-Dem, em 2023, 71% da população mundial – 5,7 mil milhões de pessoas – vive em **autocracias eleitorais ou fechadas**.⁴ Trata-se de um aumento em relação aos 48% da população mundial registados há dez anos. Este facto, registado na Figura 5 (painel esquerdo), é mais um alerta de como o mundo é afetado pela onda de autocratização que se está a desenrolar.

Uma pluralidade – 44% da população mundial ou 3,5 mil milhões de pessoas – reside em **autocracias eleitorais**, o que inclui países populosos como a Índia, o Paquistão, o Bangladesh, a Rússia, as Filipinas e a Turquia.

Autocracias fechadas com população numerosa incluem a China, o Irão, o Mianmar e o Vietname. Este tipo de regime representa 27% da população mundial ou 2,2 mil milhões de pessoas.

Em contrapartida, e apesar de ser o tipo de regime mais comum no mundo, 59 **democracias eleitorais** acolhem apenas 16% da população mundial. Alguns dos países mais populosos nesta categoria incluem a Argentina, o Brasil e a África do Sul.

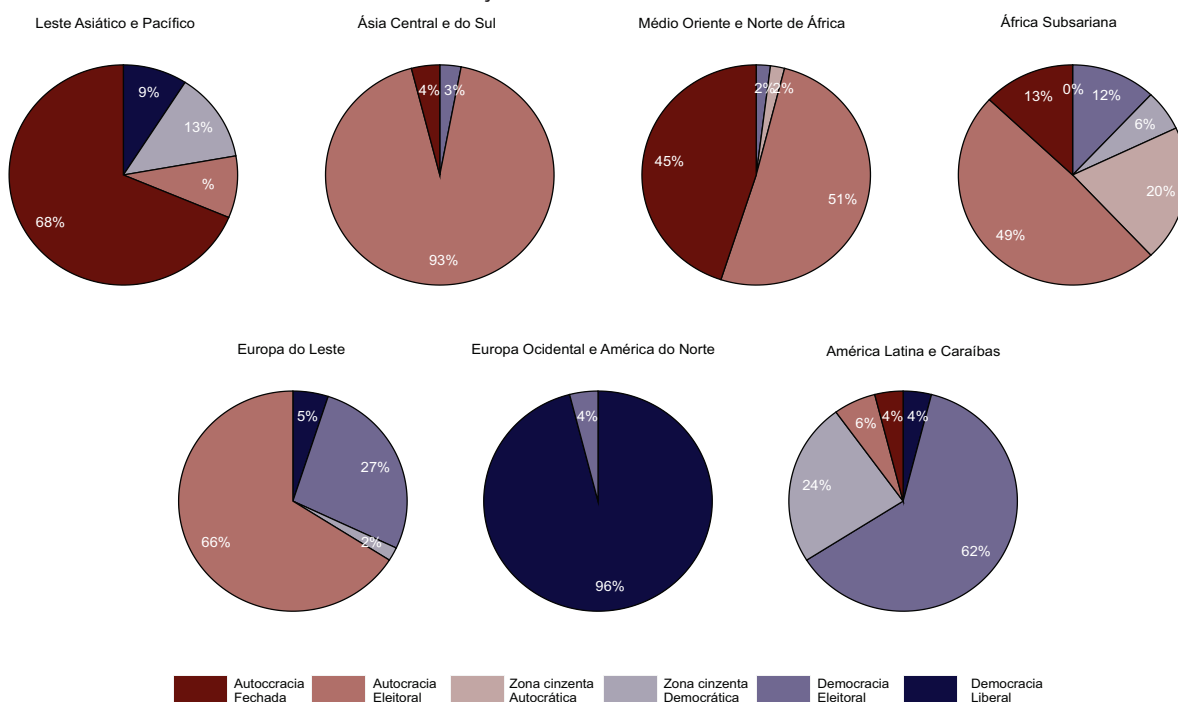
As 32 **democracias liberais** acolhem 13% da população mundial. Os Estados Unidos da América são, de longe, a maior democracia liberal, representando 4% da população mundial e cerca de um terço da população total a residir em democracias liberais.

Tendo em conta a incerteza, os países na “zona cinzenta” que podem ser incorretamente classificados têm uma percentagem de população de 10%-3% em autocracias eleitorais no “limite superior” e 7% de democracias eleitorais no “limite inferior”. Isto significa que, se todos estiverem classificados incorretamente, a percentagem da população mundial que vive em autocracias poderá ser tão elevada quanto 78% ou tão baixa quanto 68%.

Caixa 3. Porquê medidas ponderadas em função da população?

Uma vez que a democracia é o governo pelo povo, é importante saber quantas pessoas beneficiam de direitos e liberdades democráticas no mundo. A métrica em função da população é, então, mais indicativa da quantidade de pessoas no mundo que vive em democracia do que simples médias entre países. Médias nacionais dão o mesmo peso a progressos registados em países pequenos, como as Seicheles (um dos países com melhores desempenhos) e aos declínios registados num país enorme como a Índia (um dos piores países em processo de autocratização nos últimos tempos). Quando se fala do declínio democrático registado em grande parte do mundo, não pensamos que os avanços de países pequenos compensam declínios num maior. Por isso, focamo-nos nas métricas em função da população, enquanto também apresentamos as médias que dão igual peso a todos os países.

⁴ As percentagens ao longo do relatório estão arredondadas. Os 71% aqui mencionados resultam da agregação de valores arredondados para autocracias liberais e eleitorais na Figura 4. Os dados acerca da população provêm do Banco Mundial, incluído na base de dados V-Dem v14.

FIGURA 6. PERCENTAGENS REGIONAIS DA POPULAÇÃO POR TIPO DE REGIME, 2023

A Figura 6 representa a percentagem da população a viver em democracias liberais, democracias eleitorais, autocracias eleitorais e autocracias fechadas, incluindo as subcategorias “zonas cinzentas”, por regiões do mundo.

AMPLAS DIFERENÇAS REGIONAIS

Existe uma variação significativa entre regiões no que respeita à percentagem da população que desfruta de liberdades e direitos democráticos ou que está sujeita a opressão nas autocracias. A Figura 6 mostra a situação no final de 2023 em sete regiões do mundo.

No **Leste Asiático e no Pacífico**, 78% da população reside em autocracias, sendo-lhes negados alguns ou todos os direitos e liberdades democráticas. Isto inclui autocracias fechadas, como a China e o Vietname, e autocracias eleitorais, como Singapura e as Filipinas. Apenas 9% da população regional vive em democracias liberais como o Japão e a Austrália. Não existem países na região que sejam seguramente democracias eleitorais, mas 13% da população vive em democracias eleitorais de “zonas cinzentas”, onde os limites de incerteza se sobrepõem aos limiares da autocracia eleitoral. A Indonésia e a Malásia são dois exemplos proeminentes em 2023. A Tailândia passou, na classificação RoW, de uma autocracia fechada para uma autocracia eleitoral, enquanto a Malásia – pela primeira vez na sua história – passou de uma autocracia eleitoral de “zona cinzenta” para uma democracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2023.

A **Ásia Central e do Sul** é atualmente a segunda região mais autocrática do mundo. Mais de nove em cada dez pessoas, ou seja, 93% da população reside em autocracias eleitorais como a Índia, o Bangladesh, o Paquistão e o Cazaquistão. O Afeganistão, o Turquemenistão e o Uzbequistão são autocracias fechadas, representando 4% da população regional. Apenas 3% residem em democracias eleitorais, incluindo países como a Arménia e a Geórgia, enquanto apenas um país, o Butão, é uma democracia liberal. Em 2023, apenas a Mongólia passou de um regime de democracia eleitoral para a “zona cinzenta” democrática.

O **Médio Oriente e o Norte de África (MONA)** mantém-se como a região mais autocrática do mundo, com 98% da sua população a residir em autocracias. Uma grande percentagem (45%) vive em autocracias fechadas, como o Irão, a Líbia e a Arábia Saudita, mas 53% vive em autocracias eleitorais, como a Turquia e o Iraque. 2% da população regional reside na Tunísia, que se encontra na categoria de autocracia eleitoral da “zona cinzenta”. Os restantes 2% vivem em Israel. Em particular, Israel perdeu o seu antigo estatuto de democracia liberal em 2023, sendo

atualmente classificado como democracia eleitoral – pela primeira vez em mais de 50 anos. Isto deve-se principalmente a declínios substanciais nos indicadores que medem a transparência e a previsibilidade da lei e aos ataques do governo ao poder judicial. Entre outras coisas, o Knesset de Israel aprovou um projeto de lei, em 2023, que retira ao Supremo Tribunal o poder de declarar que as decisões do governo não são razoáveis. Os indicadores que estão em declínio substancial incluem, também, a liberdade contra a tortura.

Na **África Subsariana**, a grande maioria das pessoas (82%) reside em autocracias eleitorais e em autocracias fechadas, como a República Democrática do Congo, a Etiópia, a Somália e o Zimbabué. Isto faz com que seja a terceira região mais autocrática do mundo. No entanto, 20% reside em quatro autocracias eleitorais de “zona cinzenta”: Benim, Ilhas Maurícias, Nigéria e Serra Leoa. Contudo, a maioria destes quatro países tende mais para uma classificação quase-autocracia. Entretanto, 18% vive em democracias eleitorais, como o Gana e a África do Sul, dos quais 6% se encontram em três democracias eleitorais de “zona cinzenta”: Botsuana, Quênia e Zâmbia. As Seicheles continuam a ser a única democracia liberal na região. Quatro dos países da região perderam o estatuto de democracias liberais na última década: a África do Sul em 2013, as Maurícias em 2014, o Gana em 2015 e Botsuana em 2021. Quatro países desta região também mudaram o tipo de regime em 2023. Três desses – Níger, Maurícias e Serra Leoa – passaram de democracia eleitoral para autocracia eleitoral e um, o Burkina Faso, passou de autocracia eleitoral para autocracia fechada.

Na **Europa do Leste**, 66% da população vive em autocracias eleitorais como a Hungria, a Rússia e a Sérvia. As democracias eleitorais acolhem 29% da população em países como a Bulgária, a Croácia e a Roménia. Destes, 2% vivem nas ambíguas democracias eleitorais de “limite inferior” – Albânia e Bósnia e Herzegovina. Apenas 5% residem em democracias liberais, como a República Checa, a Estónia e a Letónia. A Eslovénia é o único país da região que se deteriorou no tipo de regime em 2023, passando de uma democracia liberal para uma democracia eleitoral, enquanto a Macedónia do Norte e o Montenegro melhoraram, passando de democracias eleitorais de “zona cinzenta” para estatuto não ambíguo de democracia eleitoral.

A **Europa Ocidental e a América do Norte** continuam a ser as regiões mais democráticas do mundo e a maioria dos seus habitantes (96%) vive em democracias liberais. Os restantes 4% vivem em democracias eleitorais. Chipre e Portugal passaram de democracias liberais para democracias eleitorais em 2023, enquanto que a Áustria e a Grécia fizeram a mesma transição em 2021 e 2022, respetivamente.

A grande maioria dos **latino-americanos** (86%) vive em democracias eleitorais, como a Argentina e o Brasil, e 4% vive em democracias liberais, como o Chile e o Uruguai. No entanto, a América Latina é, também, a região com a maior percentagem da população a viver em regimes de “zona cinzenta”. Nada menos que 24% das pessoas residem na Guatemala, Guiana, Honduras e México – países no limite inferior das democracias eleitorais que só se qualificam como democracias com um certo grau de incerteza. As autocracias na região são, comparativamente, países mais pequenos, como Cuba, Nicarágua e Venezuela, correspondendo a 10% dos habitantes da região. O único país que mudou decididamente o tipo de regime em 2023 foi o Suriname, passando de uma democracia eleitoral para uma democracia liberal, enquanto que o México, país em processo de autocratização, se deteriorou de uma democracia eleitoral para uma democracia eleitoral de “zona cinzenta”.

A Liberdade de Expressão e as eleições a piorar

- Quase todas as componentes da democracia estão a piorar em mais países do que aqueles em que estão a progredir, em comparação com 10 anos atrás.
- A liberdade de expressão continua a ser a componente mais afetada da democracia, tendo vindo a piorar em 35 países em 2023.
- Eleições limpas são agora a segunda componente mais afetada – deteriorando-se em 23 países e progredindo em 12. Esta instituição fundamental da democracia costumava ser relativamente pouco afetada.
- A liberdade de associação, incluindo a sociedade civil, é a terceira componente mais afetada – 20 países estão a restringir este direito, enquanto somente 3 estão a alargá-lo.

A maioria dos componentes da democracia está em declínio em mais países do que aqueles em que estão a progredir – em forte contraste com o que se verificava há uma década, quando o oposto se registava. A Figura 7 mostra a extensão das mudanças. O painel esquerdo mostra o número total de países em que diferentes aspetos da democracia melhoraram ou se deterioraram até 2013 em comparação com 2003, enquanto o painel direito mostra o mesmo para os últimos dez anos, 2023 em comparação com 2013.

A **liberdade de expressão** continua a ser o aspeto mais afetado da democracia e está em declínio em 35 países em 2023 (painel direito), melhorando apenas em onze. Este aspeto inclui a liberdade dos meios de comunicação social, a liberdade dos cidadãos para discutir assuntos políticos, assim como a liberdade de expressão académica e cultural. Há dez anos, apenas onze países limitavam a liberdade de expressão, enquanto doze a expandiam.

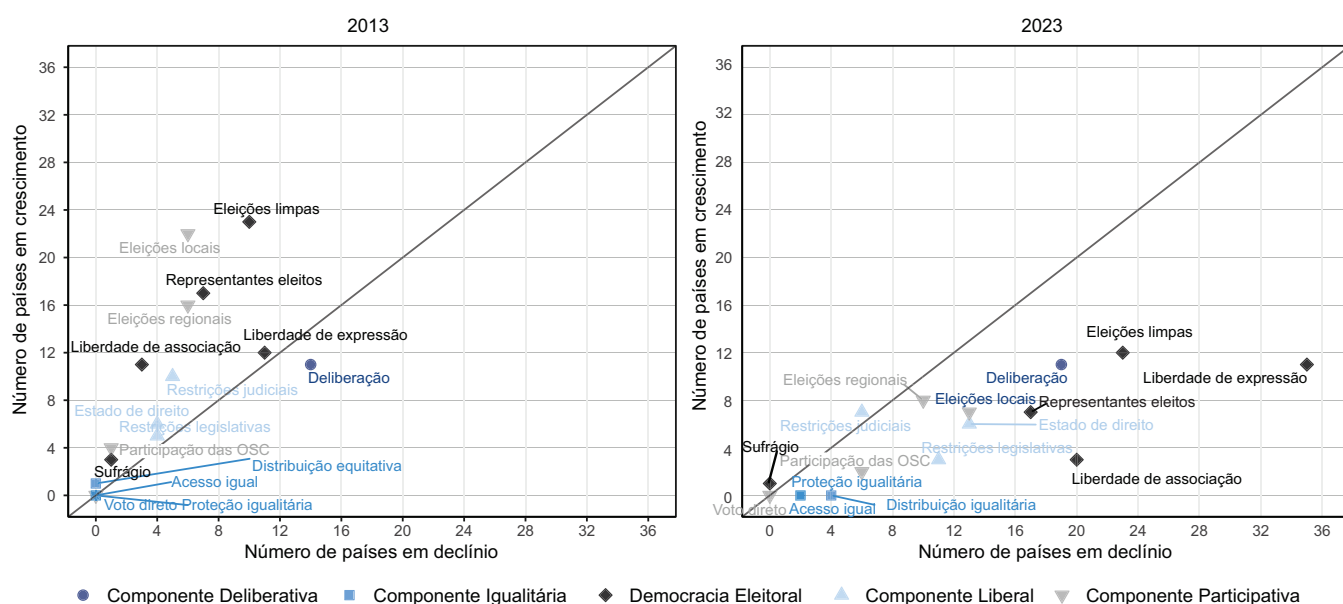
O **Índice de Eleições Limpas** avalia em que medida as eleições são livres e justas. Este aspeto essencial da democracia – a liberdade, a equidade e a integridade das eleições – estava em 2013 a deteriorar-se em dez países e a melhorar em 23. Em 2023, os dados indicam uma inversão completa: a qualidade das eleições está a piorar em 23 países e a melhorar em doze.

A **liberdade de associação** é a terceira componente da democracia mais afetada em 2023, deteriorando-se em 20 países e melhorando em apenas três. Em 2013, estava em declínio em três países e a progredir em onze. Este aspeto da democracia capta a medida em que os partidos são autorizados a formar-se e a participar em eleições, bem como a medida em que as organizações da sociedade civil podem formar-se e operar livremente.

A **deliberação** é a única componente a regredir em ambos os painéis. Encontra-se em declínio em 19 países em 2023, em comparação com 14 em 2013, enquanto está a progredir em onze países, tanto em 2013 como em 2023. A componente deliberativa mede o respeito pela oposição, o pluralismo e os contra-argumentos com diversos indicadores diferentes, sendo central para o processo democrático.

Dois aspetos da **Componente Liberal** enfraqueceram substancialmente nos últimos dez anos. O Estado de direito está em declínio em 13 países em 2023, enquanto há dez anos estava em declínio em apenas

FIGURA 7. ASPETOS DEMOCRÁTICOS A PROGREDIR E REGREDIR, 2013 E 2023



Relativamente aos índices que medem os componentes da democracia, a Figura 7 mostra o número de países que registam melhorias e declínios significativos e substanciais. Um índice está a diminuir substancial e significativamente se o seu valor em 2023 for, pelo menos, 0,05 pontos inferior ao seu valor em 2013, numa escala de 0 a 1, e se os intervalos de confiança não se sobrepuserem. O painel da esquerda mostra as alterações em 2013 em comparação com 2003 e o painel da direita mostra as alterações em 2023 em comparação com 2013.

quatro. Do mesmo modo, as restrições legislativas estão a deteriorar-se em onze países em 2023, o que é quase três vezes mais do que em 2013, quando eram apenas quatro.

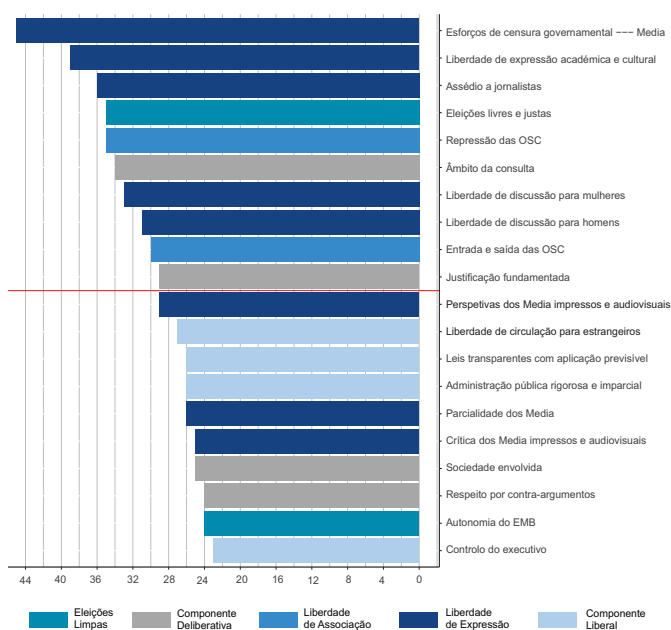
MAIS FREQUENTEMENTE ATACADOS: MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ELEIÇÕES E SOCIEDADE CIVIL

Cada componente da democracia discutida na análise anterior é medida com um índice que agrega até 20 indicadores individuais. Esses indicadores individuais captam aspetos específicos dos princípios democráticos fundamentais. Com os dados do V-Dem, podemos aprofundar estes pormenores e dar uma imagem mais matizada do que está especificamente a ser atacado.

A Figura 8 apresenta os 20 principais indicadores que registaram um declínio na maioria dos países ao longo dos últimos dez anos. Revela uma tendência crescente de ameaças contra a liberdade de expressão, contra eleições livres e justas e contra organizações da sociedade civil. A lista dos indicadores testemunha, também, um agravamento do espaço de deliberação e o enfraquecimento do Estado de direito, que se manifesta através do “engrandecimento do poder executivo”.⁵ Note-se que apenas são incluídas alterações substanciais e estatisticamente significativas.

A liberdade de expressão incluindo a liberdade dos meios de comunicação social é o que “aspirantes a autocratas” atacam com mais frequência e em maior grau. A **censura governamental dos meios de comunicação social** ocupa um duvidoso primeiro lugar na lista dos 20 principais indicadores. Piorou em 45 países nos últimos dez anos. Quando se trata de aumentar os esforços para censurar os meios de comunicação social, os piores infratores são El Salvador, a Índia e as ilhas Maurícias. Este último país insular é uma democracia de longa data onde vários direitos e liberdades se deterioraram significativamente nos últimos anos.

FIGURA 8. 20 PRINCIPAIS INDICADORES EM DECLÍNIO, 2013-2023



A Figura 8 apresenta os 20 principais indicadores que registam um declínio significativo e substancial no maior número de países entre 2013 e 2023. A linha vermelha assinala os 10 principais indicadores. Um indicador está a diminuir substancial e significativamente se o seu valor em 2023 for, pelo menos, 0,5 pontos inferior ao seu valor em 2013, numa escala de 0 a 4 (para a maioria dos indicadores) ou de 0 a 5, e se os intervalos de confiança não se sobrepuserem.

O **assédio a jornalistas** está a aumentar em 36 países, como, por exemplo, na Argélia, na Hungria e na Polónia. A **parcialidade dos meios de comunicação social**, ou a discriminação de partidos e candidatos da oposição a favor dos governos incumbentes, está a deteriorar-se em 26 países. A Nicarágua, a África do Sul e o Paquistão são exemplos de países onde a parcialidade dos meios de comunicação social está a tornar-se cada vez mais comum e compromete as instituições democráticas.

A liberdade de expressão significa um espaço aberto não só para os meios de comunicação social, mas também para toda a sociedade. A **expressão cultural e académica** está a diminuir em 39 países. A Rússia e as Filipinas estão entre os países onde este fórum para “dizer a verdade ao poder” está em maior declínio. A liberdade de discussão para mulheres e homens está a diminuir em 33 e 31 países, respetivamente. No caso das mulheres, esta liberdade regrediu, nomeadamente na Indonésia, enquanto no caso dos homens regrediu no Tajiquistão e no Líbano, para nomear alguns exemplos.

A qualidade das eleições está a piorar em todo o mundo. Os dados mostram que 35 países estão a regredir no **indicador de eleições livres e justas** desta instituição central da democracia. Este é um aumento substancial em relação aos 30 países no **Relatório da Democracia** do ano passado, e, em 2019, o número era de apenas 16. A **autonomia das Instituições de Organização Eleitoral (EMB, Electoral Management Body)**, está a ser atacada por governos em 24 países – um aumento substancial em relação ao ano passado. Estes números demonstram que as eleições democráticas estão a ser cada vez mais enfraquecidas pelos governos. O Bangladesh, o Egito e a Venezuela são exemplos de países onde as últimas eleições realizadas foram significativamente menos livres e justas do que anteriormente. Na secção 5, apresentamos outras perspetivas sobre o “ano recorde” das eleições de 2024.

A liberdade de associação para a sociedade civil também se encontra sob pressão. Em 35 países, os governos **estão a reprimir organizações da sociedade civil** (OSC) mais ativamente do que há dez anos. O **controlo sobre a existência de OSC** (“entrada e saída”) está a tornar-se mais rigoroso em 30 países. A sociedade civil constitui uma defesa fundamental contra regimes autocráticos devido à sua capacidade de mobilizar pessoas em protestos e manifestações. Este facto sublinha a razão pela qual as infrações aos direitos das OSC são tão perigosas. Países onde as condições para a sociedade civil se agravaram significativamente nos últimos dez anos incluem um conjunto diversificado de países, desde o Afeganistão, o Burkina Faso e as Filipinas à Hungria e Turquia.

Os espaços para a deliberação democrática são outra área que os governos restringem. A **amplitude das consultas** com a sociedade por parte dos governos está a piorar em 34 países, enquanto a medida em que os governos apresentam **justificações fundamentadas** para as suas ações está a diminuir em 29 países. O grau de participação da sociedade na **deliberação sobre as políticas** e o nível de **respeito por argumentos contrários** estão a piorar em 25 e 24 países, respetivamente. Estes aspetos pioraram significativamente em países como o Botsuana, o México e a Tailândia.

Por último, o liberalismo e o controlo do poder executivo são postos em causa por muitos governos. Um total de 26 países prejudicou as **leis transparentes com uma aplicação previsível**, 25 infringiram a **imparcialidade da administração** e a **liberdade de circulação** entre países, enquanto o **controlo do poder executivo** está a piorar em mais de 20 países em comparação com dez anos atrás. Entre os piores infratores encontram-se a Nicarágua, a República Centro-Africana, a Guatemala e a Turquia.

⁵ O engrandecimento do poder executivo é um processo que contém uma série de mudanças institucionais por parte dos executivos eleitos, que reduzem a capacidade da oposição política de desafiar o governo e de o responsabilizar. Ver: Bermeo, N. 2016. “On democratic backsliding.” *Journal of Democracy* 27(1).

TABELA 1. REGIMES DO MUNDO, 2023

A Tabela 1 apresenta a classificação de países de acordo com a medida Regimes of the World. Os países são selecionados por tipo de regime em 2023 e dentro do tipo de regime – por ordem alfabética.

Utilizamos o sinal de mais e menos para indicar a possível incerteza da classificação e para sublinhar que alguns países são colocados na “zona cinzenta” entre os tipos de regime. Esta classificação baseia-se nos intervalos de confiança do V-Dem e tem em conta os potenciais erros de medição que podem surgir devido à natureza dos dados.

A tipologia está publicada em Lüthmann et al. 2018. Regimes of the World (RoW), Politics and Governance 6(1). Embora baseada nos dados do V-Dem, esta medida não é oficialmente aprovada pelo Comité da Direção V-Dem (apenas os principais índices de democracia do V-Dem têm essa aprovação).

- DL Democracia liberal
DE Democracia eleitoral
AE Autocracia eleitoral
AF Autocracia fechada
– indica que o país também podia estar numa categoria inferior
+ indica que o país também podia estar numa categoria superior
⬆️⬆️ indica um país a passar de uma categoria para outra
⬇️ num episódio de autocratização, em 2023
⬆️ num episódio de democratização, em 2023

As democracias e autocracias de “zona cinzenta” estão destacadas

DEMOCRACIAS LIBERAIS

PAÍS	2023	alteração desde 2013	episódio ERT 2023
Austrália	DL		
Bélgica	DL		
Costa Rica	DL		
República Checa	DL		
Dinamarca	DL		
Estónia	DL		
Finlândia	DL		
Alemanha	DL		
Islândia	DL		
Irlanda	DL		
Japão	DL		
Letónia	DL	⬆️	
Luxemburgo	DL		
Países Baixos	DL		
Nova Zelândia	DL		
Seicheles	DL	⬆️	⬆️
Espanha	DL		
Suécia	DL		
Suiça	DL		
Taiwan	DL		
EUA	DL		
Barbados	DL-	⬆️	
Butão	DL-	⬆️	
Canadá	DL-		
Chile	DL-		
França	DL-		
Itália	DL-		
Noruega	DL-		
Coreia do Sul	DL-		⬆️
Suriname	DL-	⬆️	
Reino Unido	DL-		
Uruguai	DL-		

DEMOCRACIAS ELEITORAIS

PAÍS	2023	Alteração desde 2013	EPISÓDIO
Áustria	DE+	⬆️	
Chipre	DE+	⬆️	
Grécia	DE+	⬆️	⬆️
Israel	DE+	⬆️	
Jamaica	DE+		
Lituânia	DE+	⬆️	
Malta	DE+		
Moldávia	DE+		
Montenegro	DE+	⬆️	⬆️
Namíbia	DE+		
Portugal	DE+	⬆️	
Eslovénia	DE+	⬆️	
Trinidad e Tobago	DE+	⬆️	
Vanuatu	DE+		
Argentina	DE		
Arménia	DE	⬆️	⬆️
Bolívia	DE		⬆️
Brasil	DE		⬆️
Bulgária	DE		
Cabo Verde	DE		
Colômbia	DE		
Croácia	DE		⬆️
República Dominicana	DE		⬆️
Equador	DE		
Gâmbia	DE	⬆️	⬆️
Geórgia	DE		
Gana	DE	⬆️	⬆️
Kosovo	DE		⬆️
Lesoto	DE		⬆️
Libéria	DE		
Malawi	DE		
Maldivas	DE	⬆️	⬆️
Nepal	DE	⬆️	
Macedónia do Norte	DE	⬆️	⬆️
Panamá	DE		
Paraguai	DE		
Perú	DE		⬆️
Polónia	DE	⬆️	⬆️
Roménia	DE		⬆️
S.Tomé e Príncipe	DE		
Senegal	DE		⬆️
Eslováquia	DE	⬆️	
Ilhas Salomão	DE		⬆️
África do Sul	DE		
Sri Lanka	DE	⬆️	
Timor-Leste	DE		⬆️
Albânia	DE-		
Bósnia e Herzegovina	DE-		
Botsuana	DE-	⬆️	⬆️
Fiji	DE-	⬆️	⬆️
Guatemala	DE-		⬆️
Guiana	DE-		⬆️
Honduras	DE-	⬆️	⬆️
Indonésia	DE-		⬆️
Quênia	DE-		
Malásia	DE-	⬆️	
México	DE-		⬆️
Mongólia	DE-		⬆️
Zâmbia	DE-	⬆️	⬆️

AUTOCRACIAS ELEITORAIS

PAÍS	2023	Alteração desde 2013	EPISÓDIO ERT 2023
Benim	AE+	⬆️	⬆️
Maurícias	AE+	⬆️	⬆️
Nigéria	AE+	⬆️	
Serra Leoa	AE+	⬆️	
Tunísia	AE+	⬆️	⬆️
Argélia	AE		
Angola	AE		
Azerbaijão	AE		
Bangladesh	AE		
Bielorrússia	AE		⬆️
Burundi	AE		
RCA	AE		⬆️
Camboja	AE		⬆️
Camarões	AE		
Comores	AE	⬆️	⬆️
Congo	AE		
RDC	AE		
Djibuti	AE		
Egito	AE	⬆️	
El Salvador	AE	⬆️	⬆️
Guiné Equatorial	AE		
Etiópia	AE		
Gabão	AE		
Guiné-Bissau	AE	⬆️	
Hungria	AE	⬆️	⬆️
Índia	AE	⬆️	⬆️
Iraque	AE		
Costa do Marfim	AE		
Cazaquistão	AE		
Quirguistão	AE		⬆️
Libano	AE		⬆️
Madagáscar	AE		
Mauritânia	AE		⬆️
Moçambique	AE		
Níger	AE	⬆️	⬆️
Paquistão	AE		⬆️
Palestina/Cisjordânia	AE		
Papua Nova Guiné	AE		
Filipinas	AE	⬆️	⬆️
Rússia	AE		
Ruanda	AE		
Sérvia	AE	⬆️	⬆️
Singapura	AE		
Somália	AE		
Tajiquistão	AE		
Tanzânia	AE		
Tailândia	AE		⬆️
Togo	AE		
Túrcia	AE		
Uganda	AE		
Ucrânia	AE		⬆️
Venezuela	AE		
Zanzibar	AE		
Zimbabué	AE		
Nicarágua	AE-		⬆️

AUTOCRACIAS FECHADAS

COUNTRY	2023	Change from 2013	ERT EPISODE 2023
Koweit	AF+		
Turquemenistão	AF+		
Uzbequistão	AF+	⬆️	
Afeganistão	AF	⬆️	⬆️
Bahrain	AF		
Burkina Faso	AF	⬆️	⬆️
Chade	AF	⬆️	⬆️
China	AF		
Cuba	AF		
Eritreia	AF		
Essuatíni	AF		
Guiné	AF	⬆️	⬆️
Haiti	AF	⬆️	⬆️
Hong Kong	AF		⬆️
Irão	AF	⬆️	
Jordânia	AF		
Laos	AF		
Líbia	AF	⬆️	⬆️
Mali	AF	⬆️	⬆️
Marrocos	AF		
Mianmar	AF	⬆️	⬆️
Coreia do Norte	AF		
Omã	AF		
Palestina/Gaza	AF		
Qatar	AF		
Arábia Saudita	AF		
Somália	AF		
Sudão do Sul	AF		
Sudão	AF	⬆️	⬆️
Síria	AF		
Emirados Árabes Unidos	AF		
Vietname	AF		
Iémen	AF	⬆️	



Dezenas de tecelões indígenas maias exigiram a demissão da procuradora da Guatemala num protesto que a acusou de “tecer corrupção” em frente ao Ministério Público na Cidade de Guatemala a 20 de agosto de 2023 (Johan Ordóñez/AFP via Getty Images)

Caixa 4. Metodologia ERT (Episódios de Transformação de Regime, sigla na versão original em inglês)

O Relatório da Democracia 2024 do Instituto V-Dem passa a utilizar o sofisticado método ERT (Maerz et al. 2023) para identificar países em processo de democratização e autocratização. Este método mais científico é mais cauteloso que o utilizado em relatórios anteriores e tem em conta a incerteza subjacente à medição. A alteração significa que os números apresentados no Relatório da Democracia deste ano não são totalmente comparáveis aos de edições anteriores.

Uma grande equipa no Instituto V-Dem desenvolveu o método ERT ao longo de vários anos. O método foi agora aprovado por uma extensa revisão por pares na comunidade científica e por publicações em diversas revistas de alto nível. Todos os detalhes, incluindo o código e uma aplicação de visualização, podem ser encontrados nas publicações associadas e no Github.

No essencial, pode-se dizer que o método ERT funciona por, primeiro, identificar pequenas mudanças anuais ($>0,01$ numa escala de 0-1) no nível na democracia de um país, medido pelo Índice de Democracia Eleitoral (IDE) do V-Dem. Se essas alterações se acumularem ao longo dos vários anos e se tornarem substanciais ($>0,1$), trata-se de um episódio. Se as alterações forem menores, considera-se que se trata de meras flutuações sem alterações substanciais que possam resultar da incerteza das medidas subjacentes. A ERT classifica então o resultado dos episódios de democratização e autocratização.

O método ERT tem diversas vantagens em relação ao método anteriormente utilizado nos Relatórios da Democracia, que se limitava a considerar a diferença entre as pontuações de há dez anos e as do último ano. O mais importante é o facto de as regras de decisão sofisticadas, multifacetadas e testadas para a codificação na ERT, garantirem maior confiança sobre

os “democratizadores” e “autocratizadores” do que anteriormente. A ERT também nos permite distinguir entre episódios que são 1) substanciais e a decorrer atualmente, como a autocratização na Índia; daqueles que 2) terminaram recentemente, mas que ainda se encontram entre os “piores infratores” nos últimos de anos, como a mudança da Turquia para autocracia eleitoral. Utilizamos este procedimento no Relatório da Democracia deste ano.

No Relatório da Democracia, utilizamos a ERT no Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar os pontos iniciais e finais dos episódios em curso, incluindo alguns pequenos ajustes metodológicos do método introduzido com a publicação da ERT deste ano. Todavia, no Relatório da Democracia, apresentamos as pontuações dos países no Índice de Democracia Liberal (IDL), tal como nos relatórios dos anos anteriores (e o IDE é umas das duas principais componentes do IDL).

Artigo em Destaque:

Maerz, Seraphine F., Amanda Edgell, Matthew C. Wilson, Sebastian Hellmeier, and Staffan I. Lindberg. 2023. “Episodes of Regime Transformation.” *Journal of Peace Research* online first.

Livro de código:

Edgell, Amanda B., et al. 2023. *Episodes of regime transformation dataset and codebook*, V4. V-Dem Institute.

Repositório de dados, Código e livro de código (codebook):

<https://github.com/vdeminstitute/ERT>

Shiny App para visualizações:

<https://episodes.shinyapps.io/validation/>

2 | Tendências de Mudança de Regime

- **Um total de 60 países estão a viver episódios de transformação de regime – autocratização e democratização.**
- **A onda de autocratização é notável. A autocratização está em curso em 42 países, onde vivem 2,8 mil milhões de pessoas, ou seja, 35% da população mundial. A Índia, com 18% da população mundial, representa cerca de metade da população que vive em países em autocratização.**
- **Podem existir sinais de que a vaga de autocratização está a abrandar, mas é preciso ser cauteloso com essa interpretação.**
- **A democratização está a ocorrer em 18 países, onde vivem apenas 400 milhões de pessoas, ou seja, 5% da população mundial. O Brasil corresponde a mais de metade desse número, com os seus 216 milhões de habitantes.**

Nesta parte do *Relatório da Democracia 2024*, centramo-nos nos países que se encontram em mudança e na direção da mudança – mais democracia ou mais autocracia? Quantos países estão em processo de democratização e autocratização, e em que extensão?

Este foco é diferente da análise da Secção 1, que examinou o estado da democracia em termos de níveis médios de democracia e tipos de regime ao longo do tempo.

O mapa-mundo da Figura 9 mostra os países que se encontram atualmente em períodos de democratização (azul) ou autocratização (vermelho), de acordo com a metodologia ERT (ver Caixa 4). A intensidade das cores indica a magnitude da mudança.

Com a nova metodologia ERT, podemos identificar exatamente quais os países que se encontram num período de mudança contínua. A metodologia ERT é diferente da metodologia utilizada em *Relatórios da Democracia* de anos anteriores, onde nos centrámos apenas nos países que

mais mudaram nos últimos dez anos. Um país que se autocratizou muito durante cerca de uma década, mas que já estabilizou, por exemplo, uma autocracia eleitoral como a **Turquia**, já não aparece como um país em processo de autocratização utilizando a metodologia mais científica ERT. Em contrapartida, um país que se democratizou muito durante a última década, mas que se encontra atualmente num período de autocratização, por exemplo, uma democracia eleitoral como a **Arménia**, aparece como um país em período de autocratização em 2023 – apesar das anteriores mudanças positivas – devido à sua *atual* (em curso) direção de mudança. A ERT confere às análises mais precisão e fiabilidade do que anteriormente e melhora a validade das conclusões.

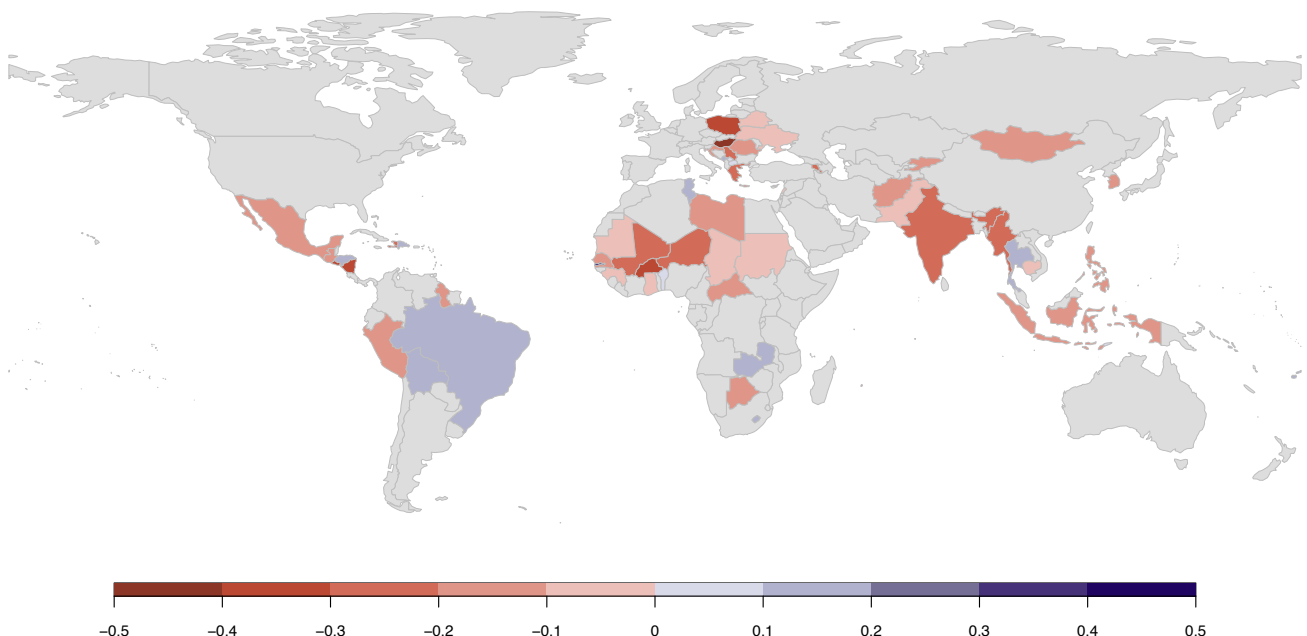
O mundo continua a tornar-se mais autocrático

Atualmente, 42 países estão em processo de autocratização, utilizando a nova metodologia ERT. O número de países em processo de autocratização em 2023 mantém-se próximo do máximo histórico de 47 países registados em 2021. A Figura 10 mostra que o número de países a entrar em episódios de autocratização tem vindo a aumentar drasticamente ao longo dos últimos 30 anos.

O declínio visível no número de países em processo de autocratização e o ligeiro aumento no número de países em processo de democratização nos últimos dois anos são boas notícias. *Poderá* indicar que a atual onda de autocratização atingiu o seu ponto mais alto e que irá diminuir no futuro. No entanto, é preciso ter cuidado para não tirar essa conclusão imediatamente.

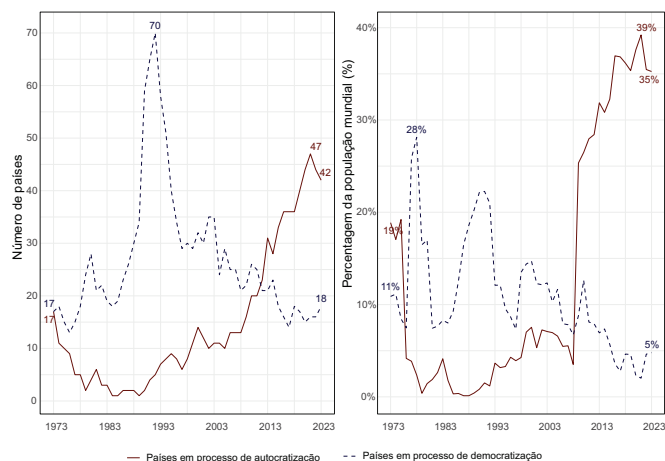
O método ERT força-nos a ser cautelosos ao declarar que um país entrou num período de mudança (ver Caixa 4 para detalhes). Os dados para 2023 mostram que 25 países registam declínios nos níveis de democracia que se qualificam como potenciais episódios de autocratização, mas os critérios para os declarar “autocratizadores manifestos” ainda não estão completamente preenchidos. Se deteriorações nesses países continuarem nos próximos anos, o número 42 para 2023 poderá aumentar

FIGURA 9. PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO VS. DEMOCRATIZAÇÃO, 2023



A Figura 9 mostra países em que o Índice de Democracia Eleitoral (IDE) melhorou (azul) ou diminuiu (vermelho) em pelo menos 0,1 (ou 10% do intervalo possível da variável) até 2023, de acordo com a metodologia ERT (ver Caixa 4). A intensidade da cor indica a magnitude da mudança desde o início da transformação de regime. Países na zona cinzenta não estão em mudança em 2023.

FIGURA 10. PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO VS. PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO, 1973-2023



A Figura 10 mostra padrões de democratização e autocratização ao longo dos últimos 50 anos. O painel esquerdo mostra o número de países em cada categoria e o painel direito mostra a porcentagem da população mundial a viver em países em processo de autocratização ou democratização.

substancialmente post-factum (uma vez que o início destes casos “censurados” de potenciais episódios foi em 2023 ou mesmo antes).

A Figura 10 apresenta os padrões globais de autocratização e democratização ao longo dos últimos 50 anos. A linha vermelha no painel esquerdo mostra que países em processo de autocratização diminuíram gradualmente de 17 em 1973 para 1 em 1989. Em 1990, a trajetória inverteu-se e os números aumentaram lentamente até atingirem 13 países em processo de autocratização em 2008. Desde 2009, os números aumentaram acentuadamente e atingem um recorde de 47 países em 2021.

A evolução, ao longo do tempo, dos países em democratização é inversa à dos países em autocratização durante este período de 50 anos. A linha azul tracejada no painel esquerdo da Figura 10 mostra que existem 18 países em processo de democratização em 2023 – mais um do que os 17 em 1973, na véspera da terceira vaga de democratização. O número de países em processo de democratização disparou após 1989 e com a queda do Muro de Berlim, atingindo um pico em 1992, quando 70 países estavam em processo de democratização ao mesmo tempo. O número caiu depois para 29 em 1997, descendo para 14 até 2017, o que representou o ponto mais baixo em 50 anos. Em 2023, existem mais alguns – 18 países – num episódio contínuo de democratização. Note-se que as advertências sobre o número de episódios nos últimos dois ou três anos, acima referidos, também se aplicam aos democratizadores. Deste modo, os números podem aumentar post-factum nos próximos anos se os países que agora se qualificam como “potenciais” democratizadores continuarem a melhorar e os episódios de democratização se tornem “manifestos”.

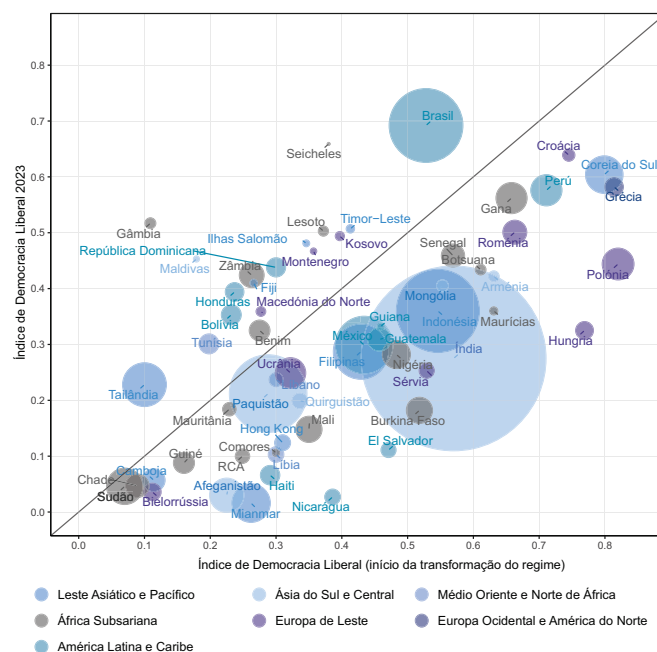
O método ERT é superior ao aumentar a precisão na identificação dos países que estão em episódios de mudança em curso, dos países que terminaram esses processos de mudança e na determinação das datas de início e fim desses episódios de transformação. O método introduz um conjunto cauteloso de regras de codificação que tem em conta a incerteza para evitar declarar erradamente países “autocratizadores” ou “democratizadores”. Porém, esse aumento de sofisticação significa, também, trazer consigo alguma incerteza sobre as contagens dos últimos dois anos. Mais países podem ser adicionados às contagens de autocratizadores e democratizadores post-factum se e quando a magnitude da sua mudança os tornar elegíveis. O método ERT retrocede então o ano de início desses processos de mudança para o ano em que a mudança começou a sério.

MAIS DE UM TERÇO DA POPULAÇÃO EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO

Os países em processo de autocratização têm mais de um terço da população mundial em 2023 (painel direito da Figura 10). A percentagem diminuiu ligeiramente nos últimos dois anos, de um pico de 39% em 2021. Todavia, a percentagem mantém-se próxima de um máximo histórico. Em comparação, 19% da população mundial vivia em países em processo de autocratização em 1973 e apenas 0,1% em 1987-1988.

Menos pessoas vivem em países em processo de democratização em 2023, como mostra a linha azul tracejada no painel direito da Figura 10. A percentagem da população mundial que vive em países em processo de democratização manteve-se abaixo dos 10% desde 2011 e atingiu os 5% em 2023 – cerca de 400 milhões de pessoas.

FIGURA 11. PAÍSES DEMOCRATIZADORES VS. PAÍSES AUTOCRATIZADORES, POR TAMANHO DA POPULAÇÃO, 2023



A Figura 11 mostra a pontuação dos países no IDL em 2023 (eixo y) e no início de episódios de democratização e autocratização (eixo x), conforme identificado pela metodologia ERT. O ano de início da mudança varia consoante os países. A dimensão das bolhas reflete o tamanho da população. Os países acima da linha diagonal tornaram-se mais democráticos, enquanto que os países abaixo da linha diagonal tornaram-se mais autocráticos. O gráfico apenas inclui países que se encontram num episódio de transformação de regime em 2023, tal como identificado pela metodologia ERT.

Muitos dos países em processo de autocratização são potências regionais e mundiais influentes que têm grandes populações, como a **Índia**, o **México** e a **Coreia do Sul**, como ilustrado na Figura 11. Outros países populosos que estão em processo de autocratização incluem a **Indonésia**, o **Mianmar**, o **Paquistão** e as **Filipinas**. A autocratização também se manifestou na União Europeia, afetando a **Grécia**, a **Hungria**, a **Polónia** e a **Roménia**. Este facto aumenta o peso da atual onda de autocratização, quando se espera que países influentes com grandes economias tenham impacto noutros países.

Os países em processo de democratização são, tipicamente, mais pequenos em termos de dimensão, economia e população, por exemplo a **Gâmbia**, as **Maldivas** e as **Seicheles**. A recente adição do **Brasil** à lista de países em processo de democratização é uma exceção importante. Com os seus 216 milhões de habitantes e uma grande economia, é uma importante potência regional e global.

60 Países em Episódios de Mudança – em várias regiões

Os 42 países em autocratização e os 18 em democratização estão distribuídos por todas as regiões do mundo, como mostra a Figura 12.

Quatro países (ou 17% da região) no **Leste da Ásia e Pacífico** encontram-se em episódios de progresso democrático em curso em 2023: Fiji, Ilhas Salomão, Tailândia e Timor-Leste. Porém, seis (26% da região) encontram-se em declínio substancial: Camboja, Hong Kong, Indonésia, Mianmar, Coreia do Sul e Filipinas.

Apenas um país com uma pequena população de cerca de 526,000 (as Maldivas) se encontra em processo de democratização na **Ásia Central e do Sul**. O mesmo número que no Leste da Ásia e Pacífico – 6 países (35% dos países da região) encontra-se em processo de autocratização: Afeganistão, Armênia, Índia, Quirguistão, Mongólia e Paquistão. A Índia, com 1,4 mil milhões de habitantes, e o Paquistão, com quase 250 milhões, são dois dos países mais populosos do mundo. A sua autocratização contribui bastante para a elevada percentagem da população mundial a residir em autocracias e em países em processo de autocratização.

Na **região MONA**, com o nível de democracia mais baixo do mundo, existe apenas um país em processo de democratização (Tunísia), enquanto dois países (10% da região) se encontram em processo de autocratização: a Líbia e o Líbano.

A região com o maior número de países a progredir em termos de democracia é a **África Subsaariana**. Cinco países (ou 10% da região) estão a democratizar-se: Benim, Lesoto, Gâmbia, Seicheles e Zâmbia. No entanto, a região tem, também, o maior número de países em processo de autocratização – treze (25% da região): Botsuana, Burkina Faso, República Centro-Africana, Chade, Comores, Gana, Guiné, Mali, Mauritânia, Maurícia, Níger, Senegal e Sudão.

Três países em processo de democratização situam-se na **Europa de Leste**, o que corresponde a 14% da região: Kosovo, Montenegro e Macedónia do Norte. Mais do dobro (32% ou sete países) encontram-se em processo de declínio substancial: Bielorrússia, Croácia, Hungria, Polónia, Roménia, Sérvia e Ucrânia. A regressão da Ucrânia é uma consequência da invasão ilegal da Rússia do país, que colocou um terço do território sob um regime autoritário severo e obrigou o governo ucraniano a impor o estado de emergência e a restringir a liberdade dos meios de comunicação social e aspetos afins.

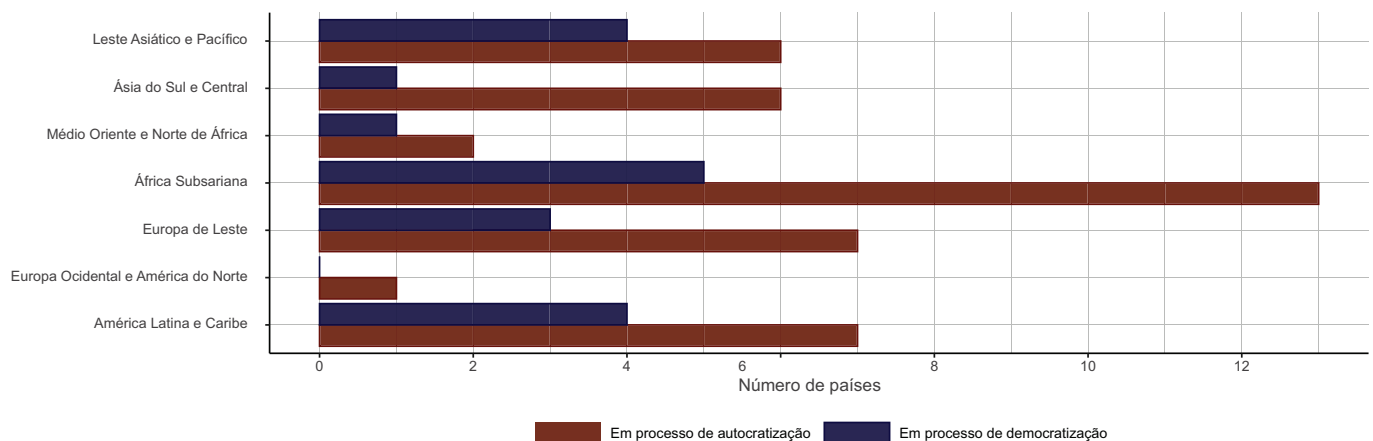


Uma mulher segura um cartaz com a inscrição "Não deixes que os outros escolham por ti" durante a Marcha de 1 Milhão de Corações em Varsóvia, Polónia, a 1 de outubro de 2023 (Volha Shukaila/SOPA Images/Shutterstock)

Nenhum país na **América do Norte** e da **Europa Ocidental** está a melhorar substancialmente os seus níveis de democracia, enquanto a Grécia regista um declínio democrático.

Por último, na **América Latina e nas Caraíbas**, 16% dos países – quatro – encontram-se em episódios de democratização: Bolívia, Brasil, República Dominicana e Honduras. Entre estes, a Bolívia e o Brasil estão a inverter com êxito a tendência para a autocratização dos anos anteriores (ver mais abaixo). Contudo, quase o dobro da percentagem de países na região (28%) – sete – estão atualmente a regredir: El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, México, Nicarágua e Peru.

FIGURA 12. AUTOCRATIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO ENTRE REGIÕES, 2023



A Figura 12 mostra o número de países em processo de democratização e autocratização em cada região.



Protestos contra a extrema-direita a 20 de janeiro de 2024 em Wuppertal, Alemanha. (Hesham Elsherif/Anadolu via Getty Images)

3 | Países em Autocratização

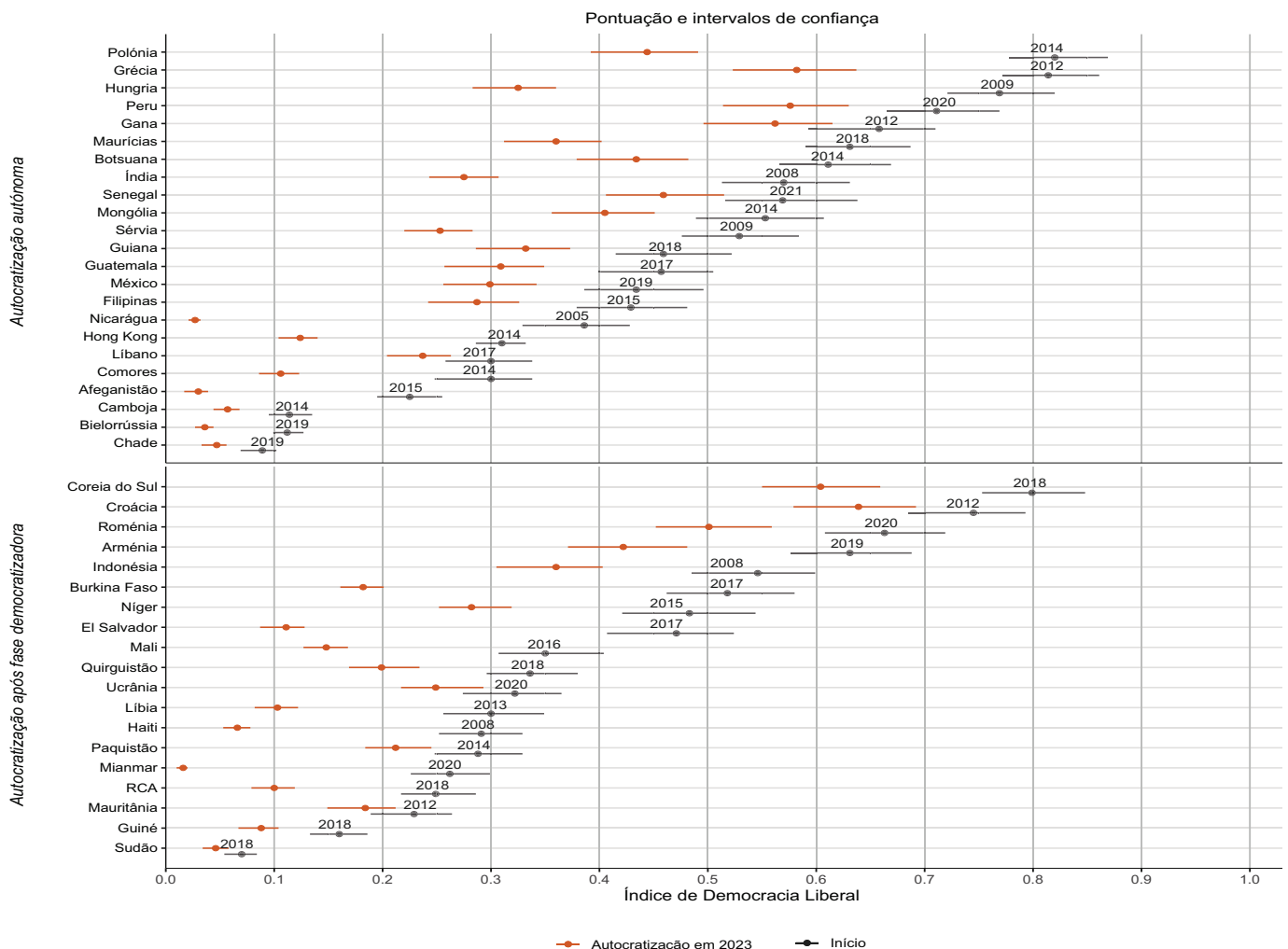
- 42 países estão atualmente a viver episódios de autocratização.
- 28 dos 42 países em autocratização eram democracias no início do seu episódio. Dos 28, apenas cerca de metade, ou seja, 15, continuam a ser democracias em 2023.
- Dos 42 episódios a decorrer, 23 são processos autónomos e 19 são autocratizações após fase democratizadora, onde a democracia falhou e se transformou em autocracia.
- 8 dos principais 10 autocratizadores autónomos eram democracias liberais ou eleitorais. Em 2023, nenhum é democracia liberal e apenas dois podem ser considerados democracias eleitorais.
- 8 dos principais 10 autocratizadores após fase democratizadora foram democracias em algum momento após a democratização. Apenas 3 continuam a ser democracias após o início do processo de autocratização, ilustrando o facto de que os processos de democratização são frágeis e frequentemente reversíveis.

- Nomeadamente, as eleições estão a ser cada vez mais prejudicadas. A autonomia do EMB está a enfraquecer substancialmente em 22 dos 42 países autocratizantes.

Tirando partido da nova metodologia ERT, avaliada por pares, o Relatório da Democracia 2024 pode, pela primeira vez, mostrar as trajetórias dos países com processos de autocratização atualmente em curso. Existem dois tipos: a autocratização autónoma onde o processo de deterioração se inicia de forma independente, após um período de relativa estabilidade, e autocratização após fase democratizadora, onde o processo de autocratização se segue pouco depois e está ligado a um período de democratização. A lista completa dos 42 países em processo de autocratização agrupados em 23 processos autónomos e 19 processos de autocratização após fase democratizadora é apresentada na Figura 13. Os países estão ordenados de acordo com os seus níveis no IDL no início do processo de autocratização. A pontuação do IDL para 2023 revela a magnitude total da deterioração até ao final de 2023. De notar que todos estes episódios de autocratização ainda estão a decorrer.

Dos 42 países em processo de autocratização, 28 eram democracias no início do seu episódio. Desses, 13 são atualmente autocracias. Outros 14 já eram autocracias quando começaram a regredir ainda mais. Sete delas eram autocracias fechadas no final de 2023. Isto mostra a amplitude da

FIGURA 13. TODOS OS 42 CASOS DE AUTOCRATIZAÇÃO EM CURSO, 2023



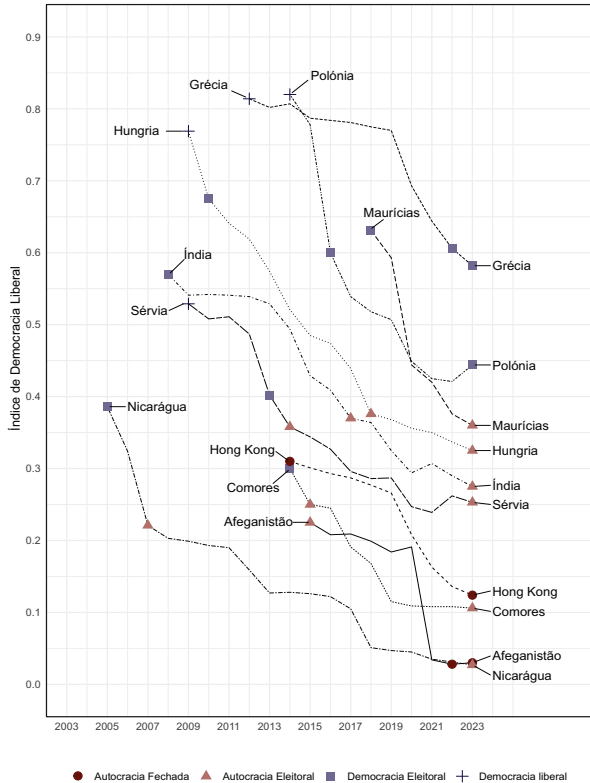
A Figura 13 mostra as pontuações do IDL e os intervalos de confiança no início do processo de autocratização. Segundo a metodologia ERT, estes são tecnicamente "pré-episódios", no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro a registar um declínio. Os valores em 2023 estão destacados a laranja e revelam a magnitude total da mudança. A ERT é baseada no Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar episódios, e nós seguimos-lo, mas apresentamos os valores dos países no IDL. Um país pode mudar mais no IDE do que no IDL, o que explica casos com intervalos de confiança sobrepostos (eles não se sobrepõem no IDE).

atual onda de autocratização, que afeta os cidadãos tanto nas democracias como nas autocracias.

Autocratização autónoma

A Figura 14 mostra os 10 principais dos 23 países com episódios de autocratização autónoma em curso e detalha as suas trajetórias no IDL desde o início do episódio de cada país até ao final de 2023. A Tabela 2 mostra os “piores infratores”, classificando os países pela magnitude total do declínio.

FIGURA 14. 10 PRINCIPAIS AUTOCRATIZADORES AUTÓNOMOS, 2023



A Figura 14 apresenta os valores do IDL para os 10 principais países em processo de autocratização autónoma. Autocratização autónoma significa que a autocratização nesses países começou após um período de relativa estabilidade (ou seja, sem alterações substanciais nos níveis do IDE). Este processo é diferente dos episódios de autocratização após fase democratizadora (ver abaixo). Note-se que o primeiro ano no gráfico é tecnicamente um ano de “pré-episódio”, no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro a registar um declínio segundo a metodologia ERT. O gráfico visualiza a magnitude total da mudança durante a autocratização.

Oito dos dez países neste grupo eram democracias antes do início do processo de autocratização. A democracia falhou em seis desses oito casos – **Comores, Hungria, Índia, Maurícias, Nicarágua e Sérvia**. Apenas a **Grécia** e a **Polónia** continuam a ser democracias em 2023. Esta frequência de rutura democrática coincide com um estudo recente que mostra que 80% das democracias entram em rutura se o processo de autocratização se iniciar.⁶

Dois países entre os principais autocratizadores autónomos já começaram como autocracias. O **Afganistão** passou de uma autocracia eleitoral para uma autocracia fechada durante o processo, enquanto o nível inicialmente baixo de democracia na autocracia fechada de **Hong Kong** continua a decair em 2023.

Começamos por discutir os dois países que continuam a ser democracias em 2023.

A maioria dos observadores da **Grécia** associa talvez os seus problemas democráticos a um passado recente. Contudo, a descida pode ser traçada desde 2012 com a metodologia ERT. Nos primeiros sete anos, as alterações foram graduais e o processo foi muito lento, no padrão arquetípico da autocratização da “terceira vaga”.⁷ A trajetória descendente mais acentuada começa em 2016, impulsionada por um enfraquecimento dos pesos e contrapesos institucionais, bem como por violações da liberdade de expressão e dos meios de comunicação social. Um recente escândalo de escutas telefónicas envolveu

TABELA 2. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO POR MAGNITUDE DA ALTERAÇÃO, FIGURA 14

Classificação	País	Mudança no LDIM
1	Hungria	-0.444
2	Polónia	-0.376
3	Nicarágua	-0.359
4	Índia	-0.295
5	Sérvia	-0.276
6	Maurícias	-0.271
7	Grécia	-0.232
8	Afganistão	-0.195
9	Comores	-0.194
10	Hong Kong	-0.186

o Primeiro-Ministro Mitsotakis e os Serviços Secretos em 2022. O governo colocou sob escuta os líderes da oposição, jornalistas e até outros membros do governo.⁸ A Comissão Especial de Inquérito do Parlamento Europeu (PEGA) declarou oficialmente uma violação das leis da EU e emitiu um apelo para que a Grécia revogasse as leis que prejudicam o Estado de direito em 2023.⁹ Mitsotakis e o seu partido Nova Democracia obtiveram maioria absoluta nas eleições no mesmo ano e três novos partidos de extrema-direita (Spartans, Greek Solution e Victory) obtiveram um total de 34 lugares. Em fevereiro de 2024, o Parlamento Europeu alertou para as graves ameaças à democracia na Grécia.¹⁰ A Grécia continua a ser uma democracia, mas já não se qualifica como democracia liberal no final de 2023.

A **Polónia** é outro caso de autocratização substancial numa democracia liberal. O partido Lei e Justiça (PiS) subiu ao poder em 2015 e, desde então, tem vindo a enfraquecer os direitos e liberdades democráticas, por exemplo, reprimindo a liberdade dos meios de comunicação social e prejudicando o Estado de direito.¹¹ As eleições de 2023 levaram à derrota do Primeiro-Ministro Morawiecki e do PiS. Um governo de coligação consistindo pelos partidos Coligação Cívica, Terceira Via e A Esquerda é liderado pelo novo Primeiro-Ministro Tusk. De destacar que 2023 mostra um pequeno aumento, mas estatisticamente insignificante, dos níveis de IDL. Em 2023, a Polónia é uma democracia eleitoral.

Em seis países que começaram como democracias, a autocratização levou a uma autocracia eleitoral ou uma autocracia fechada:

As **Ilhas Comores** apenas agora cumprem os critérios para uma democracia eleitoral, quando um processo de autocratização começou em 2014. As eleições de 2016 foram marcadas por violência e irregularidades que aprofundaram ainda mais o processo de autocratização. Em 2018, o Presidente e antigo oficial do exército Assoumani recorreu a um referendo constitucional – que foi boicotado pela oposição – para alargar os limites dos mandatos presidenciais, o que perturbaria a rotação presidencial entre as três ilhas principais.¹² Os protestos foram reprimidos pelo exército e Assoumani ganhou um terceiro mandato nas eleições de 2019 e um quarto mandato em janeiro de 2024.¹³ As Comores estão classificadas como uma autocracia eleitoral desde 2015.

6 Boese, V. et al. 2021. How democracies prevail: Democratic resilience as a two-stage process. Democratization 28(5).
7 Lüthmann, A. and S. Lindberg. 2019. A Third Wave of Autocratization Is Here. Democratization 26(7).
8 <https://www.nytimes.com/2023/03/20/world/europe/greece-spyware-hacking-meta.html>
9 <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/pega/about> and https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/PEGA-RD-740554_EN.pdf
10 <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20240202IPR17312/parliament-concerned-about-very-serious-threats-to-eu-values-in-greece>; https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2024-0069_EN.html
11 <https://www.hrw.org/news/2021/08/12/poland-targets-tv-channel-limits-press-freedom-and-pluralism>
12 <https://www.reuters.com/article/idUSKBN1KK11D/>
13 <https://www.bbc.com/news/world-africa-68002934>

A **Hungria** ocupa o primeiro lugar entre todos os 42 episódios de autocratização em curso em termos de magnitude de mudança (ver Tabela 2). A Figura 13 mostra que em 2009 era uma democracia liberal e detalha a sua trajetória até 2023, uma das mais acentuadas do mundo nos últimos tempos. Quando Viktor Orbán e o seu partido Fidesz, antip pluralista¹⁴ e nacionalista-cristão, chegaram ao poder em 2010, iniciaram uma redução progressiva dos pesos e contrapesos. Uma série de descarrilamentos bem documentados da democracia ao longo dos anos¹⁵ levou a que a Hungria passasse a autocracia eleitoral em 2019. O Parlamento Europeu declarou que a Hungria deixou de ser uma democracia em 2022.¹⁶ Com maioria na legislatura, o Fidesz aprovou a "Lei da Defesa da Soberania" em 2023, que permite o escrutínio arbitrário, dando acesso praticamente ilimitado a dados pessoais, e vem com o seu próprio Gabinete de Defesa da Soberania.¹⁷ Em 2023, a Hungria continua a ser uma autocracia eleitoral.

O processo de autocratização da **Índia** começou a sério a partir de 2008 e, caracteristicamente, prosseguiu da forma gradual e lenta da "terceira vaga". Ao longo dos anos, o processo de autocratização da Índia tem sido bem documentado, incluindo a gradual, mas substancial, deterioração da liberdade de expressão, comprometendo a independência dos meios de comunicação social, a repressão nas redes sociais, o assédio a jornalistas que criticam o governo, assim como ataques à sociedade civil e intimidação da oposição. O Partido do Povo Indiano, no poder, anti pluralista e nacionalista hindu, com o Primeiro-Ministro Modi a liderar, recorreu, por exemplo, a leis sobre sedição, difamação e contraterrorismo para silenciar os críticos.¹⁸ O governo do Partido do Povo Indiano prejudicou o compromisso da Constituição com o secularismo ao alterar a Lei de Prevenção de Atividades Ilícitas (UAPA) em 2019. O governo dirigido por Modi continua, também, a suprimir os direitos da liberdade religiosa. A intimidação de opositores políticos e de pessoas que protestam contra políticas governamentais, assim como o silenciamento da dissidência no meio académico são agora preponderantes.¹⁹ A Índia desceu para uma autocracia eleitoral em 2018 e mantém-se nessa categoria em 2023.

As **Ilhas Maurícias** são o principal autocratizador "autónomo", com o processo de autocratização mais recente a começar em 2018. Outrora aclamada como a única democracia liberal da África Subsariana, as Maurícias recentemente introduziram diversos regulamentos que restringem o trabalho de empresas de radiodifusão e jornalistas, enquanto que a censura governamental dos meios de comunicação social aumentou significativamente desde 2019.²⁰ Uma série de ações que minaram a democracia levaram à desclassificação das Maurícias para autocracia eleitoral em 2023.

A **Nicarágua** é o país com o mais longo processo de autocratização autónoma em curso. O período de deterioração democrática remonta a 2005, mas a descida relativamente rápida para a autocracia eleitoral ocorreu em 2007 com o regresso ao poder de Daniel Ortega e da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Sob o governo da FSLN, a qualidade das eleições diminuiu e os limites dos mandatos presidenciais foram abolidos. O governo também eliminou partidos da oposição de uma disputa séria e utilizou reformas legais para minar os controlos do poder executivo. Praticamente todos os progressos democráticos que o país alcançou desde 1990 foram desfeitos. Em duas décadas, a Nicarágua passou de uma democracia eleitoral para os últimos lugares do ranking do IDL.

A **Sérvia** é mais um caso de retrocesso prolongado e progressivo, típico da "terceira vaga". O processo começou em 2009 e, até 2014, a Sérvia transformou-se numa autocracia eleitoral. Desde então, os níveis democráticos continuaram a regredir, devido, por exemplo, ao assédio da oposição, ao

aumento das irregularidades eleitorais e ao enfraquecimento da liberdade dos meios de comunicação social. A Figura 14 revela sinais de estabilização autoritária nos últimos três-quatro anos. As eleições de 2023 incluíram intimidação de candidatos da oposição e fraude eleitoral, levando à vitória do governo de direita incumbente liderado pelo Vice-Primeiro-Ministro Vučević e pela sua coligação, a SNS.²¹

Dois países já eram autocracias quando o processo de autocratização começou.

No **Afeganistão**, os primeiros sinais de deterioração remontam a 2015. Contudo, a sua pontuação no IDL caiu após a entrada dos Talibã em Cabul, a 15 de agosto de 2021, numa reconquista de poder após 20 anos. Em menos de 12 meses, o país sofreu uma forte redução das liberdades. A lei da sharia foi imposta, os direitos das mulheres foram revogados e as universidades foram sistematicamente encerradas em pouco tempo, tornando o Afeganistão numa das autocracias fechadas mais repressivas do mundo em 2023.

Em **Hong Kong**, a deterioração dos níveis democráticos remonta a 2014. No entanto, a autocratização intensificou-se em 2019, quando o governo de Hong Kong aprovou uma lei que permite extradições para a China continental. Os protestos antigovernamentais de 2019-2020 tocaram milhões de pessoas durante quase um ano. Foram, eventualmente, travados com repressão e detenções em massa dirigidas pelo governo central de Pequim. Xi Jinping e Carrie Lam, a chefe do executivo em Hong Kong, adotaram a Lei da Segurança Nacional, que permite que as autoridades chinesas investiguem e detenham qualquer pessoa em Hong Kong suspeita de servir interesses estrangeiros, quer em território chinês, quer no estrangeiro.²² Hong Kong, que sempre foi uma autocracia fechada, perdeu a maior parte das suas liberdades até 2023.

Autocratização após fase democratizadora

A Figura 15 mostra as trajetórias no IDL para os 10 principais episódios de autocratização após fase democratizadora. A classificação dos países em termos da magnitude total do declínio até ao final de 2023 é apresentada no Quadro 3. Autocratizações após fase democratizadora podem ser considerados casos de "democratização falhada" ou re-autocratização. Estas são talvez de particular interesse para compreender as vulnerabilidades dos processos de democratização e poderiam ser

Caixa 5. Autocratização após fase democratizadora e Democratização após fase autocratizadora

As autocratizações após fase democratizadora são episódios em que a democratização é seguida de autocratização. Inversamente, democratizações após fase autocratizadora são episódios de mudança num país em que a autocratização é seguida de democratização.

Utilizamos a ERT para identificar episódios de democratização e de autocratização (ver Caixa 4). Adotamos uma regra de não mais de cinco anos entre os episódios para fazer uma autocratização após fase democratizadora ou uma democratização após fase autocratizadora. Isto advém do working paper académico recentemente publicado "When Autocratization is Reversed: Episodes of Democratic Turnarounds since 1900."

Simplificando, autocratizações após fase democratizadora são episódios onde a democratização se transforma em autocratização dentro de um período máximo de cinco anos após o fim dos progressos democráticos. Democratizações após fase autocratizadora são episódios onde a autocratização se transforma em democratização dentro de um período equivalente.

14 Medzihrorsky, J., and S. Lindberg. 2023. Walking the Talk: How to Identify Anti-Pluralist Parties. Party Politics. Online first.

15 https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0217_EN.html

16 <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20220909IPR40137/meps-Hungria-can-no-longer-be-considered-a-full-democracy>

17 <https://njt.hu/jogszabaly/en/2023-88-00-00>

18 <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-56111289>; <https://www.opendemocracy.net/en/openindia/india-turning-colonial-era-laws-silence-journalists/>

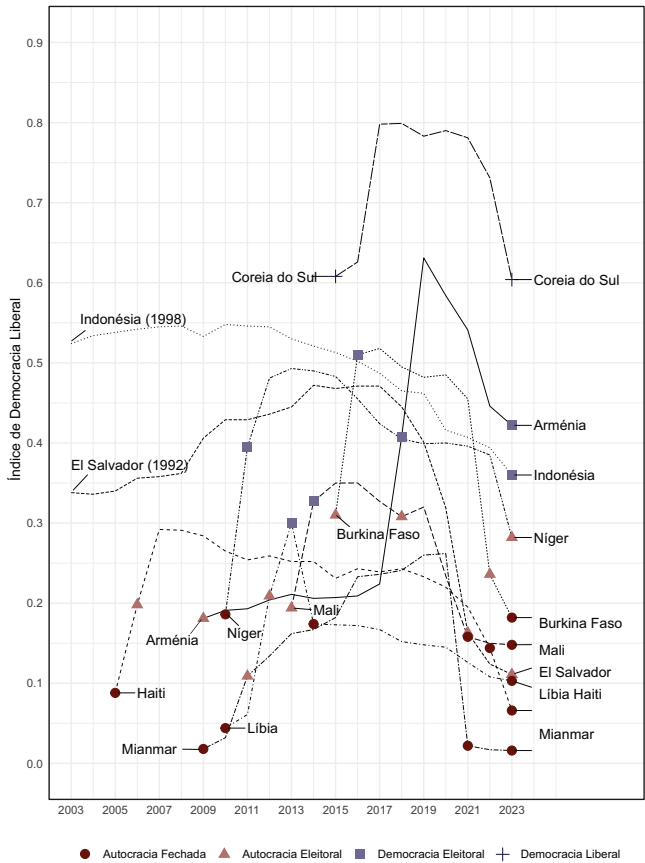
19 <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/india>; <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/11/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2020.pdf>

20 <https://rsf.org/en/country/Mauricio>

21 <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20240202IPR17327/serbia-did-not-fulfil-its-commitments-to-free-and-fair-elections-say-meps>; <https://www.reuters.com/world/europe/serbian-elections-marred-by-presidents-involvement-vote-buying-observers-2023-12-18/>

22 <https://www.cfr.org/background/hong-kong-freedom-democracy-protests-china-crackdown>; <https://sgp.fas.org/crs/row/R46473.pdf>

FIGURA 15. 10 PRINCIPAIS AUTOCRATIZADORES APÓS FASE DEMOCRATIZADORA, 2023



A Figura 15 apresenta os valores do IDL para os 10 principais países em processo de autocratização após fase democratizadora. A autocratização após fase democratizadora significa que a autocratização nestes países se segue pouco depois de um período de democratização (isto é, uma melhoria substancial nos níveis do IDE) e está ligada a esse período. Note-se que o primeiro ano no gráfico foi tecnicamente um ano de “pré-episódio”, no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro a registar uma mudança segundo a metodologia ERT. O gráfico visualiza a magnitude total da mudança durante um episódio de autocratização após fase democratizadora.

estudadas em profundidade para esse efeito. Apresentamos aqui apenas breves descrições destes casos.

Oito dos dez principais autocratizadores após fase democratizadora foram democracias em algum momento durante o seu episódio: **Arménia, Burkina Faso, El Salvador, Indonésia, Líbia, Mali, Níger e Coreia do Sul**. Após o início da autocratização, apenas três deles – a Arménia, a Indonésia e a Coreia do Sul – continuam a ser democracias em 2023. Dos cinco países em que a democracia falhou, três – Burkina Faso, Líbia e Mali – tornaram-se autocracias fechadas. O “nível de sobrevivência” entre democracias submetidas ao processo de autocratização após fase democratizadora é sensivelmente a mesma que a dos processos de autocratização autónoma acima referidos.

Dois países – **Haiti e Mianmar** – eram, na melhor das hipóteses, autocracias eleitorais após curtos períodos de melhorias em meados dos anos 2000 e no início dos anos 2010, respetivamente. Para ambos os casos, o processo de autocratização levou a autocracias fechadas até ao final de 2023.

É importante notar que cinco dos países autocratizadores após fase democratizadora – **Arménia, Burkina Faso, Líbia, Mianmar e Níger** – encontravam-se entre os dez principais países em processo de democratização da última década. A **Coreia do Sul** – país destacado como um caso raro de democracias que estão a recuperar no *Relatório da Democracia* do ano passado – regressou recentemente a níveis anteriores ao episódio de demo-

TABELA 3. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO POR MAGNITUDE DE MUDANÇA, FIGURA 1515

Classificação	País	Mudança no LDIM
1	El Salvador	-0,360
2	Burkina Faso	-0,336
3	Mianmar	-0,246
4	Haiti	-0,225
5	Arménia	-0,209
6	Mali	-0,202
7	Níger	-0,201
8	Líbia	-0,197
9	Coreia do Sul	-0,195
10	Indonésia	-0,186

cratização. **El Salvador** e a **Indonésia** passaram por episódios de democratização muito lentos, mas constantes, durante mais de uma década antes da inversão. Por outras palavras, estes eram casos promissores e as suas reversões para autocracias após fase democratizadora apontam para a incerteza de manter os progressos democráticos em contextos muito diferentes.

Entre os três países onde a democracia ainda sobrevive, a **Arménia** democratizou-se gradualmente a partir de 2009 e depois fez progressos notáveis com a Revolução de Veludo de 2018. Um governo corrupto foi substituído por um governo eleito democraticamente²³ e a Arménia foi classificada como um dos dez principais democratizadores do mundo no *Relatório da Democracia* durante vários anos. Porém, o conflito do Nagorno-Karabakh atravessou-se no percurso da Arménia. O governo sob liderança do Primeiro-Ministro Pashinyan restringiu as liberdades civis e o direito à liberdade de informação, introduziu uma nova lei de censura e proibiu as críticas ao governo.²⁴ A vitória do Azerbaijão no Nagorno-Karabakh em 2023 adiciona-se à incerteza sobre o futuro da Arménia. Todavia, a Arménia continua a ser uma democracia eleitoral em 2023.

O processo de democratização gradual da **Indonésia** remonta à demissão do presidente autoritário Suharto em 1998 até meados da década de 2000. O processo de autocratização após fase democratizadora começou em 2009 e levou a um episódio de declínio democrático lento até 2023. A crescente polarização social e a ascensão do populismo desde 2014 são centrais para o processo de autocratização de quinze anos da Indonésia. Reeleito em 2019, o governo do Widodo iniciou uma ação repressiva contra figuras da oposição islâmica e proibiu os funcionários públicos de se envolverem em “discursos de ódio” contra o governo, incluindo nas redes sociais.²⁵ O Presidente Widodo continuou a ser um presidente popular, apesar de enfraquecer as liberdades civis e dismantelar os pesos e contrapesos no executivo, com a desculpa de estar a proteger a democracia.²⁶ A pontuação nos indicadores do V-Dem significa que a Indonésia mantém o seu estatuto de democracia eleitoral – mas apenas por pouco, como indica a sua colocação na “zona cinzenta” das democracias eleitorais a partir de 2023. Em fevereiro de 2024, a Indonésia realizou eleições gerais e elegeu um novo Presidente, antigo general do exército Prabowo Subianto (ver Secção 5).

O episódio da **Coreia do Sul** começou com avanços no IDL após um escândalo de corrupção que levou à mobilização em massa das organizações da sociedade civil, a protestos em grande escala com milhões de cidadãos nas ruas e à saída da Presidente Park Geun-hye em 2016. O próximo Presidente, Moon Jae-in, foi um ativista de direitos humanos durante a anterior ditadura militar, que fez regressar a Coreia do Sul aos níveis no IDL anteriores a Park. No entanto, os presidentes na Coreia do Sul podem apenas servir um mandato de cinco anos e as eleições seguintes, em 2021, levaram ao poder o conservador de direita, Yoon Suk-yeol. O seu recente historial profissional já revelou abuso de poder.²⁷ A mudança de presi-

23 Lansky, M., and E. Suthers. 2019. Armenia’s Velvet Revolution. *Journal of Democracy* 30(2).
24 <https://www.geopoliticalmonitor.com/democracy-in-armenia-one-step-forward-two-steps-back/>
25 <https://carnegieendowment.org/2020/08/18/deepening-polarization-and-democratic-decline-in-indonesia-pub-82435>
26 Mujani, S., and RW. Liddle. 2021. Indonesia: Jokowi Sidelines Democracy. *Journal of Democracy* 32(4).
27 http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2020/11/356_299941.html

dente fez com que a Coreia do Sul voltasse a entrar numa trajetória descendente. As medidas coercivas do Presidente Yoon Suk-yeol para punir membros da anterior administração Moon,²⁸ juntamente com os ataques à igualdade de gênero,²⁹ levaram à diminuição dos níveis do IDL da Coreia do Sul, formando um processo de autocratização após fase democratizadora. Embora a Coreia do Sul continue a ser uma democracia liberal no final de 2023, os esforços de Moon foram praticamente neutralizados.

Existem cinco casos de autocratização após fase democratizadora que inicialmente se tornaram democracias, mas depois a democracia falhou.

Entre esses encontra-se a democratização do **Burkina Faso** após o golpe militar e as eleições gerais de 2015. Rapidamente se tornou um caso de autocratização após fase democratizadora em 2018. Após dois golpes de estado em 2022 e de confrontos com jihadistas, a junta militar mandou retirar as forças francesas do país, restabeleceu contactos diplomáticos com a Coreia do Norte e restringiu ainda mais a liberdade de expressão. Um decreto emitido a 13 de abril de 2023 autoriza os militares a restringir as liberdades civis durante operações de contraterrorismo, incluindo o silenciamento da sociedade civil e dos meios de comunicação social.³⁰ As eleições de 2024 foram adiadas indefinidamente.³¹ O Burkina Faso passou de uma democracia eleitoral para uma autocracia fechada em apenas dois anos e agora classifica-se em segundo lugar entre as autocratizações após fase democratizadora com base na magnitude de deterioração.

El Salvador estava a democratizar-se muito lentamente desde 1992, ganhou o estatuto de democracia eleitoral em 1998 e continuou a progredir até por volta de 2014. A autocratização após fase democratizadora começou em 2018 e o país ocupa agora o primeiro lugar em termos de magnitude de declínio no IDL entre os episódios de autocratização após fase democratizadora (ver Tabela 3). Quase todos os progressos democráticos alcançados nas últimas duas décadas desapareceram até ao final de 2023 – em apenas cinco anos do governo do Presidente Bukele. As ações incluem detenções arbitrárias ordenadas pelo executivo e pelo legislativo sob o pretexto de combater a violência de gangues, a perseguição de atores da sociedade civil, jornalistas, juizes, académicos e defensores dos direitos humanos,³² e manobras nas regras de reeleição.³³ O desmantelamento do poder judicial em maio de 2021 passou El Salvador para uma autocracia eleitoral, que é o estatuto que o país mantém até ao final de 2023. O Presidente Bukele ganhou uma reeleição esmagadora em El Salvador, em fevereiro de 2024.

A revolução de 2011 na **Líbia**, que derrubou o regime do coronel Gaddafi, também deu início ao Conselho Nacional de Transição, que governou as eleições gerais de 2012. Estas foram consideradas, em grande medida, como livres e justas,³⁴ e, durante um ano (2013), a Líbia foi classificada como uma democracia eleitoral. Desde 2014, porém, a Líbia tem estado mergulhada numa guerra civil entre dois governos rivais, cada um apoiado por uma série de milícias. A autocratização após fase democratizadora chegou rapidamente e, em 2023, a Líbia era uma autocracia fechada.

A autocratização após fase democratizadora no **Mali** começou com avanços significativos em 2014 para se tornar uma democracia eleitoral após as eleições presidenciais em 2013 que devolveram o controlo do governo à população. Durante o atual conflito no norte do Mali entre o governo e os grupos rebeldes apoiados por militantes islâmicos, a nova democracia do Mali foi apoiada por numerosas intervenções de assistência externa e de intervenções militares para manutenção da paz. No entanto, o processo de autocratização começou em 2017 e, no ano

seguinte, o Mali tornou-se uma autocracia eleitoral no meio de uma instabilidade crescente. Os golpes militares de 2020 e 2021 levaram a uma autocracia fechada – estatuto que se mantém em 2023.

O **Níger** é outro exemplo de autocratização após fase democratizadora no seguimento de um golpe militar no contexto de ataques insurgentes de grupos jihadistas. As eleições gerais de 2011 levaram ao estatuto de democracia eleitoral. Contudo, tensões e conflitos no Mali começaram a transbordar para países vizinhos em 2016 e o governo do Níger passou a impor restrições à liberdade de expressão.³⁵ As eleições gerais de 2020-2021 marcaram a primeira transição democrática de poder no Níger, mas o governo eleito foi derrubado por uma junta militar em julho de 2023. Até ao final de 2023, o Níger era uma autocracia fechada.

Dos dois autocratizadores após fase democratizadora que nunca se tornaram uma democracia, o golpe militar no **Mianmar** em 2021 terminou a frágil liberalização política em curso desde 2009. O golpe levou a uma guerra civil, a uma crise humanitária, à morte de mais de 3000 manifestantes e à detenção de 20.000 pessoas.³⁶ A junta militar adiou as eleições gerais de agosto de 2023 e prorrogou o estado de emergência. No final de 2023, o Mianmar ocupava o 177.º lugar no IDL, acima da Coreia do Norte e da Eritreia, o que indica que é uma das autocracias fechadas mais repressivas do mundo.

Após um curto período de avanços democráticos em 2006-2008, que transformaram o **Haiti** numa autocracia eleitoral, o país tem estado num longo e prolongado período de autocratização. Após o terramoto de 2010, o Haiti encontra-se no abismo da ingovernabilidade e a cena é dominada por gangues criminosos e pelos seus patronos políticos.³⁷ Após o assassinato do Presidente Moïse em julho de 2021 e o termo dos mandatos parlamentares, o Haiti tornou-se uma autocracia fechada em 2022. Em fevereiro de 2024, ainda não existia uma nova data para eleições devido a preocupações de segurança.

As Eleições também estão a ser atacadas pelos autocratas

Ao analisar os indicadores individuais das componentes acima analisadas, a Figura 16 revela mais pormenores sobre o processo de autocratização. Para esta análise, incluímos todos os indicadores que fazem parte de qualquer um dos índices de democracia (semelhante à Figura 8), mas apenas os indicadores dos índices eleitoral e liberal aparecem entre os 20 principais indicadores mais afetados. Todos os 42 países em processo de autocratização (tanto do tipo autocratização após fase democratizadora como autocratização autónoma) estão incluídos na análise. A comparação é feita entre os seus níveis no final de 2023 e o ano de início da autocratização de cada país (apresentados na Figura 13).

A mudança mais notável em relação aos *Relatórios de Democracia* dos anos anteriores é que as **eleições** são agora cada vez mais prejudicadas nos países autocráticos. No relatório de 2022, por exemplo, *apenas um* dos indicadores do Índice de Eleições Limpas se encontrou entre os 20 principais indicadores em declínio. Esse indicador era a **autonomia da Instituição de Organização Eleitoral (EMB)** e está novamente no topo da lista do relatório deste ano. Os dados mostram que os governos estão a reduzir a autonomia desta instituição fundamental em 22 dos 42 países em processo de autocratização. Entre os infratores, encontramos países relativamente democráticos, como o Gana, que realizou eleições pela última vez em 2020 e tem as próximas eleições agendadas para

28 <https://www.9dashline.com/article/evaluating-south-koreas-democratic-backsliding>

29 <https://www.theguardian.com/world/2022/oct/07/outcry-as-south-korean-president-tries-to-scrap-gender-equality-ministry-to-protect-women#:~:text=South%20Korea%27s%20president%2C%20Yoon%20Suk,an%20improvement%20in%20women%27s%20rights>

30 <https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/burkina-faso>

31 <https://africacenter.org/spotlight/2024-elections/burkinafaso/>

32 <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/06/el-salvador-president-bukele-human-rights-crisis/>

33 <https://elfaro.net/en/202312/opinion/27182/Fraud-upon-Fraud-Bukele-Is-Not-on-Presidential-Leave.htm>

34 <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/220578.pdf>

35 <https://www.amnesty.org/en/location/africa/west-and-central-africa/niger/report-niger/>

36 <https://www.eastwestcenter.org/news/east-west-wire/understanding-military-coup-myanmar-two-years-later>

37 <https://latinoamerica21.com/en/haiti-hostage-of-criminal-organizations/>

dezembro de 2024. Contudo, há também democracias eleitorais mais conturbadas, que se aproximam do limiar da autocracia, como o México, onde as mais últimas eleições foram realizadas em 2018 e as próximas estão agendadas para 2024.

Este ano, dois indicadores adicionais inseridos no Índice de Eleições Limpas aparecem na lista dos 20 principais aspetos que são prejudicados no maior número de países em processo de autocratização. O indicador relativo às **eleições livres e justas** deteriorou-se substancial e significativamente em 18 países, incluindo na Hungria, membro da UE, no país mais populoso do mundo, a Índia, e nas Filipinas. A **intimidação governamental** durante os períodos de eleições aumentou substancialmente em 16 países em processo de autocratização, entre os quais o Estado insular africano das Comores e um dos piores autocratizadores na Europa nas últimas décadas, a Sérvia.

Estes resultados dão mais peso à análise apresentada na primeira parte do relatório e aos resultados da Figura 7, que demonstra que a tendência global geral para a qualidade de eleições se inverteu ao longo da última década: 23 países ainda estavam a melhorar a qualidade das eleições em 2013, mas até 2023 a situação inverteu-se, com 23 países a registar um retrocesso substancial e estatisticamente significativo. Já no *Relatório de Democracia* de 2021, mostrámos que as eleições tendiam a chegar tarde no processo de autocratização, depois de uma série de outros aspetos da democracia terem sido perturbados. Os dados apresentados na Figura 16 podem indicar que muitos dos atuais autocratizadores avançaram tanto no processo que agora se sentem suficientemente confiantes para atacar e prejudicar a instituição central da democracia.

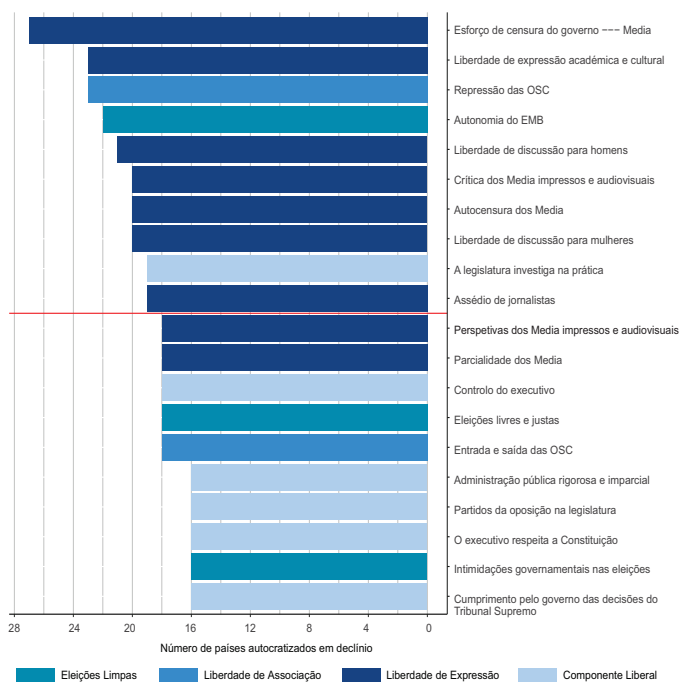
Entretanto, os resultados apresentados na Figura 16 também demonstram que a liberdade de expressão e dos meios de comunicação social e a liberdade de associação são as liberdades democráticas mais frequentemente

atacadas durante a autocratização. Quase metade dos 20 principais indicadores em declínio na Figura 16 pertencem a estas duas componentes essenciais da democracia. A **censura dos meios da comunicação social** é o que os governantes dos países autocratizadores utilizam com mais frequência e em maior grau. É seguida de perto pelas restrições à **expressão académica e cultural** e pela **repressão das organizações da sociedade civil (OSC)**. Estas três instituições essenciais pioraram substancialmente em mais de 20 países em processo de autocratização. A censura governamental dos meios de comunicação social, por exemplo, piorou mais na Nicarágua, seguida de perto pelo Afeganistão, Hong Kong e Myanmar. O regresso de Ortega ao poder na Nicarágua preparou o terreno para um rápido declínio deste indicador. O Afeganistão registou um rápido declínio deste indicador após a tomada de poder pelos Talibãs. Em Hong Kong, a repressão da liberdade de imprensa, incluindo a detenção do magnata dos meios de comunicação social e proprietário de jornais mais liberais Jimmy Lai em 2023, seguiu-se à promulgação da Lei de Segurança Nacional em 2021. No Myanmar, as forças armadas introduziram diversas restrições digitais e cortes na internet após o golpe de 2021.³⁸ No entanto, a liberdade de expressão e dos meios de comunicação social e a repressão da sociedade civil agravam-se também em Estados menos repressivos como a Croácia, o Peru e o Senegal, o que demonstra que este está longe de ser um fenómeno que ocorre apenas nos cenários mais autocráticos.

Os indicadores que mostram declínios na liberdade da comunicação social estão frequentemente ligados. Os **esforços de censura governamental**, que pioraram substancialmente em 27 países, são frequentemente direcionados para **meios de comunicação social impressos e audiovisuais críticos do governo**, o que está a diminuir visivelmente em 20 países. Outro meio de repressão da liberdade de expressão é o aumento dos níveis de **autocensura dos meios de comunicação social**. Este indicador mostra que essas expressões mais elusivas de repressão estão a piorar em 20 países. Os esforços governamentais para reduzir a liberdade e independência dos meios de comunicação social coincidem geralmente com o **assédio a jornalistas**, pelo que não é surpreendente descobrir que este indicador se está a deteriorar em 19 países. A Grécia e a Coreia do Sul são exemplos que também demonstram que os atentados à liberdade de expressão e aos meios de comunicação social estão longe de estar reservados aos países que se estão a tornar autocracias severas. Os dados relativos às últimas décadas em todo o mundo demonstram que a liberdade dos meios de comunicação social também é posta em causa em países ainda relativamente liberais e democráticos em fases iniciais de autocratização, como na Hungria, no início de 2009, quando ainda era uma democracia, e na Turquia, por volta da mesma altura. Os dados demonstram, também, deteriorações substanciais e estatisticamente significativas na **liberdade de discussão para os homens e para as mulheres** em 21 e 20 países, respetivamente.

Os aspetos liberais da democracia estão, também, sob ataque. No ano passado, apenas quatro dos 23 indicadores que compõem o Índice da Componente Liberal figuravam na lista dos 20 principais. Agora são seis. Os governos em 19 países em processo de autocratização estão a restringir a capacidade das legislaturas para investigarem infrações cometidas pelo governo; o indicador relativo à supervisão do executivo piorou consideravelmente em 18 países; enquanto a imparcialidade da administração pública, a capacidade dos partidos da oposição de influenciar a legislatura para investigar o governo, o respeito dos governos pela constituição e o respeito dos governos pelo Supremo Tribunal estão a diminuir significativa e substancialmente em 16 países. Entre os países que registam um declínio em vários destes indicadores da componente liberal contam-se o Botsuana e a Indonésia. Isto é prova da incursão cada vez mais agressiva por parte de líderes com mentalidade autocrática para alcançar o “engrandecimento do executivo”³⁹

FIGURA 16. 20 PRINCIPAIS INDICADORES EM DECLÍNIO EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO, 2023



A Figura 16 mostra o número de países em autocratização que registam um declínio significativo e substancial nos 20 indicadores mais afetados. A linha vermelha assinala os 10 principais indicadores. Um indicador está a diminuir substancial e significativamente se o seu valor em 2023 for pelo menos 0,5 pontos inferior ao valor no início do episódio de autocratização, numa escala de 0 a 4 (para a maioria das variáveis) ou de 0 a 5, e se os intervalos de confiança não se sobrepujarem.

³⁸ <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/06/myanmar-un-experts-condemn-militarys-digital-dictatorship>

³⁹ Bermeo, N. 2016. On Democratic Backsliding. *Journal of Democracy* 27(1); ver também Khaitan, T. 2019. *Executive aggrandizement in established democracies: A crisis of liberal democratic constitutionalism*. *International Journal of Constitutional Law* 17(1).

Caixa 6. A expansão dos BRICS e o futuro da democracia global

Cinco países (Egito, Etiópia, Irão, Arábia Saudita e os EAU) juntaram-se ao grupo das principais economias emergentes – BRICS – no início deste ano. A assembleia BRICS+ resultante, com dez membros, abriga 46% da população mundial, engloba 34% da superfície terrestre do mundo e gera 29% do PIB real do mundo.

A expansão para BRICS+ envia uma mensagem sobre a alteração do equilíbrio do poder mundial e sobre a emergência de um mundo multipolar. O enfraquecimento do poder económico relativo das democracias também levanta questões sobre as perspectivas para os direitos humanos e liberdades democráticas no mundo.

Os BRICS+ contrapõem-se ao G7

A trajetória dos BRICS+ em termos de crescimento económico tem sido verdadeiramente notável. A Figura 1 mostra que a percentagem total do grupo no PIB real mundial mais do que triplicou durante os últimos 30 anos – de 9% em 1993 para 29% em 2023 (painel esquerdo). Ao mesmo tempo, a percentagem do G7 no PIB real mundial diminuiu de 68% em 1993 para 44% em 2023.

Mesmo antes de adicionarem novos membros, as nações fundadoras originais dos BRICS ultrapassavam o grupo G7 quando medido pela percentagem do PIB mundial com base na paridade do poder de compra (Figura 1, painel direito). De acordo com esta medida, os países BRICS+ representam atualmente 37% do PIB mundial, enquanto a percentagem dos países do G7 desceu para 30%.

O relativo sucesso dos BRICS é ainda mais notável tendo em conta que a China e a Rússia, autocracias ideologicamente diferentes, e a atual Índia, autocracia eleitoral, conseguiram trabalhar pragmaticamente em conjunto com o Brasil e a África do Sul, ainda democráticos, durante muitos anos. Nem mesmo o conflito fronteiriço sino-indiano, a invasão da Ucrânia pela Rússia e as sanções que se lhe seguiram conseguiram acabar com o bloco.

A inclusão do Irão, da Arábia Saudita e dos EAU acrescenta um importante peso económico ao grupo. Os BRICS+ inclui agora três dos maiores exportadores de petróleo do mundo, assim como a Rússia, o que lhe confere relevância na geopolítica do mercado petrolífero global. Dado que as sanções energéticas se tornaram mais prevaletentes, a expansão dos BRICS também é um sinal de que os países estão a explorar formas de reduzir a sua dependência no dólar americano.

BRICS+ como um clube de autocracias

Com a admissão de cinco novos membros, a pontuação média do IDL do bloco caiu de um valor já baixo de 0,33 para 0,21 (Figura 2). A descida da Índia de uma democracia relativamente decente para uma autocracia eleitoral cada vez mais opressiva na última década, contribuiu para o declínio no IDL mesmo antes do alargamento. Os BRICS+ estão agora firmemente estabelecidos como um clube onde as nações que respeitam os direitos humanos, as liberdades democráticas e o Estado de direito são a minoria

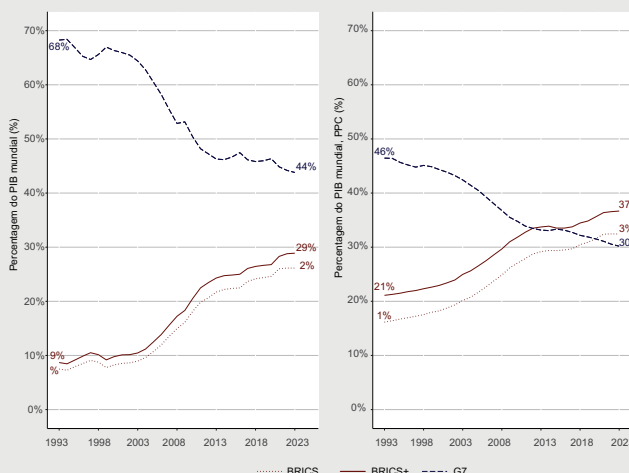
É óbvio que as liberdades civis, as normas democráticas e os direitos humanos não estão entre os critérios de entrada na assembleia dos BRICS. Três dos cinco novos membros – Egito, Irão e Arábia Saudita – são alguns dos piores violadores dos direitos humanos no mundo.¹ Os EAU também ocupam, normalmente, os últimos lugares em medidas relativas aos direitos humanos, à liberdade de expressão e à liberdade dos meios de comunicação social, enquanto a situação na Etiópia se deteriorou seriamente desde o início do conflito na região de Tigray.

Entre os membros fundadores originais dos BRICS, a China e a Rússia tornaram-se cada vez mais repressivas nos últimos anos. A China reforçou o controle sobre todos os aspetos da vida privada e aumentou a utilização de aparelhos de vigilância e de censura dos meios de comunicação social. A Rússia praticamente erradicou a oposição política e os meios de comunicação social independentes, enquanto a repressão política é tão dura que não deixa praticamente nenhum canto da sociedade intocado. As autoridades indianas também intensificaram a repressão contra jornalistas, ativistas e críticos do regime.

As duas restantes democracias dos BRICS – África do Sul e Brasil – são agora uma pequena minoria no bloco alargado. Para além disso, têm problemas com a sua própria democracia. A África do Sul encontra-se atualmente a viver um declínio democrático causado pela corrupção endémica e pela violação dos direitos humanos (ver Secção 5), enquanto que o Brasil – apesar da recente democratização após fase autocratizadora (ver Secção 4) – ainda enfrenta o legado de polarização na sociedade deixado pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro.²

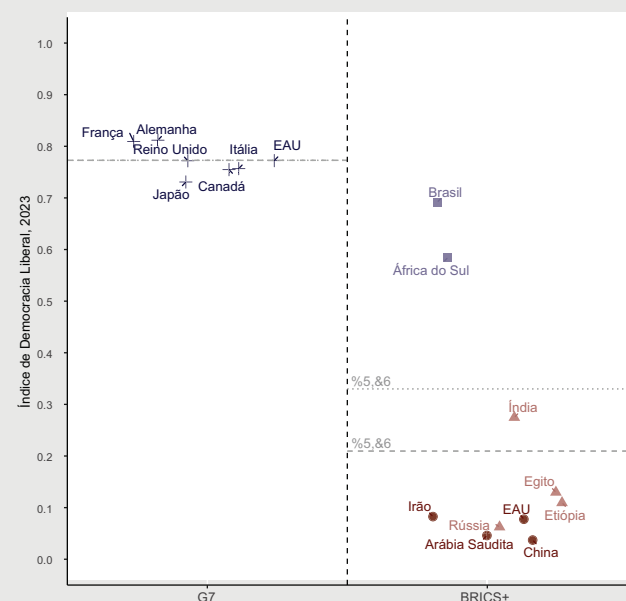
Com a sua expansão, os BRICS+ estão não só a consolidar o seu estatuto como a voz do Sul Global, mas também a adquirir um peso maior na política internacional. Tendo em conta o perfil autocrático dos membros dos BRICS+, a expansão deste bloco levanta agora também questões fundamentais sobre o futuro da democracia global.

FIGURA 1. PERCENTAGEM DO PIB MUNDIAL, BRICS+ VS. G7, 1993-2023



Os dados sobre o PIB real e o PIB baseado na paridade do poder de compra são retirados do Banco Mundial

FIGURA 2. ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL, G7 VS. BRICS+, 2023



¹ <https://web.uri.edu/artsci/wp-content/uploads/sites/1132/2023-Human-Rights-report-PDF-Final.pdf>
² <https://clas.osu.edu/news/january-8th-political-polarization-brazil>



Eleições gerais de 2023 na Tailândia, na parte do município de Chanthaburi, distrito de Mueang Chanthaburi, província de Chanthaburi. 14 de maio de 2023. (Adirach Toumlamoon/Pacific Press/Shutterstock)

คูหาออกเสียงลงคะแนน

4 | Países em Democratização

- **7 dos 9 democratizadores autónomos fizeram a transição afastando-se da autocracia.**
- **Os 9 democratizadores autónomos abrangem apenas 30 milhões de pessoas, e 5 desses 9 são estados insulares. Este facto reflete o diminuto impacto da atual democratização no mundo.**
- **3 democratizadores após fase autocratizadora recuperaram os seus níveis iniciais de democracia, mas os outros 6 estão, ainda, a níveis inferiores do que no início do episódio.**
- **A liberdade de expressão e dos meios de comunicação social são áreas típicas de melhoria – aumentando substancialmente em mais de metade de todos os países em processos de democratização.**

Utilizando a metodologia ERT (ver Caixa 4), mostramos as trajetórias dos países com processos de democratização atualmente em curso. Fazemos a distinção entre dois tipos, tal como fizemos nos casos de autocratização. A democratização autónoma é um processo de melhoria que se inicia de forma independente após um período de relativa estabilidade. Em democratizações após fase autocratizadora, um período de democratização segue-se pouco depois desta fase e está por isso ligado a um período de autocratização prévia.⁴⁰ A lista completa de 18 países em processo de democratização, agrupados em nove democratizações autónomas e nove processos de democratização após fase autocratizadora, é apresentada na Figura 17. Os países estão ordenados de acordo com os seus níveis no IDL no início da democratização. A pontuação do IDL para 2023 revela a magnitude total da melhoria democrática até ao final de 2023. Todos os 18 episódios de democratização ainda estão em curso.

Dos 18 democratizadores, 14 eram autocracias no início do seu episódio. Até 2023, 15 dos 18 são democracias. Outros quatro países já eram democracias e, portanto, registaram um maior aprofundamento democrático. Esta visão geral mostra que a democratização pode ocorrer em

diferentes circunstâncias, o que se reflete na distribuição dos níveis iniciais do IDL na Figura 17.

Democratização autónoma

A Figura 18 mostra os nove países a passar pelo processo de democratização autónoma e detalha as suas trajetórias no IDL desde o início do episódio de democratização de cada país até ao final de 2023. A Tabela 4 indica quais os países que mais progrediram, através da classificação dos países pela magnitude total do aumento.

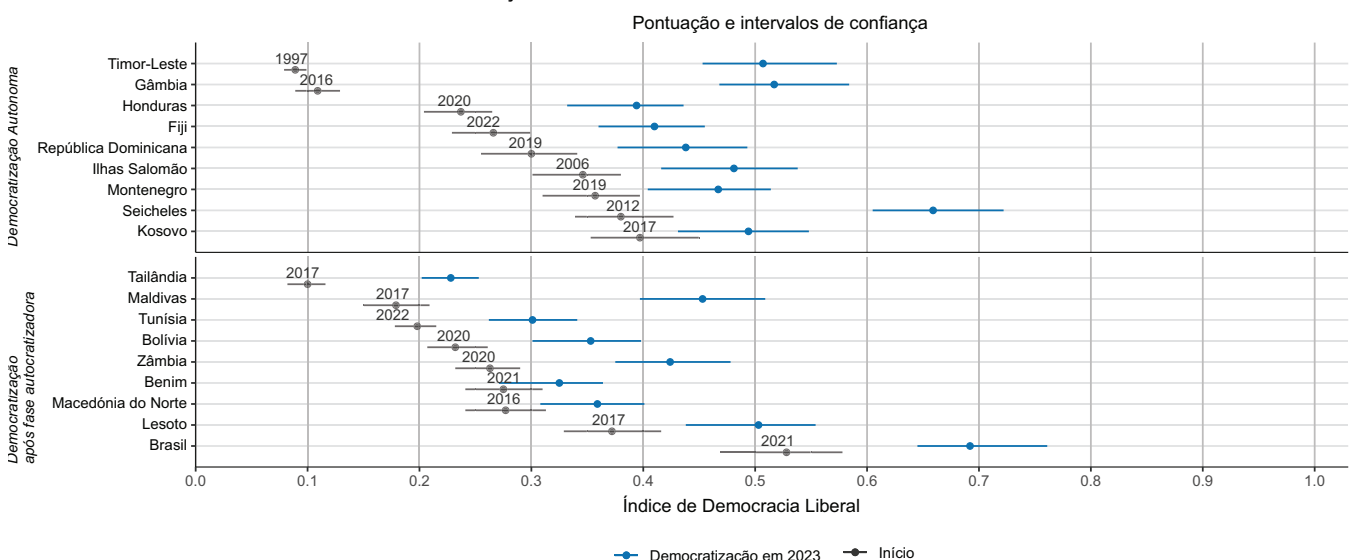
Os democratizadores autónomos não são apenas um grupo pequeno, mas são, também, pequenos países em geral. Este facto demonstra a predominância da autocratização como uma tendência global muito mais influente. O conjunto dos nove países tem uma população de cerca de 30 milhões de pessoas, com 70% das quais a residir na **República Dominicana** (11 milhões) e na **Honduras** (10 milhões). Os 30 milhões correspondem a apenas 0,38% da população mundial. Este facto, evidentemente, não põe em causa os desenvolvimentos positivos destes países.

Sete das nove democratizações autónomas eram autocracias antes do início da democratização – apenas a **República Dominicana** e o **Kosovo** começaram os seus episódios como democracias, melhorando ainda mais. Todos os nove países são democracias em 2023, mas apenas as **Seicheles** evoluíram para uma democracia liberal até à data.

As **Fiji**, a **Gâmbia**, as **Honduras**, o **Montenegro**, as **Ilhas Salomão** e **Timor-Leste** eram autocracias eleitorais no início dos seus episódios – todas elas transitaram para democracias eleitorais até 2023.

As **Fiji** são o caso mais recente de democratização autónoma, que começou há apenas dois anos. As eleições de 2022 conduziram a uma mudança de liderança. Sitiveni Rabuka, do partido Aliança do Povo, tornou-se Primeiro-Ministro, derrotando o atual Frank Bainimarama, do partido Fiji Primeiro e pondo fim ao seu governo de 16 anos.⁴¹ O novo governo promulgou algumas reformas que conduziram a níveis mais elevados no IDL,

FIGURA 17. TODOS OS 18 CASOS DE DEMOCRATIZAÇÃO EM CURSO, 2023

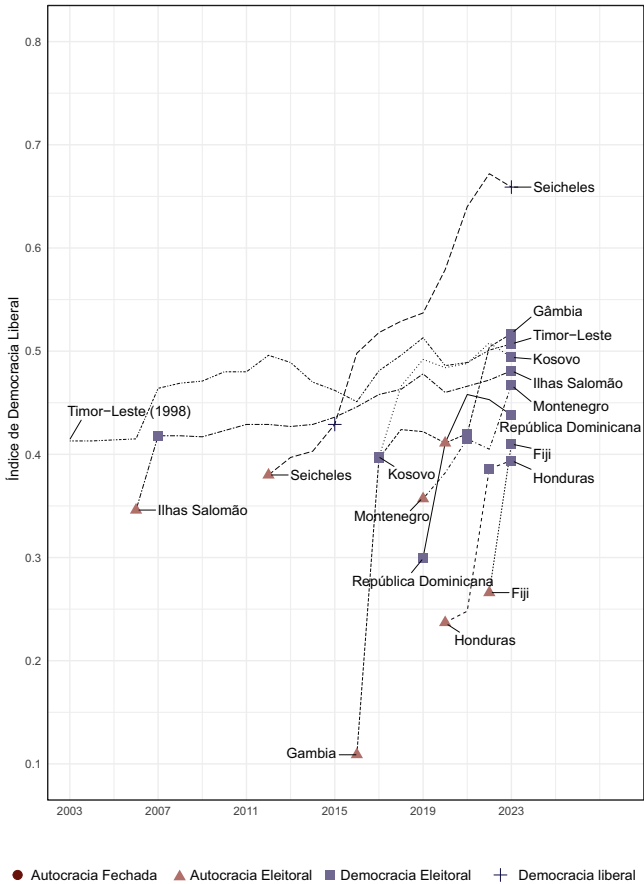


A Figura 17 mostra os resultados do IDL e os intervalos de confiança no início da democratização. De acordo com a metodologia ERT, estes são tecnicamente pré-episódios no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro a registar um aumento. Os valores de 2023 estão destacados a azul e revelam a magnitude total da mudança. A ERT é baseada no Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar episódios, e nós seguimos-lo, mas apresentamos os valores nacionais no IDL. Um país pode mudar mais no IDE do que no IDL, o que explica casos com intervalos de confiança sobrepostos (eles não se sobrepõem no IDE).

40 Nord, M. et al. 2024. "When autocratization is reversed." V-Dem Institute: V-Dem Working Paper 147.

41 <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/fiji-lawmakers-vote-install-sitiveni-rabuka-next-prime-minister-2022-12-24/>

FIGURA 18. TODOS OS 9 CASOS DE DEMOCRATIZAÇÃO AUTÔNOMA, 2023



A Figura 18 apresenta os valores do IDL para os nove países de democratização autônoma. O episódio de Timor-Leste começou em 1998 e a trajetória dos primeiros cinco anos não é apresentada no gráfico. Note-se que o primeiro ano do gráfico é tecnicamente um ano de “pré-episódio”, no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro a registar um aumento segundo a metodologia ERT. O gráfico visualiza a magnitude total da mudança durante a democratização.

como a revogação de uma lei dos media que ameaçava a liberdade de expressão.⁴²

A democratização da **Gâmbia** começou a partir da autocracia eleitoral em 2016, com os níveis mais baixos do IDL entre todas as democratizações autônomas. As eleições presidenciais de 2017 conduziram à primeira transferência democrática de poder através de eleições populares desde o golpe militar de 1994 liderado por Yahya Jammeh. Inicialmente, o Presidente Jammeh recusou demitir-se. O presidente eleito, Adama Barrow, só tomou posse após uma intervenção militar internacional dos membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. As reformas do Barrow incluíram a libertação de presos políticos⁴³ e a promoção da liberdade de expressão.⁴⁴

As **Honduras** eram uma autocracia eleitoral em 2020, mas progrediram para uma democracia eleitoral após as eleições de 2021. Parte dos progressos deve-se à melhoria da qualidade das eleições. Após anos de votações marcadas pela violência eleitoral e fraude, as eleições de 2021 foram relativamente pacíficas e inclusivas, registaram uma afluência recorde e resultaram na primeira mulher presidente, Xiomara Castro.⁴⁵ Desde 2021, as Honduras avançaram

TABELA 4. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO POR MAGNITUDE DE MUDANÇA, FIGURA 18

Classificação	País	Mudança no LDIM
1	Gâmbia	0.408
2	Seicheles	0.279
3	Honduras	0.157
4	Fiji	0.144
5	República Dominicana	0.138
6	Ilhas Salomão	0.135
7	Montenegro	0.110
8	Kosovo	0.097
9	Timor-Leste	0.094

notavelmente em matéria de liberdades cívicas e melhoraram ligeiramente a liberdade de expressão, apesar de existir espaço para progressos.⁴⁶

O **Montenegro** tornou-se uma democracia eleitoral após as eleições de 2020, que trouxeram para o poder uma coligação da oposição e puseram fim a três décadas de governo do Partido Democrático dos Socialistas. As eleições de 2020 realizaram-se no meio do escândalo de corrupção “caso do envelope”, que revelou gravações e documentos que implicavam membros do governo em subornos.⁴⁷ A trajetória do Montenegro foi um pouco perturbada em 2021-2022 pelas alegadas violações da Constituição por parte do Presidente e por um conflito de responsabilidades.⁴⁸ No entanto, as eleições de 2023 foram, em grande medida, livres e justas e o Montenegro continua a ser uma democracia eleitoral em 2023.

As **Ilhas Salomão** são outro exemplo de eleições que levam à democratização. As eleições de 2006 conduziram a uma mudança de liderança, com um novo Primeiro-Ministro eleito com uma coligação de partidos da oposição. As eleições subsequentes melhoraram ainda mais a sua qualidade, assim como a liberdade de associação. Apesar de algumas fragilidades do Estado de Direito e de problemas de corrupção, os direitos e liberdades democráticas são geralmente respeitados nas Ilhas Salomão.⁴⁹ O país continua a ser uma democracia eleitoral desde 2007.

Timor-Leste é um dos países mais jovens do mundo. Um referendo sobre a independência, em 1999, levou à separação da Indonésia e deu início a um período de transição de três anos sob a administração da ONU.⁵⁰ As primeiras eleições legislativas de sempre em Timor-Leste independente realizaram-se em 2001 e as primeiras eleições presidenciais seguiram-se em 2002.⁵¹ Assim, o início da democratização de Timor-Leste coincide com a sua independência. Desde que se tornou formalmente um Estado independente, em 2002, Timor-Leste tem progredindo lenta, mas consistentemente no IDL.

O processo de democratização nas **Seicheles** remonta a 2012, quando o país ainda era uma autocracia eleitoral e evoluiu rapidamente para uma democracia liberal após melhorias substanciais na maioria dos aspetos democráticos medidos pelo IDL. Em 2015, as Seicheles tomaram várias medidas para melhorar o seu quadro jurídico, incluindo revisões no código eleitoral,⁵² and opposition parties won the parliamentary e os partidos da oposição ganharam as eleições parlamentares em 2016. O líder da oposição, Wavel Ramkalawan, venceu as eleições presidenciais em 2020, o que levou à primeira transferência pacífica de poder para a oposição desde a independência em 1976. Em 2023, as Seicheles continuam a ser a única democracia liberal na África Subsariana.

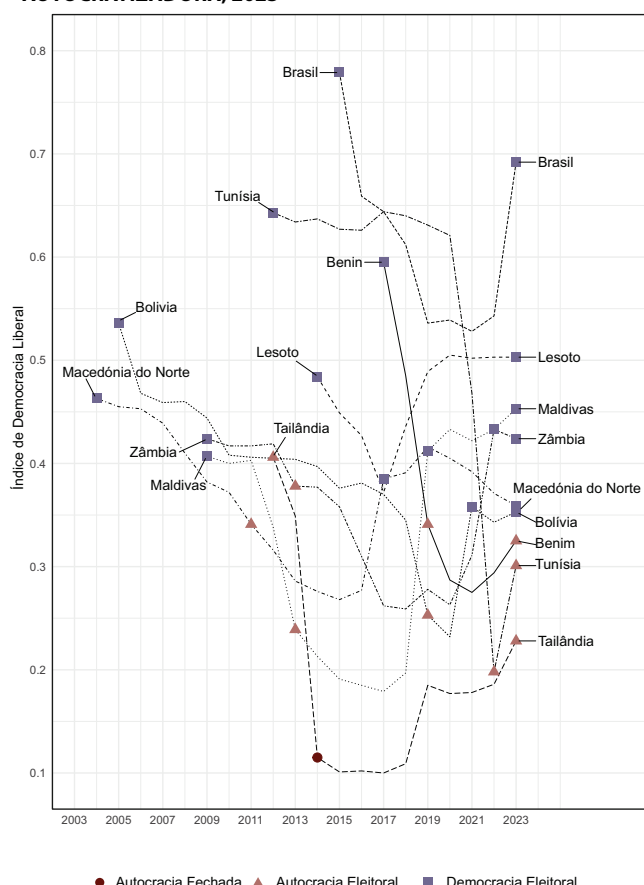
42 <https://monitor.civics.org/explore/fiji-repeal-of-restrictive-media-law-reverse-of-travel-bans-and-other-reform-commitments-a-positive-signal-for-civic-freedoms/>
43 <https://www.aljazeera.com/news/2017/2/20/president-adama-barrow-orders-release-of-171-prisoners>
44 <https://rsf.org/en/we-re-ready-help-gambia-do-more-promote-journalism-rsf-tells-barrow>
45 <https://www.un.org/peacebuilding/es/content/success-story-honduras>
46 <https://srfreedex.org/statement-by-irene-khan-on-her-visit-to-honduras-16-27-october-2023/>
47 <https://freedomhouse.org/country/montenegro/freedom-world/2020>
48 <https://balkaninsight.com/2022/11/02/montenegrin-parliament-criticized-for-law-restricting-presidents-powers/>
49 <https://freedomhouse.org/country/solomon-islands/freedom-world/2023>
50 <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmiset/>
51 <https://www.electionguide.org/countries/id/63/>
52 <https://www.refworld.org/reference/annualreport/freehou/2016/en/111996>

A **República Dominicana** e o **Kosovo** iniciaram os seus processos de democratização como democracias (eleitorais) e estão agora a melhorar, ou a aprofundar, a qualidade das suas instituições democráticas. Na República Dominicana, a democratização seguiu-se à eleição de Luis Abinader como presidente em 2020. No Kosovo, o processo começou com as eleições parlamentares de 2017, após uma moção de censura ao anterior parlamento.

Democratização após fase autocratizadora

A Figura 19 apresenta as trajetórias no IDL para os nove países que passaram recentemente por um episódio de autocratização e que estão atualmente a democratizar-se – episódios de democratização após fase autocratizadora. As democratizações após fase autocratizadora podem ser consideradas como casos de “autocratização invertida” ou viragem democrática.⁵³ Podem ser de particular interesse para compreender porquê e como alguns países conseguem travar e reverter a autocratização com êxito. O Relatório da Democracia não dá resposta a essas questões, mas identifica os casos e descreve-os sucintamente. Encorajamos outros analistas a investigar e juntar-se a nós com análises aprofundadas sobre o que ajuda a transformar a autocratização em processos de democratização. Todos os nove casos também são potencialmente relevantes para merecer a atenção da comunidade internacional da democracia.

FIGURA 19. TODAS AS 9 DEMOCRATIZAÇÕES APÓS FASE AUTOCRATIZADORA, 2023



A Figura 19 apresenta os valores do IDL para os nove países que se encontram atualmente num episódio de democratização após fase autocratizadora. Note-se que o primeiro ano no gráfico é tecnicamente um ano de “pré-episódio”, no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro em que se registou uma mudança segundo a metodologia ERT. O gráfico visualiza a magnitude total da mudança durante um episódio de democratização após fase autocratizadora.

Até 2023, três das nove democratizações após fase autocratizadora tinham restaurado os níveis de democracia anteriores ao início da autocratização – **Lesoto, Maldivas e Zâmbia**. As outras seis – **Benim, Bolívia, Brasil, Macedónia do Norte, Tailândia e Tunísia** – ainda se encontram em níveis mais baixos em 2023, e alguns substancialmente mais baixos. Uma vez que nos concentramos em episódios de democratização após fase autocratizadora *em curso*, ainda não conhecemos os resultados desses episódios, o que significa que ainda existe a possibilidade de as suas trajetórias continuarem a subir.

Dois países – o **Brasil** e o **Lesoto** – conseguiram travar a autocratização antes de uma rutura democrática e estão agora a recuperar. Quatro países – **Bolívia, Maldivas, Macedónia do Norte e Zâmbia** – sofreram ruturas democráticas, mas o processo de democratização após fase autocratizadora está a transformá-los de novo em democracias.

Dois países – o **Benim** e a **Tunísia** – sofreram ruturas democráticas, e embora os seus níveis no IDL estejam a melhorar, continuam bastante distantes de recuperar a democracia. A **Tailândia** está a recuperar de uma regressão autoritária para uma autocracia fechada. De forma breve, apresentamos estes nove casos abaixo.

Dos dois casos que travaram a autocratização antes da rutura, o **Brasil** sofreu uma reviravolta em 2016, quando a ex-presidente Rousseff foi

TABELA 5. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO POR MAGNITUDE DA MUDANÇA, FIGURA 19

Classificação	País	Mudança no LDIM
1	Maldivas	0,274
2	Brasil	0,164
3	Zâmbia	0,161
4	Lesoto	0,131
5	Tailândia	0,128
6	Bolívia	0,121
7	Tunísia	0,103
8	Macedónia do Norte	0,082
9	Benim	0,050

afastada do cargo num processo que polarizou os eleitores brasileiros e Bolsonaro foi eleito presidente dois anos depois. A sua presidência foi marcada por ataques aos meios de comunicação social,⁵⁴ restrições à liberdade académica,⁵⁵ tentativas de minar o sistema eleitoral,⁵⁶ e conflitos com os poderes legislativo e judicial. “Lula” da Silva derrotou Bolsonaro nas urnas em 2022 e tomou posse a 1 de janeiro de 2023, presidindo a um ano de reversão das políticas de Bolsonaro e ao fim das violações à democracia. Bolsonaro foi condenado por abusar do seu cargo de forma a desacreditar o sistema eleitoral brasileiro e foi declarado inelegível para concorrer ou ocupar cargos públicos até 2030.⁵⁷ (ver também Caixa 8).

O **Lesoto** também conseguiu reverter a tendência para a autocratização ainda antes de se dar uma rutura democrática. O colapso do governo de coligação resultou em três eleições entre 2012 e 2017 em circunstâncias contestadas, num enfraquecimento do Estado de direito, na polarização entre as elites no poder e numa tentativa de golpe de estado.⁵⁸ O Primeiro-Ministro Thabane foi eventualmente forçado a demitir-se pelo seu próprio partido. Este facto abriu um período de reformas a partir de 2019 e uma liberalização significativa. Embora o Lesoto continue a ser perturbado pela instabilidade política, continua a progredir, e as eleições de 2022 foram, em geral, livres e justas.⁵⁹ A pontuação do Lesoto no IDL regressou agora a níveis equivalentes aos que tinha quando o processo começou há dez anos.

53 Nord, M. et al. 2024. “When autocratization is reversed.” V-Dem Institute: V-Dem Working Paper 147.

54 <https://rsf.org/en/bolsonaro-family-vents-more-anger-ever-brazil-s-media>

55 https://gppi.net/media/GPPI_LAUT_2020_Academic_Freedom_in_Brazil.pdf

56 <https://www.nytimes.com/interactive/2022/10/25/world/americas/brazil-bolsonaro-misinformation.html>

57 <https://apnews.com/article/brazil-bolsonaro-inelegible-court-ruling-vote-99dee0fe4b529019ccbb65c9636a9045>

58 <https://au.int/en/documents/20190514/report-african-union-election-observation-mission-3rd-june-2017-national-assembly>

59 <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU%20EOM%20LSO%202022%20Final%20Report.pdf>

Caixa 7. Quase metade dos episódios de autocratização são revertidos

Um novo working paper do Instituto V-Dem oferece a primeira visão geral empírica sistemática dos padrões e desenvolvimentos das democratizações após fase autocratizadora entre 1900 e 2022. A análise mostra que:

- 98 episódios de democratização após fase autocratizadora estão distribuídos por 65 países, 1900-2022.
- 48% de todos os episódios de autocratização tornam-se processos de democratização após fase autocratizadora.
- 70% dos casos de autocratização foram revertidos nos últimos 30 anos.
- 93% das democratizações após fase autocratizadora terminam com níveis de democracia superiores ou semelhantes aos registados antes da autocratização, enquanto que apenas 7% acabam por ser menos democráticos.
- Dos 44 episódios que tiveram início em democracias, 39 países sofreram ruturas democráticas antes de retornarem à democracia.

Nord, M., et al. 2024. "When Autocratization is Reversed: Episodes of Democratic Turnarounds since 1900." University of Gothenburg, V-Dem Institute: Working Paper No. 147.



Entre os casos em que a democracia foi interrompida por um curto período, o processo da **Bolívia** começou com a subida ao poder do Presidente Morales em 2006. Morales colocou a Bolívia numa lenta trajetória de autocratização gradual, típica da "terceira vaga". As acusações de fraude eleitoral que provocaram mobilizações em massa, a pressão internacional,⁶⁰ e a perda do apoio do exército forçaram Morales a demitir-se em 2019, transformando a Bolívia numa autocracia eleitoral.⁶¹ Após um ano tumultuoso, a reviravolta veio com as eleições gerais de 2020, muito mais limpas, e a Bolívia recuperou o estatuto de democracia eleitoral em 2021. No entanto, não se registaram grandes progressos desde então e a Bolívia permanece num nível de IDL muito mais baixo do que antes do início da autocratização.

Da mesma forma, as **Maldivas** passaram por um período de autocratização substancial a partir de 2009. O processo levou a uma autocracia eleitoral em 2013, quando o Presidente Yameen foi responsável por violações das liberdades cívicas e por abusos do poder executivo.⁶² Perante a crescente insatisfação, Yameen perdeu a presidência em 2018 para Ibrahim Solih. A redução da repressão, juntamente com eleições parlamentares livres e justas em 2019, ganhou pelo Partido Democrata das Maldivas,⁶³ do Presidente Solih, levaram à recuperação do estatuto de democracia eleitoral. As Maldivas continuam numa trajetória ascendente e as eleições presidenciais de 2023 também foram livres e justas.⁶⁴ O novo governo formado pela oposição é liderado por Mohamed Muizzu.⁶⁵ As Maldivas encontram-se agora em níveis de democracia ligeiramente acima dos níveis anteriores ao início da autocratização.

O processo de autocratização da **Macedónia do Norte** remonta a 2004, mas uma deterioração relativamente rápida iniciou-se em 2007 quando o governo do Primeiro-Ministro Gruevski começou a reduzir a liberdade dos meios de comunicação social e das organizações da sociedade civil.⁶⁶ O país tornou-se uma autocracia eleitoral em 2011. A União Social-Democrata da Macedónia (SDSM) decidiu boicotar o parlamento após as eleições de 2014.⁶⁷ A SDSM e uma aliança de organizações da sociedade civil instigaram então uma mobilização generalizada em 2015, na sequência da divulgação de uma campanha maciça de escutas ilegais por parte do governo.⁶⁸ A demissão do Primeiro-Ministro Gruevski, uma crise parlamentar e as eleições de 2016 colocaram a Macedónia do Norte no caminho da democratização após fase autocratizadora. Porém, um ligeiro declínio no IDL desde 2019 segue-se a uma nova polarização entre as elites e preocupações com o Estado de direito.⁶⁹ De acordo com a metodologia ERT, é demasiado cedo para afirmar que o processo de democratização após fase autocratizadora terminou. Em 2023, a Macedónia do Norte está acima dos seus níveis de IDL pré-autocratização e qualifica-se como uma democracia eleitoral.

A **Zâmbia** parecia um caso improvável de início de processo de democratização, após a autocratização iniciada em 2009 a ter tornado uma autocracia eleitoral em 2013. A regressão aprofundou-se com a eleição do Presidente Lungu da Frente Patriótica (FP) em 2014. O seu mandato caracterizou-se por severas restrições às liberdades de expressão, dos meios de comunicação social e de reunião.⁷⁰ Finalmente, os grupos da sociedade civil reagiram com uma mobilização pró-democrática e os líderes da oposição uniram-se para resistir às tentativas de Lungu de introduzir alterações constitucionais. Isto resultou numa vitória eleitoral em 2021 para o líder da oposição do Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional (UPND), Hakainde Hichilema.⁷¹ Em 2023, a Zâmbia restaurou os níveis de IDL que tinha antes da autocratização, voltou a ser uma democracia eleitoral e a repressão cessou em grande parte.

O **Benim** é um dos dois casos onde a rutura da democracia foi seguida de algumas melhorias que, no entanto, não foram suficientes para restaurar uma democracia eleitoral. O processo de autocratização foi iniciado pelo Presidente Talon, eleito em eleições democráticas amplamente livres e justas em 2016. Em menos de cinco anos, o governo desgastou a independência judicial, fragilizou a competição política, perseguiu opositores políticos e jornalistas críticos e realizou eleições com graves irregularidades.⁷² Apenas partidos que apoiavam o Presidente Talon foram autorizados a concorrer nas eleições parlamentares de 2019. Durante as eleições presidenciais de 2021, todos os principais opositores foram considerados inelegíveis, presos ou exilados e o Presidente Talon ganhou um segundo mandato.⁷³ Um processo de liberalização gradual conduziu às eleições parlamentares de 2023. Os partidos de oposição foram autorizados a concorrer e a principal oposição (os Democratas) obteve 24% dos lugares parlamentares.⁷⁴ Embora ainda esteja a decorrer o processo de democratização após fase autocratizadora, o Benim continua a ser uma autocracia eleitoral e a sua pontuação no IDL em 2023 é substancialmente mais baixa do que antes do início da autocratização.

A **Tunísia** – a história de sucesso da primavera árabe – é outro caso em que a democracia entrou em rutura e não regressou, apesar de algumas melhorias. A Tunísia era uma democracia eleitoral até que o Presidente Saied dissolveu o parlamento em 2021, adiou as eleições indefinidamente e, de facto, começou a governar por decreto.⁷⁵ Seguiram-se ataques às

60 Lehoucq, F. (2020). Bolivia's Citizen Revolt. *Journal of Democracy*, 31(3).

61 https://www.washingtonpost.com/opinions/the-bolivian-government-is-on-a-lawless-course-its-democracy-must-be-preserved/2021/03/18/3b816a4e-880b-11eb-8a8b-5cf82c3dffe4_story.html

62 <https://www.reuters.com/article/us-maldives-election-idUSBRE9AG09L20131117>

63 https://production-new-commonwealth-files.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/documents/MaldivesFinalReport_13-06-19.pdf?VersionId=z.Ly1xRXReilJgvhIQCKL5HPgQtX6f

64 <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/2024/Final%20Report%20-%20EU%20EOM%20Maldives%202023%20-%209%20January%202024.pdf>

65 <https://www.theguardian.com/world/2023/oct/01/pro-china-candidate-mohamed-muizzu-wins-maldives-presidency-upending-relationship-with-india>

66 <https://www.boell.de/en/2016/12/14/macedonia-captured-society-1>

67 Tomini, L., Gibril, S., and Bochev, V. 2023. Standing up against autocratization across political regimes. *Democratization* 30(1).

68 <https://www.bbc.com/news/world-europe-32771233>

69 <https://freedomhouse.org/country/north-macedonia/freedom-world/2023>

70 https://www.eods.eu/library/eu_eom_zambia_2021_-_final_report.pdf

71 https://www.eods.eu/library/eu_eom_zambia_2021_-_final_report.pdf

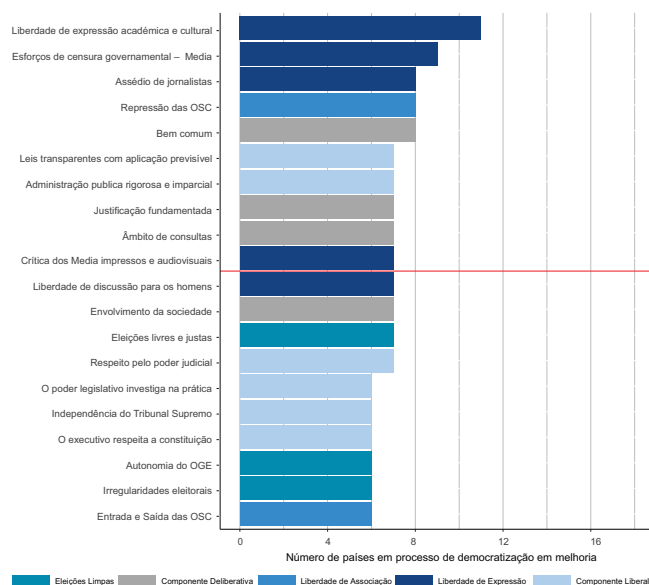
72 <https://freedomhouse.org/country/benin/freedom-world/2022>

73 <https://freedomhouse.org/country/benin/freedom-world/2022>

74 <https://www.reuters.com/world/africa/benin-opposition-party-wins-seats-parliament-after-more-open-election-2023-01-11/>

75 <https://www.theguardian.com/world/2023/jan/14/thousands-protest-against-tunisian-president-kais-saied-seizure-of-near-total-power>

FIGURE 20. 20 PRINCIPAIS INDICADORES QUE MELHORARAM, PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO, 2023



A Figura 20 mostra o número de países em processo de democratização que registaram melhorias significativas e substanciais nos 20 indicadores mais afetados. A linha vermelha assinala os dez indicadores mais afetados. Um indicador está a diminuir substancial e significativamente se o seu valor em 2023 for pelo menos 0,5 pontos superior ao valor no início do episódio de democratização, numa escala de 0 a 4 (para a maioria das variáveis) ou de 0 a 5, e se os intervalos de confiança não se sobrepuserem.

liberdades civis quando a população se opôs às medidas draconianas.⁷⁶ O retorno das eleições em 2022-23 e a reinstalação do parlamento levaram a um aumento do nível do IDL, mas as eleições pareceram ser uma fachada para legitimar o governo de Saied. Os principais opositores boicotaram as eleições e apenas 11% do eleitorado compareceu nas urnas.⁷⁷ No final de 2023, a Tunísia continuava a ser uma autocracia eleitoral, com a pontuação no IDL substancialmente mais baixa do que no seu pico em 2012.

A **Tailândia** é o único país em processo de democratização após fase autocratizadora que se tornou uma autocracia fechada no processo. O golpe de Estado de 2014 levou a cinco anos de governo militar. As eleições irregulares de 2019 resultaram nalguma liberalização sob o governo apoiado pelos militares.⁷⁸ As eleições de 2023 foram mais limpas,⁷⁹ e resultaram numa vitória surpreendente do partido Move Forward e na demissão do Primeiro-Ministro e antigo líder do golpe de Estado de 2014, Chan-ocha.⁸⁰ No entanto, o partido Pheu Thai entrou numa coligação com partidos apoiados pelos militares para eleger Thavisin como novo Primeiro-Ministro, deixando o Partido Move Forward fora do governo.⁸¹ Apesar de alguma liberalização, a Tailândia continua a ser uma autocracia eleitoral com a pontuação no IDL substancialmente mais baixa do que antes do governo militar.

A liberdade de expressão e dos meios de comunicação social são as dimensões que mais gridem

A Figura 20 revela mais detalhes sobre o processo de democratização, apresentando os 20 principais indicadores que melhoraram no maior número de países entre os 18 democratizadores autónomos e democratizadores após fase autocratizadora. À semelhança das Figuras 8 e 16, incluímos na análise todos os indicadores que fazem parte de qualquer um dos índices de democracia. A comparação é efetuada entre o final de 2023 e o ano de início da democratização de cada país (que são apresentados na Figura 17).

A conclusão mais notável é que os aspetos da **liberdade de expressão e dos meios de comunicação social** são os aspetos mais comuns a progredir nos países em processo de democratização. Cinco indicadores (20%) que fazem parte do Índice da Liberdade de Expressão aparecem na lista dos 20 principais aspetos que melhoram no maior número de países em processo de democratização. Três deles ocupam os lugares principais. Isto mostra não só como esta área central da democracia é crítica, mas também quando se trata de iniciar um processo de democratização.

Entre estes indicadores, a **liberdade de expressão académica e cultural** está a melhorar no maior número de países em processo de democratização – onze em 18. A Gâmbia, as Seicheles e Timor-Leste estão a obter ganhos particularmente notáveis neste indicador. Em segundo lugar na lista dos 20 principais, encontram-se os **esforços de censura governamental**, que estão a diminuir substancialmente em nove países, entre os quais as Maldivas e a Zâmbia. Outras melhorias encorajadoras são as reduções significativas do **assédio a jornalistas** em oito países, o que coloca este indicador em terceiro lugar na lista dos 20 principais. As melhorias visíveis na extensão dos **meios de comunicação social críticos** e na **liberdade de discussão para os homens** em sete países reforçam a noção de como a liberdade de expressão é fundamental para a democracia.

A componente liberal da democracia é a área com mais indicadores na lista dos 20 principais (seis). Nomeadamente, as **leis transparentes com aplicação previsível**, a **administração pública rigorosa e imparcial** e o **respeito pelo poder judicial** registam melhorias substanciais em sete países. As **investigações legislativas**, o **respeito do executivo pela Constituição** e a **independência do Tribunal Superior** aumentam em seis países cada. Dois países, a Gâmbia e as Maldivas, melhoram em todos estes indicadores.

O aspeto deliberativo da democracia, que capta a qualidade do debate e o respeito pelos opositores, está a melhorar em mais de um terço dos países em processo de democratização. Quatro dos indicadores que captam a componente deliberativa da democracia (80%) estão na lista dos 20 principais, e três deles estão na metade superior. Embora não façam parte das componentes do IDL, este facto demonstra a importância das práticas democráticas deliberativas para o progresso democrático. A medida em que os políticos justificam as suas posições em termos do **bem comum** aumenta consideravelmente em oito países, como, por exemplo, no Brasil, na República Dominicana e no Montenegro. A medida em que os políticos apresentam **justificações fundamentadas** para as suas posições, o **âmbito da consulta** na elaboração de políticas e a extensão da **deliberação pública** aumentam significativa e substancialmente em sete países cada.

Três indicadores que medem a qualidade das eleições constam também da lista dos 20 principais. Isto parece natural, uma vez que, sem esta instituição fundamental da democracia a funcionar adequadamente, é difícil imaginar que um processo de democratização possa realmente vingar. O grau de **liberdade e equidade** das eleições está a melhorar substancialmente em sete países, como as Honduras, o Lesoto e a Tailândia. A redução considerável das **irregularidades eleitorais** e o reforço da **autonomia da Instituição de Organização Eleitoral (EMB)** registam-se em seis países cada.

Por último, a liberdade de associação é outra área fundamental da democracia em que vários países em processo de democratização registam progressos significativos e substanciais. A **repressão das OSC** está a diminuir consideravelmente em oito países, enquanto a **entrada e saída das OSC** está a melhorar em seis. A Macedónia do Norte, Timor-Leste e a Zâmbia são exemplos de países que registaram melhorias notáveis em ambos os indicadores.

⁷⁶ <https://freedomhouse.org/country/tunisia/freedom-world/2022>

⁷⁷ <https://www.theguardian.com/world/2023/jan/30/tunisian-election-records-11-turnout-in-rejection-of-presidents-reforms>

⁷⁸ <https://www.theguardian.com/world/2019/mar/26/thai-election-process-deeply-flawed-independent-observers>

⁷⁹ <https://anfre.org/2023-thai-general-election-democracy-at-a-crossroads/>

⁸⁰ <https://www.theguardian.com/world/2023/jul/11/thai-pm-retire-politics-nine-years-power-coup-prayuth-chan-ocha>

⁸¹ <https://edition.cnn.com/2023/08/23/asia/thailand-explainer-election-prime-minister-intl-hnk/index.html>

CAIXA 8. LIÇÕES DO BRASIL PARA O FUTURO?



Último comício de campanha de Lula antes da segunda volta das eleições presidenciais em São Paulo, Brasil, a 29 de outubro de 2022. (Tuane Fernandes/Bloomberg via Getty Images)

A autocratização não só foi travada no Brasil, como também se transformou num caso definitivo de democratização após fase autocratizadora. Quais as causas desta viragem no Brasil e que lições nos pode oferecer?

O processo do Brasil mostra a importância de se utilizar as eleições como “acontecimentos críticos” de modo a travar a autocratização. Isto está de acordo com os resultados dos oito casos de democratização após fase autocratizadora analisados no Relatório da Democracia do ano passado e contém uma mensagem importante para o “ano recorde de eleições” de 2024. A maioria das eleições em 2024 ocorreu em contextos de autocratização e o facto de as eleições serem ou não utilizadas para inverter a autocratização poderá ser determinante para a democracia no mundo (ver Secção 5). Seguem-se os fatores que contribuíram significativamente para transformar o Brasil num democratizador após fase autocratizadora antes, durante e após as eleições de outubro de 2022.

PRÉ-ELEIÇÃO:

- **Combater a desinformação e a má informação:** Jair Bolsonaro alimentou a desconfiança no sistema eleitoral.¹ A desinformação utilizada para atacar candidatos e deslegitimar as eleições foi um desafio durante o período eleitoral de 2022.² Em resposta, a Justiça Eleitoral, o órgão de gestão eleitoral do Brasil, criou um *website* para verificar informações disseminadas nas redes sociais³ e para desmentir notícias falsas sobre o processo eleitoral.⁴ O Supremo Tribunal Federal iniciou uma investigação sobre “milícias digitais”,
- **Aliança da Oposição Pró-Democracia:** Uma ampla coligação de nove partidos da oposição juntou-se a Lula na sua candidatura eleitoral para derrotar Bolsonaro.⁶ O vice-Presidente de Lula, Geraldo Alckmin, foi seu adversário político durante décadas, mas decidiu juntar-se à aliança “para salvar a democracia”.⁷ Mais uma vez, uma aliança unificada da oposição faz eco das conclusões do relatório do ano passado e parece ser um fator importante para transformar com sucesso o processo de autocratização num processo de democratização após fase autocratizadora.
- **Independência judicial:** As investigações do Supremo Tribunal Federal sobre as fontes das campanhas de desinformação online subjacentes aos ataques à democracia apontaram para Bolsonaro e seus aliados. O ex-presidente atacou o tribunal e, em especial, o ministro Alexandre de Moraes, que também preside ao Tribunal Superior Eleitoral. Bolsonaro chegou ao ponto de declarar que não cumpriria as decisões de Moraes e do tribunal.⁸ Todavia, o poder judicial resistiu à pressão. Nas palavras do presidente do Tribunal Eleitoral: “a democracia venceu”.⁹

1 <https://www.nytimes.com/interactive/2022/10/25/world/americas/brazil-bolsonaro-misinformation.html>

2 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/fake-news-sobre-urnas-pesquisas-e-tse-dominam-eleicao-de-2022.shtml>

3 <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/#>

4 <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/fato-ou-boato-justica-eleitoral-desmentiu-as-principais-fake-news-sobre-o-processo-eleitoral-em-2022>

5 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/16/pf-abre-inquerito-sobre-atuacao-de-milicia-digital-contra-a-democracia.ghtml>

6 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/06/lula-maior-alianca-nove-partidos-eleicoes-2022.htm>

7 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/unidade-entre-lula-e-alckmin-existe-para-defender-a-democracia-diz-presidente-do-psb/>

8 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml>

9 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Janeiro/201ca-democracia-venceu201d-afirma-presidente-do-tse-em-evento-que-marca-um-ano-dos-ataques-antidemocraticos>

DURANTE A ELEIÇÃO:

- **Gestão Resiliente do Processo Eleitoral:** Bolsonaro tentou alterar o sistema eleitoral para as eleições de 2022, pondo em causa a fiabilidade das máquinas de voto eletrónico. Procurou substituí-las por boletins de voto em papel,¹⁰ e orquestrou um desfile de veículos militares numa suposta tentativa de intimidação no dia em que o Congresso votou a questão. No entanto, a proposta foi derrotada.¹¹ O Supremo Tribunal Eleitoral também atuou removendo a desinformação eleitoral online, proibindo a utilização de informações incorretas nas campanhas e ordenando aos meios de comunicação social que removessem conteúdos com informações falsas relacionadas com as eleições.
- **Apoio Diplomático:** Bolsonaro realizou uma reunião com diplomatas estrangeiros para sem quaisquer provas tentar desacreditar o sistema eleitoral.¹² Em resposta, os embaixadores da França, da Alemanha e do Reino Unido elogiaram publicamente o sistema eleitoral brasileiro.¹³ O Subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos dos Estados Unidos afirmou que o Brasil tem um dos sistemas eleitorais mais fiáveis e transparentes do hemisfério sul.¹⁴ Este apoio parece ter sido fundamental para unir a comunidade internacional para endossar a legitimidade das eleições que afastaram Bolsonaro.
- **Eleições Livres e Justas:** A liberdade e a equidade das eleições foram comprovadas por relatórios de observadores eleitorais nacionais e internacionais,¹⁵ incluindo a Organização dos Estados Americanos, o Centro Carter e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De facto, não foi detetada qualquer fraude desde a introdução de máquinas de voto eletrónico em 1996,¹⁶ mas a violência eleitoral aumentou nas eleições de 2022, apesar das tentativas do Supremo Tribunal Eleitoral para a evitar, ao proibir as armas de fogo nos dias em redor do ato eleitoral.¹⁷ No entanto, garantir eleições limpas que produzam resultados legítimos em que o público geral confie, parece ser fundamental para reverter o processo de autocratização.

PÓS-ELEITORAL:

- **Rápido apoio internacional:** Os líderes mundiais felicitaram Lula assim que os resultados foram divulgados, reconhecendo o resultado eleitoral.¹⁸ Além de outras figuras, isto parece ter afetado o vice-presidente de Bolsonaro, General Mourão, que disse após as eleições que um golpe militar deixaria o Brasil numa “posição difícil perante a comunidade internacional”. Noutra demonstração de apoio, representantes de alto nível de vários países estiveram em Brasília para a tomada de posse de Lula.¹⁹ Isto também está em linha com as nossas conclusões apresentadas no *Relatório da Democracia* do ano passado. A comunidade internacional pode desempe-

nar um papel importante, exercendo uma forte pressão sobre os governos incumbentes para que se abstenham de ações inconstitucionais, aceitem (relutantemente) a derrota e entreguem o poder pacificamente.

- **Apoio institucional:** Representantes de importantes instituições brasileiras também reconheceram a vitória da oposição logo após as eleições. Os presidentes das câmaras do Congresso Nacional, o Procurador-Geral da República e os juizes do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, reconheceram a vitória imediatamente e descartaram a possibilidade de fraude eleitoral.²⁰ Isto foi, provavelmente, fundamental para que vários aliados políticos de Bolsonaro aceitassem publicamente a derrota sem questionar os resultados eleitorais.²¹
- **Os militares permanecem nos quartéis:** Bolsonaro elogiou frequentemente a ditadura militar do Brasil²² e manteve membros das forças armadas no seu governo.²³ Vastos grupos de apoiantes de Bolsonaro também se uniram em torno da ideia de uma intervenção militar.²⁴ Investigações mostram que alguns membros de alto nível das forças armadas eram a favor de uma intervenção militar após as eleições de 2022.²⁵ Porém, não agiram nesse sentido, talvez em parte devido ao rápido apoio aos resultados tanto pela comunidade internacional como pelas instituições nacionais. Além disso, o Ministério da Defesa acompanhou e observou a condução do acto eleitoral e não reportou provas de fraude eleitoral nem contestou os resultados.²⁶ O facto de os militares terem permanecido nos quartéis foi provavelmente fundamental para a mudança.
- **Assegurar a transição de poder:** Após a confirmação dos resultados eleitorais, os apoiantes de Bolsonaro saíram às ruas para protestar contra os resultados eleitorais, com alegações de fraude eleitoral.²⁷ Grupos pró-Bolsonaro promoveram uma narrativa de eleições fraudulentas nas redes sociais, bloquearam estradas e apelaram a um golpe militar.²⁸ Um apoiante de Bolsonaro tentou um atentado bombista em Brasília para “criar o caos”.²⁹ A transferência de poder foi assegurada a 1 de janeiro de 2023 com a tomada de posse do Presidente Lula e do Vice-Presidente Alckmin. Ainda assim, os apoiantes de Bolsonaro invadiram os edifícios do Congresso, do Supremo Tribunal e do Palácio Presidencial a 8 de janeiro, mas as forças armadas não os apoiaram e os líderes dos três ramos do governo³⁰ e os governadores dos estados³¹ condenaram em uníssono os tumultos. O Supremo Tribunal Federal desempenhou um papel fundamental ao ordenar a dissolução dos bloqueios e acampamentos, a detenção dos envolvidos nos motins e a suspensão das suas contas nas redes sociais.³² No dia seguinte, milhares de pessoas manifestaram-se contra os motins e a favor da democracia.³³ Mais tarde, Bolsonaro foi condenado por abuso de poder e declarado inelegível de se candidatar ou exercer cargos públicos durante 8 anos.³⁴

10 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/telemore-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>

11 <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-military-parade-presidential-palace-rattles-politicians-2021-08-10/>

12 <https://apnews.com/article/jair-bolsonaro-elections-caribbean-voting-brazil-8acf78e1e58650424b1dec4efc35ce4>

13 <https://www.estadiao.com.br/politica/embaixadores-do-reino-unido-e-alemanha-parabenizam-processo-eleitoral-brasileiro/>

14 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eua-confiam-nos-sistema-eleitoral-brasileiro-diz-subsecretaria-de-assuntos-politicos-de-biden/>

15 <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/missoes-de-observacao-eleitoral>

16 <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/07/08/eleicoes-brasil-fraude.htm>

17 <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/02/eleicao-escalada-de-violencia.htm>

18 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451626>

19 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64122354>

20 <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/30/moraes-lira-pacheco-e-rosa-weber-o-que-disseram-autoridades-sobre-vitoria-de-lula>

21 <https://www.estadiao.com.br/politica/aliados-de-bolsonaro-reconhecem-vitoria-de-lula-presidente-se-mantem-em-silencio/>

22 <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762>

23 <https://www.estadiao.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-de-confianca-cresce-193-no-governo-bolsonaro/>

24 <https://www.theguardian.com/world/2022/dec/22/brazil-bolsonaro-militants-left-lula-president>

25 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg6d2gv3np1o>

26 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/09/ministerio-da-defesa-entrega-relatorio-sobre-o-sistema-eleitoral.ghtml>

27 <https://www.bbc.com/news/av/world-latin-america-63479345>

28 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/grupos-bolsonaristas-reagem-a-derrota-com-fraude-nas-urnas-e-apelo-por-golpe-das-forcas-armadas.shtml>

29 <https://g1.globo.com/dfi/distrito-federal/noticia/2022/12/26/bolsonarista-preso-por-montar-explosivo-em-brasilia-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>

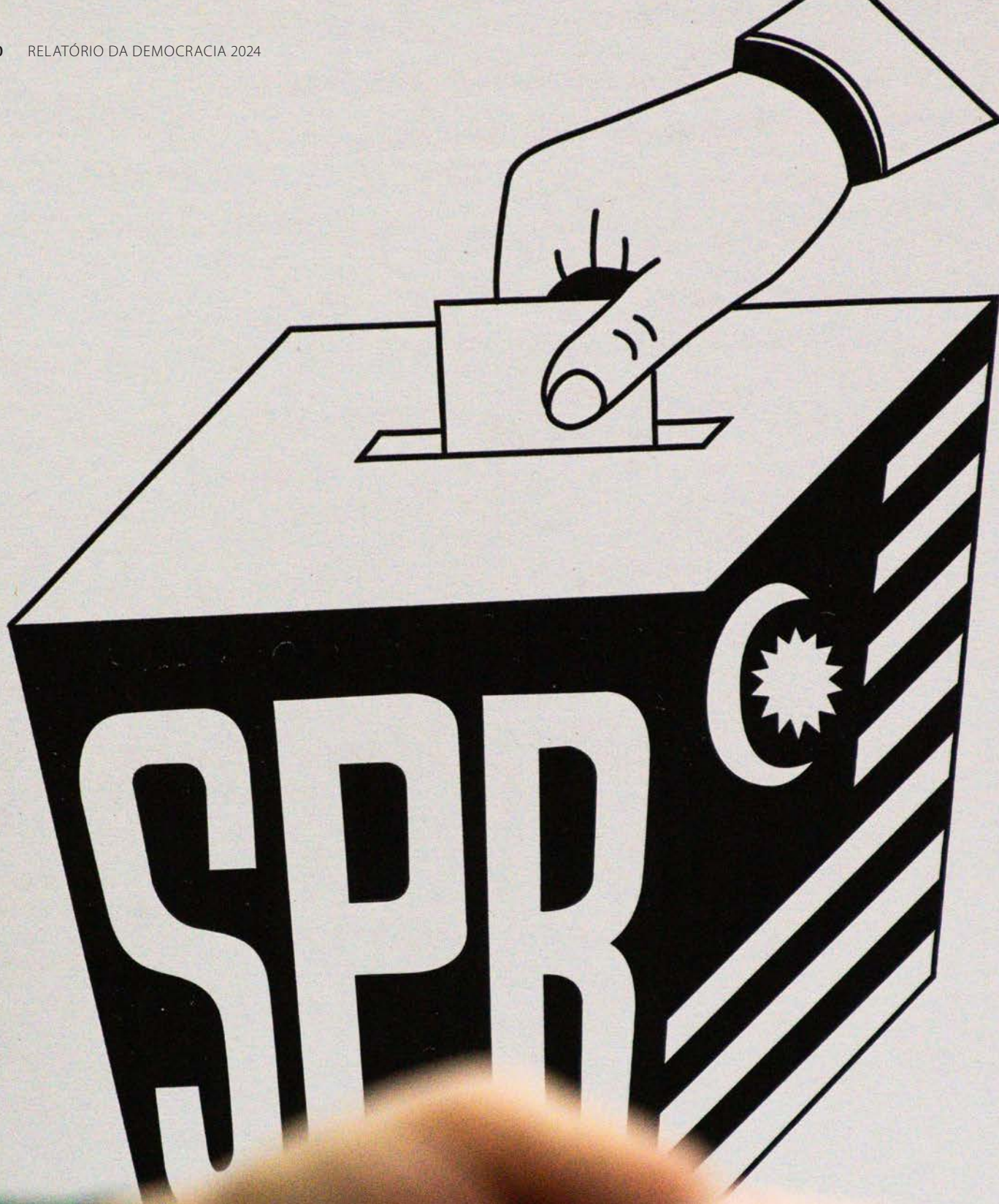
30 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/01/nota-em-defesa-da-democracia>

31 https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/09/interna_politica,1442841/lula-e-os-27-governadores-caminham-do-palacio-do-planalto-ate-o-supremo.shtml

32 <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/DECISA7710Afastagovernadoreoutrasmedidas2.pdf>

33 <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-64219119>

34 <https://apnews.com/article/brazil-bolsonaro-inelegible-court-ruling-vote-99dee0fe4b529019ccbb65c9636a9045>



Eleições gerais na Malásia em 2022.
Kuala Lumpur, 19 de novembro de
2022. (Afif Abd Halim/NurPhoto/
Shutterstock)

5 | Janelas para o Futuro

- **25 países são “quase acontecimentos” de autocratização, ou seja, apresentam sinais de deterioração. Se a situação se mantiver, vários podem juntar-se à lista de países em autocratização num futuro próximo.**
- **9 países são “quase acontecimentos” de democratização e, por conseguinte, potenciais “fontes de esperança” para o futuro.**
- **60 países realizam eleições nacionais este ano. Destes, 31 países tem os seus níveis de democracia a deteriorar-se, enquanto apenas 3 estão a melhorar.**
- **As eleições são “eventos críticos” que podem desencadear a democratização, permitir a autocratização, ou ajudar a estabilizar regimes autocráticos.**

Pequenas mudanças e acontecimentos importantes como eleições podem, por vezes, determinar o futuro dos países. Esta secção começa por destacar os países que registaram recentemente declínios ou melhorias nos seus níveis de democracia. Estas mudanças podem potencialmente traduzir-se em episódios manifestos de autocratização ou democratização no(s) próximo(s) ano(s). Tratam-se de países em relação aos quais a comunidade internacional poderia, por conseguinte, decidir prestar mais atenção.

Em segundo lugar, 2024 é o “maior ano eleitoral” em mais de um século, e vários milhares de milhões de pessoas são chamadas a votar num ambiente político incerto a nível mundial. Este poderá ser um ano decisivo para a democracia no mundo. Mostramos a seguir que mais de 52% das eleições de 2024 ocorrem em países onde os níveis democráticos estão em declínio. Apenas 5% das eleições decorrem em contexto de autocratização. Isto coloca a ameaça da atual vaga de autocratização em perspetiva.

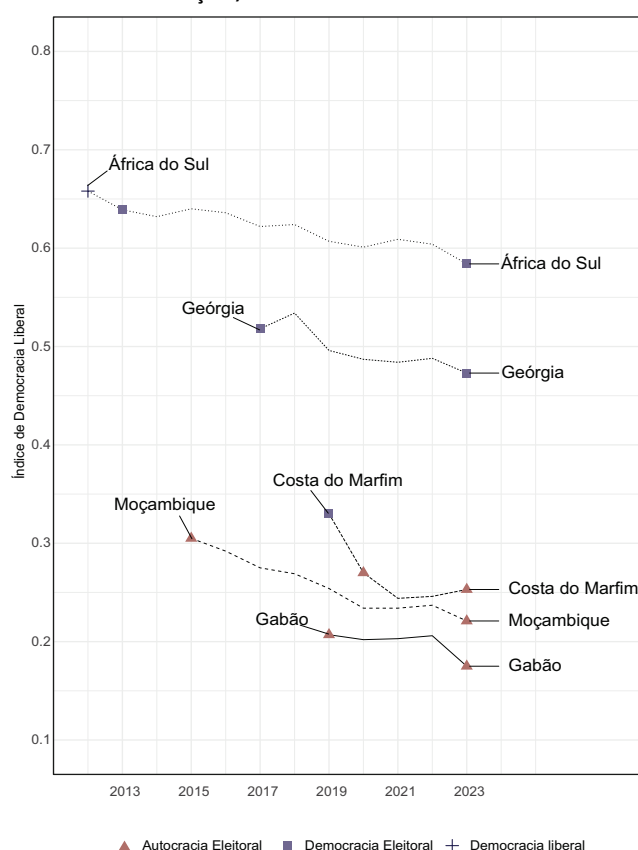
25 “Quase Acontecimentos” de Autocratização

As secções anteriores do *Relatório de Democracia* de 2024 centram-se em países que se encontram em episódios de mudanças positivas (democratização) ou negativas (autocratização) em níveis de democracia *substanciais*, de acordo com a metodologia ERT. Os limiares da ERT excluem deliberadamente as alterações mais pequenas porque podem resultar da incerteza de medição dos indicadores subjacentes. No entanto, quanto maiores forem essas alterações “não significativas”, maior é a probabilidade de indicarem uma verdadeira mudança no terreno. Isto pode, por vezes, ser útil para detetar potenciais futuros autocratizadores e democratizadores. Esta secção debruça-se sobre os países onde já se observam melhorias ou declínios democráticos que estão suficientemente próximos de níveis substanciais para que se lhes possa chamar “quase acontecimentos”.⁸²

Existem 25 países que podem ser rotulados como “quase acontecimentos” de autocratização. Alguns deles estão muito perto da parte inferior dos níveis de democracia e, por conseguinte, é improvável que apareçam como autocratizadores nos próximos anos devido ao “efeito de base”. Mesmo descontando estes, poderemos registar qualquer coisa como 20 ou mais autocratizadores nos próximos anos se os declínios nesses países continuarem. A Figura 21 mostra as trajetórias de cinco países que estão no topo da lista dos “quase acontecimentos” em termos de magnitude de deterioração.

Começando pelo topo da figura, a **África do Sul** tem estado em lento declínio desde 2012, passando de uma democracia liberal para uma democracia eleitoral em 2013. A principal característica desta deterioração relativa tem sido a crescente corrupção do partido no poder, o Congresso Nacional Africano (CNA), o que compromete o Estado de direito e as instituições do Estado.⁸³ Em 2023, foram manifestadas preocupações relacionadas com as eleições, a intimidação de ativistas e jornalistas da oposição e a proteção dos direitos humanos.⁸⁴

FIGURA 21. 5 PRINCIPAIS “QUASE ACONTECIMENTOS” DE AUTOCRATIZAÇÃO, 2023



Os “quase acontecimentos” são casos que estão muito perto de se qualificarem como autocratizadores de acordo com a metodologia ERT. A sua magnitude de mudança situa-se entre 0,05 e 0,10 no IDE. Todos os cinco principais países com “quase acontecimentos” estão apenas a 0,02 pontos do limite padrão da ERT. Note-se que utilizamos o IDE para identificar episódios de autocratização e democratização. Um país pode mudar mais no IDE do que no IDL, o que é particularmente verdade para os países que têm níveis de democracia mais baixos.

A **Geórgia** encontra-se em regressão desde 2017, mas continua a ser uma democracia eleitoral em 2023. As maiores falhas estão nos processos eleitorais da Geórgia. As eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pelo uso indevido de fundos estatais e por preocupações com a intimidação dos eleitores.⁸⁵ As eleições parlamentares de 2020 envolveram uma má gestão que levou a oposição a acusar o processo eleitoral de ser fraudulento e a boicotar a segunda volta,⁸⁶ desencadeando uma crise política na Geórgia. O governo é igualmente acusado de limitar a esfera da sociedade civil e dos meios de comunicação social independentes.⁸⁷

⁸² Identificamos os “quase acontecimentos” utilizando a metodologia padrão da ERT, mas com um limiar inferior, ou seja, 0,05 em vez de 0,1 no IDE. Os países são então classificados pela sua magnitude total de mudança, e são selecionados os cinco primeiros mais próximos do limiar de 0,1. Todos os cinco principais “quase acontecimentos” de autocratização estão a uma distância de apenas 0,02 pontos do IDE do limiar padrão da ERT.

⁸³ <https://freedomhouse.org/country/south-africa/freedom-world/2023>

⁸⁴ <https://www.hrw.org/news/2024/01/11/southern-africa-backsliding-democracy-jeopardizes-rights>

⁸⁵ https://www.osce.org/files/f/documents/9/4/412724_2.pdf

⁸⁶ <https://www.osce.org/files/f/documents/1/4/480500.pdf>

⁸⁷ <https://www.justsecurity.org/85699/backsliding-georgias-crackdown-on-civil-society-may-be-just-a-start/>

A **Costa do Marfim** tem estado em declínio desde 2019 e perdeu o estatuto de democracia eleitoral após as eleições presidenciais de 2020, que registaram restrições à concorrência e boicotes da oposição, juntamente com limitações às liberdades civis e agitação política.⁸⁸ Na sequência dos resultados eleitorais, houve protestos generalizados. Os protestos foram reprimidos pela polícia e causaram mais de 50 mortos,⁸⁹ centenas de detidos e milhares de pessoas que fugiram para países vizinhos.⁹⁰

Moçambique tem estado em lento declínio desde 2015, mantendo-se sempre uma autocracia eleitoral. As eleições de 2019, que foram mal geridas, registaram violência e má administração,⁹¹ tal como o ambiente mediático cada vez mais repressivo⁹² contribuíram para este declínio. As próximas eleições gerais em Moçambique estão agendadas para outubro de 2024.

O **Gabão** estava numa trajetória de lento declínio entre 2019 e 2023. Porém, o declínio acelerou a partir das eleições de agosto de 2023, que foram seguidas de um golpe militar que instalou o General Nguema como presidente de transição.⁹³ Novas eleições foram marcadas para 2025 e, entretanto, as forças armadas vão manter-se no poder.⁹⁴

9 “Quase Acontecimentos” de Democratização

Atualmente, existem nove “quase acontecimentos” de democratização.⁹⁵ Estes são países que podem vir a qualificar-se como democratizadores nos próximos anos, se os seus desenvolvimentos positivos continuarem. Numa perspetiva de apoio internacional à democracia, estas **potenciais** “fontes de esperança” podem ser consideradas casos especialmente dignos de atenção e apoio por parte da comunidade internacional.

A Figura 22 mostra as trajetórias de cinco países que se encontram no topo da lista de “quase acontecimentos” em termos de magnitude de melhorias.

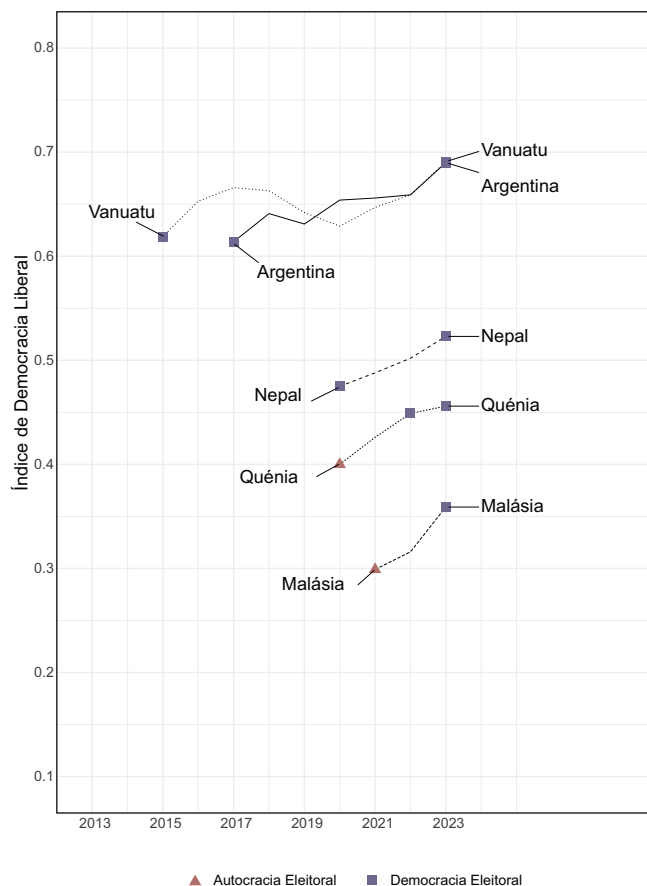
Começando pelo topo da figura, **Vanuatu** é uma democracia eleitoral que tem vindo a melhorar gradualmente o seu historial democrático desde 2015. Por exemplo, o poder judicial, em grande parte independente, e o Supremo Tribunal têm demonstrado cada vez mais a sua capacidade de responsabilizar o poder legislativo e o poder executivo.⁹⁶ país tem também uma comunicação social cada vez mais livre e pluralista.⁹⁷

A **Argentina** tem vindo a melhorar gradualmente o seu historial democrático após a realização de eleições bem-geridas em 2019 e 2023 e o reforço da proteção da liberdade de expressão e dos meios de comunicação social. A vitória de Javier Milei nas eleições presidenciais de 2023 reflete talvez a insatisfação popular com a taxa de inflação mais elevada em 30 anos. Resta saber se a trajetória ascendente da Argentina continuará sob o comando do recém-eleito Presidente Milei, mas a sua campanha eleitoral incluiu críticas a alguns dos mais recentes desenvolvimentos políticos argentinos.⁹⁸

O **Nepal** está a melhorar gradualmente enquanto democracia eleitoral. Exemplos desta evolução incluem o facto de o Supremo Tribunal ter sido capaz de lidar de forma independente com uma crise constitucional em 2021,⁹⁹ e de as eleições nacionais de 2022 terem sido bem conduzidas.¹⁰⁰

O **Quênia** fez a transição de uma autocracia eleitoral em 2020 para uma democracia eleitoral em 2023. Isto deve-se principalmente ao resultado das eleições de 2022, que, devido a medidas eficazes de prevenção de

FIGURE 22. 5 PRINCIPAIS “QUASE ACONTECIMENTOS” DE DEMOCRATIZAÇÃO, 2023



Os “quase acontecimentos” estão muito perto de se qualificarem como democratizadores de acordo com a metodologia ERT. A sua magnitude de mudança situa-se entre 0,05 e 0,10 no IDE. Note-se que utilizamos o IDE para identificar episódios de autocratização e democratização. Um país pode mudar mais no IDE do que no IDL, o que é particularmente verdade para países que têm níveis de democracia mais baixos.

conflitos, não foram marcadas por violência e pela má gestão sistemática que tem prevalecido na sua história.¹⁰¹

A **Malásia** continua a sua lenta trajetória ascendente e é classificada em 2023 como uma democracia eleitoral – pela primeira vez na sua história. Esta evolução segue-se ao facto de a coligação Barisan Nasional (ou Frente Nacional) ter perdido o poder que manteve por seis décadas após as eleições de 2018 e as eleições nacionais de 2022, que conduziram a outra transferência pacífica de poder.¹⁰² As reformas jurídicas, como a lei de liberdade de informação aprovada em 2023, são também de alguma forma tranquilizadoras.¹⁰³

2024 – O Ano de Eleições

Os cidadãos de 60 países vão às urnas em 2024.¹⁰⁴ Os países que realizam eleições representam quase metade da população mundial (45%), uma

88 <https://www.cartercenter.org/news/pr/2020/cote-divoire-110220.html>

89 <https://www.hrw.org/news/2020/12/02/cote-divoire-post-election-violence-repression>

90 <https://www.global2p.org/countries/cote-divoire/>

91 https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eeuom_moz2019_final_report_en.pdf

92 <https://rsf.org/en/country/mozambique>

93 <https://www.france24.com/en/africa/20230904-gabon-coup-leader-general-oligui-to-be-sworn-in-as-transitional-president>

94 <https://www.africanews.com/2023/11/13/gabon-military-authorities-announce-elections-for-august-2025/>

95 O limiar para os “quase acontecimentos” de democratização é o mesmo que para os “quase acontecimentos” de autocratização, ou seja, entre 0,05 e 0,1 no IDE. Os países são classificados de acordo com a magnitude total da mudança e são selecionados os cinco primeiros que mais se aproximam do limiar de 0,1.

96 <https://freedomhouse.org/country/vanuatu/freedom-world/2023>

97 Veenendaal, W. 2021. “How instability crates stability.” *Third World Quarterly*, 42(1).

98 <https://www.journalofdemocracy.org/elections/why-did-argentina-just-elect-a-radical-right-wing-political-outsider/>

99 <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/nepals-supreme-court-reinstates-parliament-orders-new-pm-be-appointed-2021-07-12/>

100 <https://anfrf.org/2022-nepalese-federal-and-provincial-elections-achieving-maturity/>

101 https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU_EOM_Kenya_2022_EN.pdf

102 <https://www.theguardian.com/world/2022/nov/24/anwar-ibrahim-appointed-malaysian-prime-minister-after-unprecedented-hung-parliament>

103 <https://www.article19.org/resources/malaysia-slow-progress-on-reforms/>

104 Discutimos os 60 países para os quais existem dados disponíveis na base de dados v14 do V-Dem. Quatro países adicionais também realizam eleições nacionais em 2024: Kiribati, Palau, Tuvalu e San Marino. Adicionalmente, o V-Dem não codifica eleições para o Parlamento da União Europeia, pelo que os países que apenas realizam essas eleições em 2024 também são excluídos.

vez que a lista inclui sete dos dez países mais populosos do mundo: Bangladesh, Índia, Indonésia, México, Paquistão, Rússia e Estados Unidos.

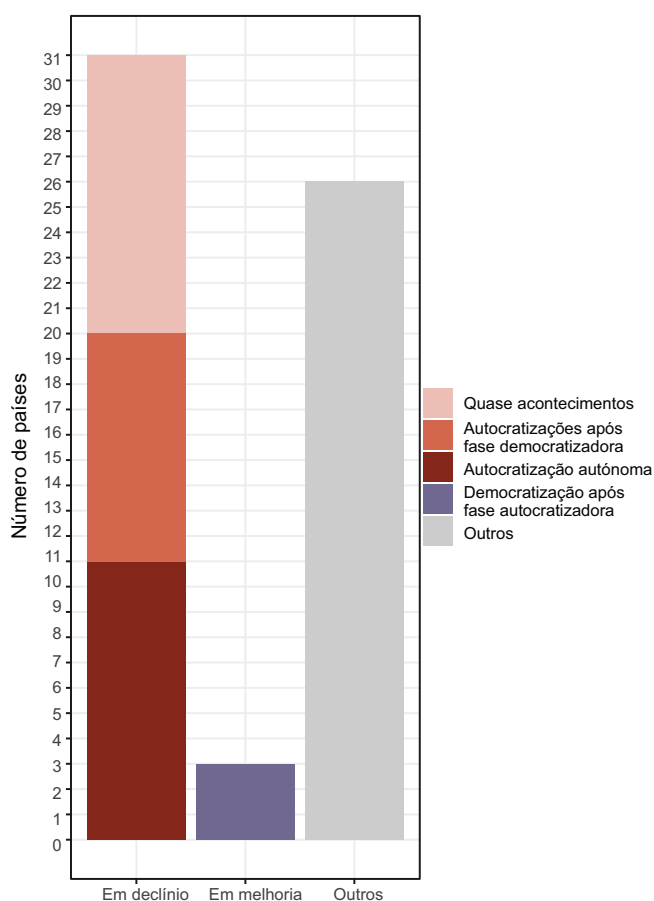
A Figura 23 agrupa os 60 países que realizam eleições em 2024 entre países em declínio (em autocratização ou “quase acontecimentos”), em melhoria (na prática apenas democratizações após fase autocratizadora) e na categoria de “outros”¹⁰⁵

Mais de metade – 31 países – estão em períodos de declínio da democracia. Onze desses são episódios de autocratização autónoma, nove são autocratizações após fase democratizadora e onze são “quase acontecimentos”.

Apenas 5%, ou seja, três dos 60 países que realizam eleições em 2024, estão a melhorar, sendo que os três são processos de democratização após fase autocratizadora, o que significa que estão a recuperar de um declínio anterior. Por último, 26 países encontram-se na categoria “outro”, sem melhorias ou declínios substanciais e contínuos nos seus níveis democráticos.

Porque é que esta perspetiva é importante? As eleições em países em processo de autocratização são eventos fundamentais que podem moldar o futuro do regime político do país. O Brasil é um exemplo recente do papel

FIGURA 23. ELEIÇÕES EM 2024



A Figura 23 mostra o número de países que realizam eleições em 2024 para os quais estão disponíveis dados do V-Dem. Os países estão agrupados em regimes em declínio, em melhoria e outros regimes. Note-se que nesta figura incluímos os “quase acontecimentos” em ambas as categorias de regimes em mudança.

fundamental das eleições para pôr fim à autocratização (ver Caixa 8). O *Relatório da Democracia* do ano passado mostrou que este é um padrão comum em casos recentes de democratização após fase autocratizadora.¹⁰⁶ Vitórias surpreendentes da oposição democrática em eleições críticas podem levar à destituição do governo incumbente, mesmo em cenários autocráticos. As Maldivas e a Zâmbia são dois exemplos recentes deste facto.

Em contrapartida, as eleições também podem servir como poderosos instrumentos de legitimação e estimular uma maior autocratização quando os oponentes falham,¹⁰⁷ como aconteceu recentemente na Hungria e na Turquia. O facto de a *maioria* das eleições durante o “ano eleitoral recorde” de 2024 ter lugar em espaços tão contestados torna este ano provavelmente crítico para o futuro da democracia no mundo.

A Tabela 6, abaixo, apresenta uma lista completa de países que realizam eleições em 2024. Entre os **onze autocratizadores autónomos**, encontramos a Índia, o México e o Senegal. Na Índia, espera-se que o Primeiro-Ministro Modi e o seu Partido do Povo Indiano (BJP) ganhem um terceiro mandato consecutivo. Isto poderá levar a uma maior autocratização, dado o já substancial declínio democrático sob a liderança de Modi e a repressão persistente dos direitos das minorias e da sociedade civil.¹⁰⁸ O México tem eleições agendadas para junho de 2024 e as tensões estão elevadas devido à gradual autocratização sob a liderança do Presidente Obrador e do partido MORENA. O Presidente Obrador é agora acusado de tentar manipular o sistema a favor da sua sucessora Claudia Sheinbaum. Grandes multidões estão a acorrer às urnas para protestar e proteger a independência da autoridade eleitoral.¹⁰⁹ No Senegal, o Presidente Sall, do partido Alliance for the Republic, adiou as eleições inicialmente previstas para 25 de fevereiro, mas o Conselho Constitucional recentemente anulou o adiamento e decidiu que o Presidente não pode permanecer no poder para além do final do seu mandato, que termina a 2 de abril.¹¹⁰ Outros autocratizadores autónomos que vão realizar eleições em 2024 são o Botsuana, o Camboja, o Chade, as Comores, o Gana, as Maurícias e a Mongólia. Não existiram surpresas nas eleições parlamentares na Bielorrússia, realizadas a 25 de fevereiro, e o Presidente Lukashenko já anunciou que se irá candidatar a reeleição em 2025.

Nove autocratizadores após fase democratizadora realizam eleições em 2024, incluindo El Salvador, a Indonésia e o Paquistão, que realizou eleições em fevereiro deste ano. Em El Salvador, o Presidente Bukele foi reeleito para um segundo mandato, apesar da proibição constitucional de reeleição. El Salvador tem vindo a autocratizar-se durante o seu mandato devido ao aumento das violações de direitos humanos, ao enfraquecimento da independência do sistema judicial e às mudanças ao sistema eleitoral.¹¹¹ Na Indonésia, a presumível vitória de Prabowo Subianto torna incerto o caminho democrático do país e o seu compromisso com os direitos humanos e a responsabilização.¹¹² Trata-se de um antigo general do exército, alegadamente envolvido em torturas e desaparecimentos durante a ditadura de Suharto.¹¹³ No Paquistão, as eleições ocorreram sob tenso ambiente político. O líder da oposição e antigo Presidente Khan encontra-se na prisão. As alegações de fraude e irregularidades em todo o país levaram a violentos protestos.¹¹⁴ Numa grande reviravolta, o partido de Kahn, o Movimento Paquistanês pela Justiça (PTI), ganhou uma pluralidade de lugares, mas o atual Primeiro-Ministro Sharif está a formar um novo governo de coligação sem o PTI. O papel das forças armadas na política também ensombra a possibilidade de melhorias democráticas.¹¹⁵ Os outros países em processo de

¹⁰⁵ “Outros” refere-se a países que não revelam quaisquer alterações substanciais em curso nos níveis de democracia de acordo com as regras da ERT. O país mais proeminente nesta categoria é os Estados Unidos da América.

¹⁰⁶ Ver *Democracy Report 2023* para mais detalhes.

¹⁰⁷ Knutsen, C.H., et al. 2017. “Autocratic elections.” *World Politics* 69(1).

¹⁰⁸ <https://www.theguardian.com/world/2023/dec/31/bjp-modi-india-general-election-2024>; <https://carnegieendowment.org/2023/12/07/decoding-india-s-2024-election-contest-pub-91178>

¹⁰⁹ <https://www.reuters.com/world/americas/mexicans-turn-out-drove-protect-democracy-ahead-elections-2024-02-18/>

¹¹⁰ <https://www.bbc.com/news/world-africa-68326782>

¹¹¹ <https://www.journalofdemocracy.org/elections/how-the-worlds-most-popular-dictator-wins/>

¹¹² <https://www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/why-indonesias-democracy-is-in-danger/>

¹¹³ <https://www.theguardian.com/world/2024/feb/15/indonesia-presidential-election-results-prabowo-subianto-likely-victory>

¹¹⁴ <https://edition.cnn.com/2024/02/09/asia/pakistan-election-nawaz-sharif-intl/index.html>

¹¹⁵ <https://www.usip.org/publications/2024/02/understanding-pakistans-election-results>

autocratização após fase democratizadora que realizam eleições em 2024 são a Croácia, o Mali, a Mauritânia, a Roménia, a Coreia do Sul e a Ucrânia.

Espera-se que as eleições nos **onze países que são “quase acontecimentos” de autocratização** tenham consequências. Se os governos incumbentes ganharem as eleições e se mantiverem no poder, parece razoável esperar que se possam seguir novas deteriorações. Noutros casos, o enfraquecimento da democracia pode ser atribuído a partidos da oposição radicais que podem vir a ter um lugar no governo. A África do Sul pode ver a sua posição como líder da democracia na região desvanecer-se a corrupção e o enfraquecimento das instituições do Estado pelo CNA no poder continuarem por mais um mandato. Na Rússia, já bastante autocrática, a recente morte do mais proeminente líder da oposição, Alexei Navalny, antes das eleições presidenciais de março, realça o controlo que Putin exerce sobre a política russa. Espera-se que Putin ganhe o seu quinto mandato, depois de ter manipulado o sistema eleitoral e político a seu favor durante décadas, incluindo a alteração dos limites dos mandatos presidenciais em 2020.¹¹⁶ Outros países em “quase acontecimentos” de autocratização que realizam eleições em 2024 são a Argélia, o Butão, a Geórgia, a Islândia, a Moldávia, Moçambique, a Namíbia, Portugal e o Uruguai.

Apenas **três países que realizam eleições em 2024 são democratizadores**, e todos eles são processos de democratização após fase autocratizadora: Macedónia do Norte, Maldivas e Tunísia. A Macedónia do Norte tem demonstrado alguns sinais preocupantes de reversão da democracia, em parte devido à crescente polarização política. As eleições de 2024 poderão ser decisivas para saber se a Macedónia do Norte continua ou não a ser um democratizador após fase autocratizadora. Se as eleições parlamentares nas Maldivas seguirem a tendência dos últimos anos, será uma boa notícia. As eleições presidenciais de 2018 e as eleições parlamentares de 2019 foram fundamentais para a reversão e as eleições presidenciais de 2023 foram consideradas livres e justas,¹¹⁷

apesar de algumas preocupações com a liberdade de expressão e de reunião pacífica nos meses anteriores às eleições.¹¹⁸ Por último, a Tunísia continua a ser uma autocracia eleitoral cujas melhorias recentes no índice são marginais em relação ao anterior declínio acentuado sob o atual Presidente Saïed. As eleições presidenciais de 2024 serão as primeiras eleições para o executivo desde o golpe do Presidente Saïed em 2021.¹¹⁹

Os 26 países que não registam declínios ou melhorias substanciais nos níveis de democracia nos últimos anos vão realizar eleições em 2024. As eleições nos Estados Unidos serão muito importantes. O esperado candidato republicano e antigo Presidente, Donald Trump, enfraqueceu substancialmente a democracia americana durante o seu anterior mandato, nomeadamente no que diz respeito à liberdade dos meios de comunicação social, à independência do poder judicial e à fiscalização do executivo. Entre as inúmeras declarações antidemocráticas, Trump chamou os seus opositores de “vermes” durante discursos de campanha, declarou que queria purgar o Departamento de Justiça e desmantelar o FBI, afirmou que se iria perdoar por crimes federais e que queria deter jornalistas.¹²⁰ Um segundo mandato presidencial de Trump poderá ter ramificações significativas também para a democracia a nível internacional, uma vez que os Estados Unidos têm um papel fundamental em assuntos mundiais e devido à afinidade com autocratas que Trump ostentou durante seu primeiro mandato. Outras democracias liberais que realizam eleições incluem a Bélgica, a Finlândia e o Reino Unido. As autocracias eleitorais relativamente estáveis também se encontram na lista. Por exemplo, o Bangladesh realizou eleições gerais a 7 de janeiro. A Primeira-Ministra Sheikh Hasina e o seu partido, a Liga Popular de Bangladesh, obtiveram a maioria dos assentos parlamentares numa disputa controversa. O partido de oposição, Partido Nacionalista de Bangladesh, boicotou as eleições e muitos dos seus líderes e apoiantes foram detidos.¹²¹ Por último, algumas autocracias fechadas, como o Irão e a Coreia do Norte, realizam a sua versão de eleições onde nenhuma perturbação é esperada.

TABELA 6. TODOS OS 60 PAÍSES QUE REALIZAM ELEIÇÕES EM 2024, POR TIPO DE REGIME

DL	Democracia Liberal	–	indica que o país também pode pertencer a uma categoria inferior
DE	Democracia Eleitoral	+	indica que o país também pode pertencer a uma categoria superior
AE	Autocracia Eleitoral	As democracias/autocracias da zona cinzenta estão marcadas	
AF	Autocracia Fechada		

DEMOCRACIAS LIBERAIS			DEMOCRACIAS ELEITORAIS			AUTOCRACIAS ELEITORAIS			AUTOCRACIAS FECHADAS		
PAÍS	DATA da eleição	Linha	PAÍS	DATA da eleição	Linha	PAÍS	DATA da eleição	Linha	PAÍS	DATA da eleição	Linha
Bélgica	Junho 9	DL	Áustria	Setembro 29	DE+	Maurícias	Novembro 30	AE+	Uzbequistão	Oct.-Dec.	AF+
Finlândia	Janeiro 28	DL	Lituânia	Pres. Maio 12; Parl. Outubro 13	DE+	Tunísia	Outono	AE+	Chade	Outubro	AF
Islândia	Junho 1	DL	Moldávia	Novembro	DE+	Argélia	Dezembro	AE	Irão	Março 1	AF
Taiwan	Janeiro 13	DL	Namíbia	Novembro	DE+	Azerbaijão	Fevereiro 7	AE	Jordânia	Novembro	AF
EUA	Novembro 5	DL	Portugal	Março 10	DE+	Bangladesh	Janeiro 7	AE	Mali	Fev., adiadas	AF
Butão	Janeiro 9	DL-				Bielorrússia	Fevereiro 25	AE	Coreia do Norte	Abril 10	AF
Coreia do Sul	Abril 10	DL-	Croácia	Presidencial Dez; Parlamentar (a determinar)	DE	Camboja	Fevereiro 25	AE	Sudão do Sul	Dezembro	AF
Reino Unido	Espera-se 2024	DL-	República Dominicana	Maio 19	DE	Comores	Janeiro 14	AE	Síria	A determinar	AF
Uruguai	Outubro 27	DL-	Geórgia	Parlamentar Out. 26; Presidencial (a determinar)	DE	El Salvador	Fevereiro 4	AE			
			Gana	Dezembro 7	DE	Guiné-Bissau	A determinar	AE			
			Maldivas	Março 17	DE	Índia	Abril–Maio	AE			
			Macedónia do Norte	Maio 24	DE	Madagáscar	Maio	AE			
			Panamá	Maio 5	DE	Mauritânia	Junho 22	AE			
			Roménia	Nov–Dez	DE	Moçambique	Outubro 9	AE			
			Senegal	Dezembro 15	DE	Paquistão	Fevereiro 8	AE			
			Eslováquia	Março 23	DE	Rússia	Março 17	AE			
			Ilhas Salomão	Abril 17	DE	Ruanda	Julho 15	AE			
			África do Sul	Maio–Agosto	DE	Somalilândia	Novembro 13	AE			
			Sri Lanka	A determinar	DE	Togo	Abril 13	AE			
			Botsuana	Outubro	DE-	Ucrânia	Março 31	AE			
			Indonésia	Fevereiro 14	DE-	Venezuela	Dezembro	AE			
			México	Junho 2	DE-						
			Mongólia	Junho	DE-						

* Países que realizam eleições em 2024, mas não estão incluídos na base de dados V-Dem: Kiribati (a ser determinado), San Marino (dezembro), Palau (12 de novembro) e Tuvalu (26 de janeiro).

116 European Parliament Research Service, May 2020. Briefing: Constitutional change in Russia. More Putin or Preparing for post-Putin?
117 EU Election Observation Mission. 2024. Presidential Election Maldives 2023.
118 <https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/maldives>
119 <https://africacenter.org/spotlight/2024-elections/tunisia/>
120 Ver, por exemplo, <https://www.spj.org/news.asp?ref=2985>
121 <https://www.bbc.com/news/world-asia-67889387>

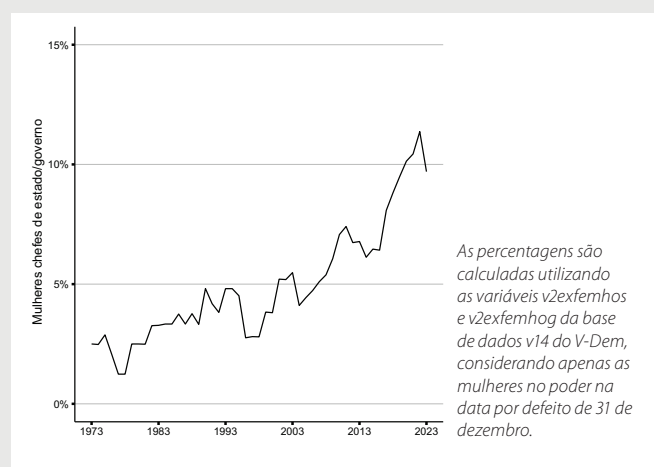
* Países que realizam eleições em 2024, mas não estão incluídos na base de dados V-Dem: Kiribati (a ser determinado), San Marino (dezembro), Palau (12 de novembro) e Tuvalu (26 de janeiro).

Caixa 9. As mulheres ainda estão sub-representadas em cargos políticos

O mundo ainda está longe de alcançar a paridade de gênero na política. As mulheres continuam a estar sub-representadas. Os homens lideram 90% dos países e detêm, em média, 74% dos lugares nas legislaturas de todo o mundo. A expressão “efeito teto de vidro” é usada frequentemente para descrever os obstáculos que impedem a progressão das mulheres para estas posições de liderança.¹

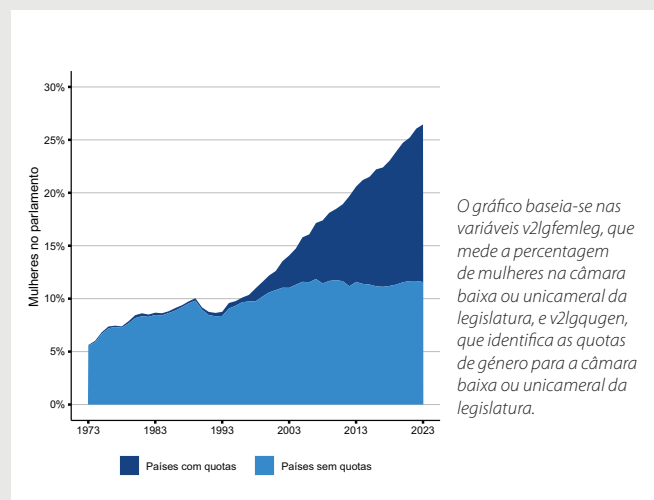
A Figura 1 mostra provas deste facto nos últimos 50 anos, utilizando variáveis factuais da base de dados do V-Dem. Em 1973, existiam três mulheres chefes de Estado e três chefes de governo, mas em 2023 existem 17 e doze, respetivamente. Isto corresponde a um aumento de três a dez por cento de mulheres chefes de Estado e de governo. Como aspeto positivo, diversos países elegeram uma mulher como chefe de Estado ou de governo pela primeira vez neste período. Por exemplo, o Chile elegera a sua primeira mulher presidente, Michelle Bachelet, em 2005, e Victoire Tomegah-Dogbé tornou-se a primeira mulher primeira-ministra do Togo em 2020.

FIGURA 1. PERCENTAGEM DE MULHERES LÍDERES MUNDIAIS, 1973-2023



As mulheres têm mais sucesso no acesso ao poder legislativo, especialmente nos últimos 30 anos, como demonstrado na Figura 2. Cerca de 26% dos legisladores nas câmaras baixas ou unicamerais de todo o mundo são mulheres em 2023, em comparação com 6% em 1973.

FIGURA 2. PERCENTAGEM DE MULHERES NO PARLAMENTO, 1973-2023



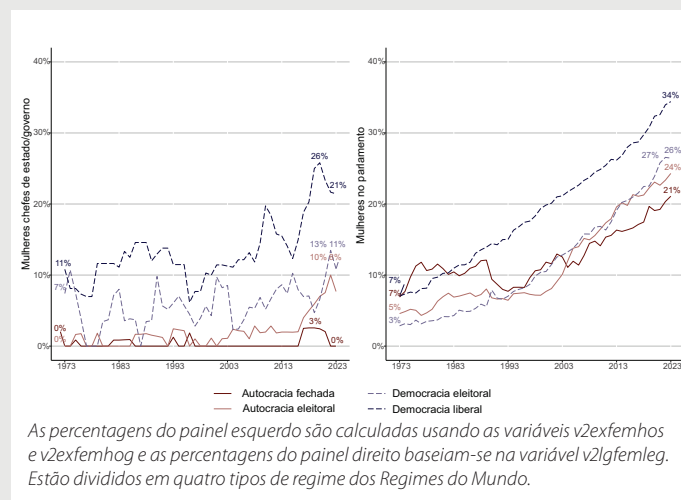
Em 1973, quase todas as mulheres eleitas para o parlamento fizeram-no sem qualquer tipo de quota. Em 2023, o número de mulheres no parlamento é quatro vezes superior ao registado em 1973. Este crescimento substancial é principalmente impulsionado pela adoção de quotas de gênero. A Figura 2 mostra a diferença que as quotas de gênero fizeram. O crescimento acentuado desde 1993 sugere que a adoção de quotas de gênero melhorou a representação de gênero. Mais de metade das mulheres nos parlamentos são eleitas nos 86 países com algum tipo de quota em vigor para as eleições legislativas até 2023. Recentemente, a Serra Leoa,² Índia,³ e Mongólia⁴ aprovaram leis de quotas de gênero para melhorar a representação das mulheres nas legislaturas. Após as eleições de junho de 2023, o novo parlamento da Serra Leoa inclui 42 mulheres, mais do dobro das 19 representantes na legislatura anterior.

No entanto, as quotas de gênero de jure não correspondem à influência política de facto das mulheres.⁵ Muitos países, nomeadamente várias autocracias, adotaram leis “tigre de papel” para melhorar o equilíbrio entre os géneros, sem que isso tenha realmente melhorado o poder das mulheres para influenciar a política. Na Figura 3, dividimos a representação das mulheres por tipo de regime nos últimos 50 anos. Em geral, a democracia liberal parece ser fundamental para uma melhor igualdade de gênero.

No que respeita aos cargos executivos de topo, as mulheres têm tido um desempenho consistentemente melhor nas democracias liberais e duplicaram a sua presença como chefes de Estado ou de governo nos últimos 50 anos, passando de 11 para 21%. Nas democracias eleitorais, a quota das mulheres aumentou apenas quatro por cento desde 1973. As autocracias eleitorais não tinham líderes mulheres em 1973, mas aumentaram significativamente na última década para um total de oito por cento em 2023. As autocracias fechadas têm tido muito poucas ou nenhuma mulher no poder executivo durante os últimos 50 anos. Durante a última década, as autocracias eleitorais parecem ter-se destacado das autocracias fechadas de uma forma mais distinta, e tanto as democracias eleitorais como as autocracias eleitorais aumentaram significativamente a percentagem de mulheres no poder.

As democracias liberais também têm o maior número de mulheres no parlamento em 2023 (34%), mas os valores para democracias eleitorais, autocracias eleitorais e autocracias fechadas são muito semelhantes (26%, 24% e 21%, respetivamente). Embora estes valores tenham aumentado consistentemente a partir dos valores entre três e sete por cento em 1973, as mulheres no parlamento nas democracias eleitorais em 1973 (três por cento) eram menos de metade do que nas autocracias fechadas (sete por cento, o mesmo que nas democracias liberais). Esta tendência só se alterou após a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética. Em 2004, as democracias eleitorais tinham uma maior percentagem de mulheres no parlamento do que as autocracias fechadas.

FIGURA 3. PERCENTAGEM DE MULHERES CHEFES DE ESTADO OU DE GOVERNO E NO PARLAMENTO POR TIPO DE REGIME, 1973-2023



1 Folke, O., & Rickne, J. 2016. The Glass Ceiling in Politics: Formalization and Empirical Tests. Comparative Political Studies 49(5).
 2 <https://www.ipu.org/news/news-in-brief/2023-07/record-number-women-mps-elected-in-sierra-leone>
 3 <https://www.idea.int/democracytracker/report/india/september-2023?pid=4606>
 4 <https://thediplomat.com/2023/07/can-recent-constitutional-reforms-augment-womens-role-in-mongolias-democracy/>
 5 Bjarnegård, E., Zetterberg, P. 2022. How Autocrats Weaponize Women's Rights. Journal of Democracy 33(2).

Projeto Sociedade Digital:

A Tecnologia Digital como instrumento de repressão

Autores: Valeriya Mechkova, Daniel Pemstein, Brigitte Seim, e Steven Wilson do Projeto Sociedade Digital.

Análise empírica e gráficos por cortesia da Dra. Marina Nord.

Embora os primeiros dias da internet e das redes sociais tenham inicialmente suscitado esperanças como formas potenciais de proporcionar fóruns de deliberação mais alargados e, assim, reforçar a democracia, tem havido uma notável mudança de perspetiva. Atualmente, a internet e as plataformas de redes sociais são frequentemente identificadas como ameaças graves à democracia. Nomeadamente, a desinformação e os discursos de ódio proliferam nas redes sociais, alimentando uma polarização crescente, ao mesmo tempo que governos autocráticos têm utilizado as tecnologias de informação como mais um instrumento de repressão. Quais são as tendências mais notáveis no que diz respeito à internet e à democracia em 2023?

Nesta caixa, observamos quatro estratégias específicas, todas elas cada vez mais utilizadas pelos governos como instrumentos de repressão. São elas a censura de conteúdos políticos nas redes sociais; o encerramento da internet pelo governo; e a disseminação de desinformação, tanto por parte do governo nacional como de governos estrangeiros.

CENSURA DAS REDES SOCIAIS

A Figura 1 mostra as mudanças ocorridas nos últimos dez anos, entre 2013 e 2023, no indicador que capta a medida em que os governos censuram conteúdos políticos nas redes sociais (por exemplo, apagando ou filtrando publicações específicas por motivos políticos). Uma pontuação

de 0 indica que a censura é mínima, enquanto 4 corresponde à proibição total das redes sociais. O eixo vertical traça as pontuações para 2023, enquanto o eixo horizontal mostra as pontuações de 2013. O gráfico apenas mostra países que melhoraram ou diminuíram substancialmente, com alterações que ultrapassam os intervalos de confiança entre 2013 e 2023. Os países abaixo da linha diagonal melhoraram ao longo dos últimos dez anos, enquanto os países acima da linha diagonal pioraram significativamente a sua censura das redes sociais.

As pontuações melhoraram em apenas três países – na República Democrática do Congo (RDC), na Gâmbia e nas Maldivas. Por outro lado, a censura das redes sociais aumentou substancialmente em 14 países durante a última década.

O Afeganistão, o Bangladesh, a Guiné, a Nicarágua, o Mianmar e a Rússia são países com pontuações superiores a 2 em 2023, o que indica o êxito da censura dos conteúdos políticos mais visados nas redes sociais. A Bielorrússia, Hong Kong, o Quirguistão, a Índia, Montenegro, a Tanzânia, a Ucrânia e o Iémen estão entre os países onde os conteúdos das redes sociais têm sido cada vez mais controlados, embora não a um nível global tão significativo.

CORTES NA INTERNET

Os governos recorrem cada vez mais ao encerramento da internet, a nível nacional ou regional, para controlar o fluxo de informação, muitas vezes como

FIGURA 1. PAÍSES COM ALTERAÇÕES FORA DOS INTERVALOS DE CONFIANÇA PARA A CENSURA NAS REDES SOCIAIS, 2013-2023

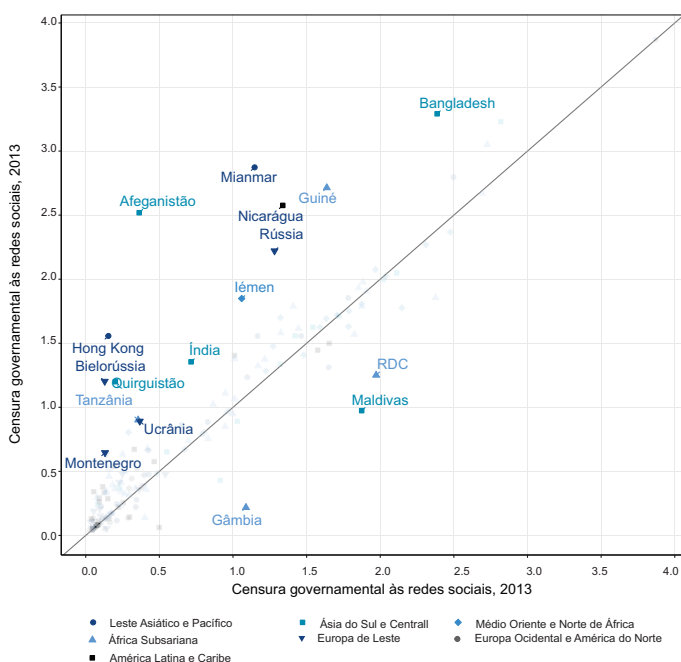
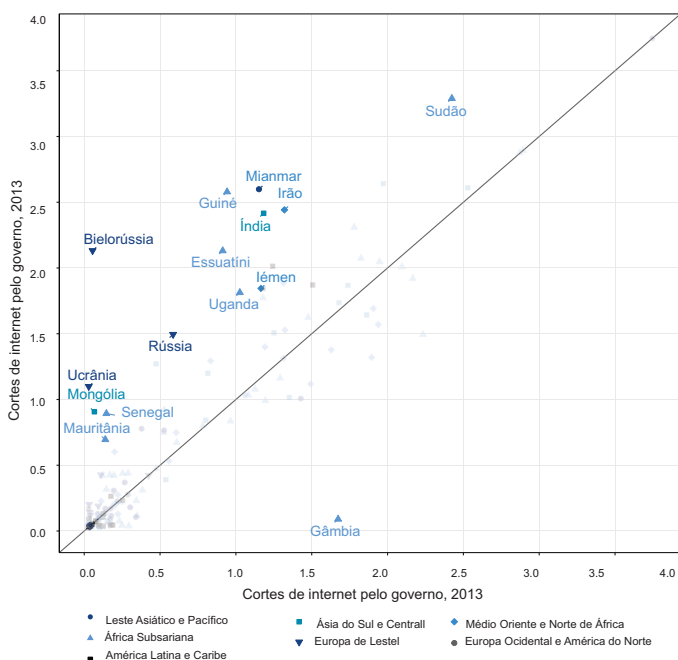


FIGURA 2. PAÍSES COM ALTERAÇÕES FORA DOS INTERVALOS DE CONFIANÇA PARA O ENCERRAMENTO DA INTERNET, 2013-2023



tentativa de resolver um problema específico. As pontuações nesta figura melhoraram significativamente entre 2013 e 2023 apenas para a Gâmbia.

Em contrapartida, 14 países registaram um declínio significativo neste indicador durante os últimos dez anos. As pontuações acima de dois para a Bielorrússia, Essuatíni, Guiné, Índia, Irão, Mianmar e Sudão indicam que, em 2023, estes governos encerraram a internet várias vezes durante o ano.

DESINFORMAÇÃO E MUDANÇA DEMOCRÁTICA

Um dos maiores desafios das redes sociais é o facto de se basearem em informações geradas pelos utilizadores e não serem, sobretudo, controladas, podendo ser difundidas com grande rapidez. Esta situação levou académicos a anunciar que a desinformação – informação intencionalmente falsa, imprecisa ou enganosa destinada a causar danos – se tornou o problema de comunicação mais importante dos nossos tempos.¹

Mas em que medida é que a disseminação da desinformação está correlacionada com o declínio da qualidade da democracia? A Figura 3 foca-se em dois indicadores: a frequência com que o governo e os seus agentes utilizam as redes sociais para disseminar pontos de vista enganadores ou informações falsas para influenciar a sua própria população (painel esquerdo) e a frequência com que governos estrangeiros espalham desinformação no país (painel direito). O eixo vertical assinala as pontuações para 2023 e o eixo horizontal assinala as pontuações relativas à desinformação no início da autocratização ou da democratização, respetivamente. Na Figura 3, comparamos os níveis de desinformação apenas para os países que registaram um declínio ou uma melhoria nos seus níveis de democracia eleitoral, de acordo com a metodologia ERT. Os países representados com pontos vermelhos passaram por processos de autocratização e os países assinalados com quadrados azuis passaram por processos de democratização.

Tal como nos gráficos anteriores, os países que se encontram abaixo da linha diagonal melhoraram em termos de desinformação, o que significa que utilizaram menos esta tática, enquanto os países acima da linha

se envolveram mais frequentemente com esta tática em 2023 do que anteriormente.

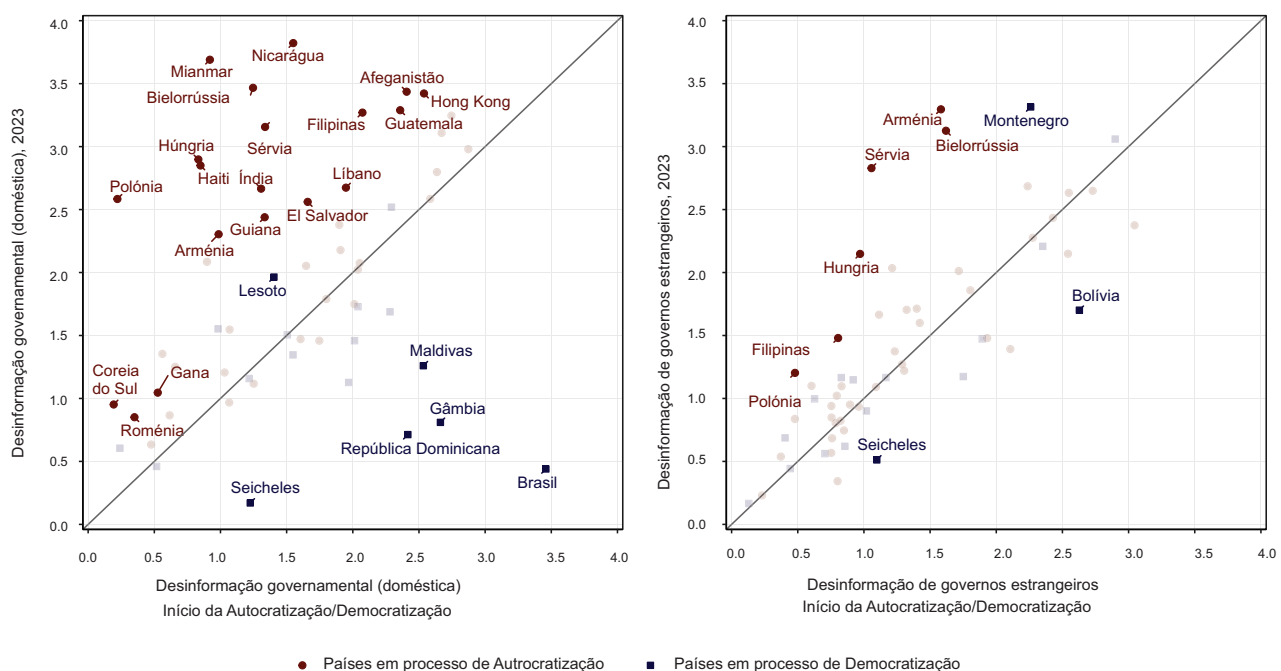
A descoberta mais importante que resulta da Figura 3 é que os países que se autocratizaram, como representado pelos pontos vermelhos, são também os que pioraram as suas pontuações na frequência da desinformação. Centrando-nos na desinformação interna (no painel esquerdo), o Afeganistão, a Bielorrússia, Hong Kong, a Hungria, o Mianmar, a Nicarágua, a Polónia e a Sérvia são países onde o V-Dem regista níveis altos de desinformação e são também alguns dos casos mais proeminentes de retrocesso democrático. Embora não possamos tirar quaisquer conclusões causais deste gráfico descritivo, podemos concluir que a disseminação da desinformação é um dos instrumentos utilizados pelos governos autocráticos.

Em contrapartida, os países em processo de democratização – o Brasil, a República Dominicana, a Gâmbia, as Maldivas e as Seicheles – melhoraram tanto em termos de disseminação de menos desinformação como de qualidade da democracia.

No que diz respeito à desinformação por parte de governos estrangeiros (painel direito), notamos que existem menos países com pontuações substancialmente mais altas ou mais baixas nesta medida que coincidam com mudanças nos níveis de democracia. No entanto, existem diversos exemplos proeminentes. A Arménia, a Bielorrússia, a Hungria e a Polónia são países que foram expostos a campanhas de desinformação maciça pela Rússia a níveis substancialmente mais elevados quando se compara 2023 com o ano em que o período específico de autocratização começou para esse país. Em contraste, a Bolívia e as Seicheles democratizaram-se ao mesmo tempo que a desinformação proveniente do estrangeiro diminuiu.

Note-se que o Lesoto e Montenegro se democratizaram apesar de terem registado níveis mais elevados de desinformação proveniente de fontes estrangeiras e nacionais, respetivamente, o que significa que a qualidade democrática nestes países não diminuiu, mesmo que a desinformação tenha sido mais amplamente difundida.

FIGURA 3. FONTES GOVERNAMENTAIS E ESTRANGEIRAS DE DESINFORMAÇÃO, 2023



1 Freelon, D., & Wells, C. (2020). Disinformation as political communication. *Political communication*, 37(2), 145-156.

Co-investigadores principais do V-Dem: Comentário ao Relatório sobre a Democracia

Autores: Michael Coppedge, John Gerring, Carl Henrik Knutsen e Jan Teorell

O projeto Variedades da Democracia (V-Dem) envolve numerosos investigadores de todo o mundo, tendo como principal resultado a base de dados V-Dem, abrangente e atualizado anualmente. O projeto inclui cinco investigadores principais, um Comité de Direção e o Instituto V-Dem (sediado em Gotemburgo e dirigido por Staffan I. Lindberg). O Instituto publica anualmente o Relatório da Democracia (RD). Reconhecendo as diferenças de opinião entre os investigadores principais sobre o RD, os autores do RD permitiram que nós (quatro dos cinco investigadores principais do V-Dem) fizéssemos comentários

O nosso comentário não põe em causa a qualidade dos dados do V-Dem, que consideramos muito elevada. Apoiamos também a maior parte da análise do RD. Todavia, questionamos algumas escolhas, que conduzem a interpretações com as quais não concordamos. Consideramos três elementos do RD problemáticos: (a) interpretação de tendências com base em medidas ponderadas pela população, (b) utilização de categorias rígidas e (c) insuficiente atenção à incerteza da medição. Considerando estes fatores, encontramos uma visão menos alarmista do retrocesso recente do que a apresentada em várias edições do RD.

PONDERAÇÃO DA POPULAÇÃO E TENDÊNCIAS

No RD, os dados globais são por vezes ponderados pela população; alguns países grandes são assim responsáveis pela maioria da variação (ver Figura 11). A ponderação pela população é adequada para descrever tendências nas experiências da “pessoa média global”. Porém, pode dar impressões errôneas se for utilizada para descrever ou interpretar tendências globais sistemáticas. É enganador sugerir que a democracia global diminuiu de forma dramática, em grande parte porque a Índia está a recuar. De 2012 a 2022, a pontuação média do índice de Democracia Eleitoral desceu 0,03, de 0,53 para 0,50, se todos os países forem ponderados de forma igual. A ponderação pela população, no entanto, caiu 0,13 pontos, de 0,54 para 0,41. A ponderação pela população, mas excluindo a Índia, desceu apenas 0,05, de 0,46 para 0,41. Assim, os desenvolvimentos na Índia estão na origem de muitos dos desenvolvimentos mais dramáticos apresentados nas diferentes figuras do RD (por exemplo, a Figura 10, que mostra que 35% da população mundial vive em países em processos de autocratização), e esta percepção é importante para interpretar tendências globais.

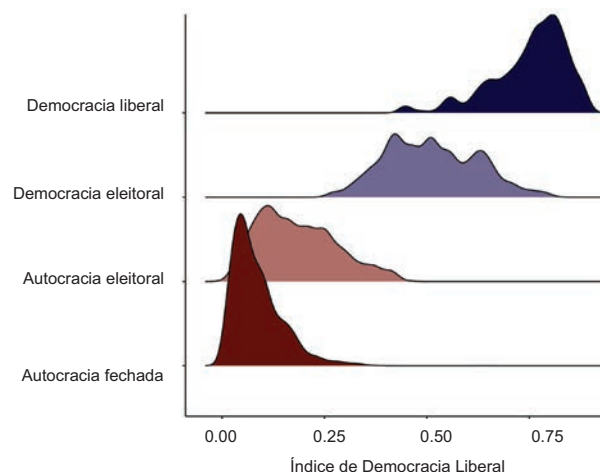
CATEGORIZAÇÕES RÍGIDAS

O RD também se baseia fortemente em categorias rígidas. Por exemplo, refere que 88 dos 179 países são “autocracias” e que apenas 13 por cento da população mundial vive em “democracias liberais”. Especificamente, o RD baseia-se fortemente na tipologia Regimes do Mundo (RoW) (que não é um índice V-Dem oficial).¹ A RoW utiliza (cortes em) várias medidas contínuas do V-Dem para chegar a quatro categorias: autocracia fechada, autocracia eleitoral, democracia eleitoral e democracia liberal. As barras que a RoW estabelece para categorizar países como, por exemplo, “democracias liberais” são muito elevadas. Por isso, quando o

RD descreve a Áustria ou Portugal em 2023 como meras “democracias eleitorais”, isto reflete em grande medida os critérios de limiar arbitrários, mas muito exigentes da RoW

As medidas categóricas podem ser úteis. No entanto, quando construídas através da imposição de cortes em índices contínuos, as categorias são inevitavelmente arbitrárias. A Figura 1 demonstra que os países codificados dentro da mesma categoria-RoW são muito diversificados; as suas pontuações nos índices subjacentes abrangem amplos intervalos. Do mesmo modo, os países que se situam imediatamente acima e abaixo de cada corte são bastante semelhantes; só por acaso é que os países próximos de um limiar são colocados em categorias diferentes. De facto, ligeiros movimentos ascendentes ou descendentes – que podem ser artefactos de incerteza de medição ou de regras de classificação pouco claras – podem recategorizar os países. Por exemplo, o Canadá é classificado como Democracia Eleitoral em 2022 com uma pontuação de 0,759 no Índice de Democracia Liberal; porém, é classificado como uma Democracia Liberal em 2023, embora a sua pontuação tenha permanecido praticamente inalterada em 0,755.

FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO DAS PONTUAÇÕES DO ÍNDICE DA DEMOCRACIA LIBERAL POR CATEGORIAS ROW



As distribuições são de país-ano
Fonte: V-Dem v.14

O RD também se baseia fortemente na classificação Episódios de Transformação de Regime (ERT) para categorizar países que estão em transição (por exemplo, “em processo de autocratização”).² São propostos vinte e um tipos de transição (incluindo classificações e subclassificações) com base na direção, extensão e duração das alterações anuais no Índice de Democracia Eleitoral do V-Dem e se essas alterações ultrapassam os limites especificados na RoW. Os leitores devem ter em atenção que as regras que definem os vários tipos de transição são muito complexas – uma vez que se baseiam em indicadores contínuos – e inevitavelmente arbitrárias. As conclusões baseadas na ERT, como, por exemplo, se um determinado país se encontra em processo de autocratização ou não,

1 Lührmann, Anna, Marcus Tannenberg, Staffan I. Lindberg. 2018. “Regimes of the world (RoW): Opening new avenues for the comparative study of political regimes.” *Politics and Governance* 6(1):60-77.

2 Maerz, Seraphine F., Amanda B. Edgell, Matthew C. Wilson, Sebastian Hellmeier, Staffan I. Lindberg. 2023. “Episodes of regime transformation.” *Journal of Peace Research* OnlineFirst:1-18.

podem, portanto, ser diferentes se forem adotadas escolhas diferentes – igualmente plausíveis.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCERTEZA

Todas as medições estão sujeitas a erros. As medidas de democracia baseadas na opinião de especialistas, que são fundamentais para a maioria dos índices (incluindo o V-Dem), podem, por exemplo, ser sensíveis a diferenças na forma como os mesmos interpretam as formulações das perguntas e utilizam as escalas.

Uma das principais vantagens do V-Dem advém do nosso procedimento de codificação, através do qual cada indicador recebe classificações de diferentes especialistas nacionais, que trabalham de forma independente. A fiabilidade da medição pode, portanto, ser avaliada, por exemplo, pelo grau de concordância entre os codificadores de cada indicador.

Infelizmente, este aspeto do V-Dem tem sido pouco abordado no RD. As tendências são frequentemente apresentadas sem os intervalos de confiança (ocultando o facto de que as pequenas mudanças ao longo do tempo podem refletir erros de medição) e, de um modo mais geral, interpretadas sem destacar a incerteza.

RETROCESSOS

Tendo em conta estas considerações, devemos ter cuidado ao interpretar as tendências globais da democracia. Se calcularmos uma pontuação média global no Índice de Democracia Eleitoral do V-Dem, ponderando cada país de igual forma, começa a verificar-se uma tendência na dire-

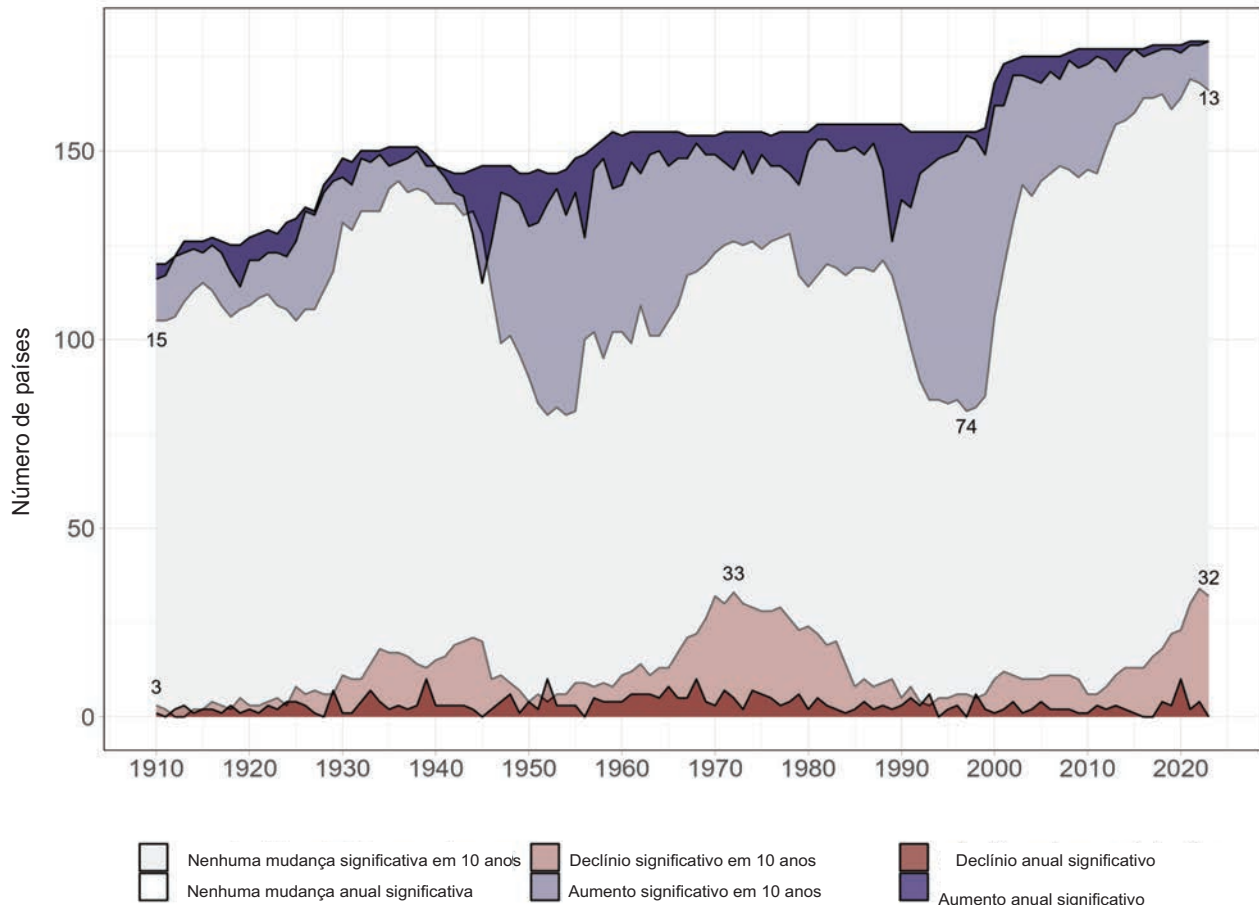
ção da autocracia após o pico de 0,53 em 2012. Este declínio de 0,03 pontos em 10 anos para uma média global de 0,50 em 2023, embora estatisticamente significativo (nível de 95%) desde 2020, é bastante modesto.

Outro facto pouco comunicado é que a vasta maioria dos países tem tido resultados relativamente estáveis em termos de democracia, mesmo recentemente, como demonstrado na Figura 2. Noutros casos ainda (mesmo que em muito menor quantidade), os regimes evoluíram na direção da democracia. As discussões sobre o retrocesso democrático, globalmente, dizem respeito a uma minoria de países cujo estatuto democrático se deteriorou.

As mudanças a curto prazo são frequentemente difíceis de interpretar quando estão a ocorrer. Naturalmente, estamos preocupados com as tendências adversas da democracia em vários países, incluindo em grandes países como a Índia, e com o que se avizinha. No entanto, as tendências recentes não são previsões: não dizem nada sobre o que é provável que aconteça nos próximos anos. O que podemos dizer com confiança é que a importante expansão da democracia, que começou no século XIX e continuou durante grande parte do século XX, teve uma pausa no século XXI. A esta luz, a apreensão quanto ao futuro é compreensível. Mas não queremos ler as tendências atuais mais do que o necessário.

Apreciamos sinceramente muitos aspetos do RD, que atinge um público alargado. No entanto, dadas as preocupações aqui expostas, gostaríamos que tivesse sido adotado um tom mais comedido sobre o estado atual e as perspetivas futuras da democracia a nível mundial.

FIGURA 2. NÚMERO DE PAÍSES COM MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL AO LONGO DE 1 OU 10 ANOS



As larguras das faixas coloridas representam o número de países em cada categoria.

As categorias reflectem alterações ao longo de 1 ou 10 anos que excederam os limites de confiança de 95% do HPD do seu país.

Metodologia V-Dem: Agregar avaliações de peritos

Autor: Kyle L. Marquardt

V-Dem UTILIZA MÉTODOS INOVADORES PARA agregar as apreciações de especialistas e, assim, produzir estimativas de conceitos importantes. Utilizamos opiniões de especialistas uma vez que muitas características fundamentais da democracia não são diretamente observáveis. Por exemplo, é fácil observar se uma legislatura tem ou não o direito legal de investigar o executivo. No entanto, avaliar em que medida a legislatura o faz efetivamente requer um vasto conhecimento concetual e jurisprudencial.

Normalmente, o V-Dem recolhe dados de cinco especialistas por país e ano de observação, utilizando um conjunto de mais de 4300 especialistas nacionais que se pronunciam sobre diferentes conceitos e casos. Os especialistas são oriundos de quase todos os países do mundo, o que nos permite tirar partido de opiniões diversas.

Apesar do seu valor evidente, os dados codificados por especialistas colocam vários problemas. A classificação dos conceitos exige um julgamento que varia consoante os especialistas e os casos; pode também variar sistematicamente consoante os grupos de especialistas. Abordamos estas questões agregando os dados codificados por peritos com um modelo de medição, o que nos permite ter em conta a incerteza e os potenciais enviesamentos.

A lógica do modelo de medição V-Dem é que existem conceitos não observados (por exemplo, um certo nível de liberdade académica e de liberdade de expressão cultural), mas apenas vemos manifestações imperfeitas desses conceitos. Ou seja, os especialistas comunicam as suas apreciações sobre estes conceitos aplicados a casos específicos utilizando categorias ordinais aproximadas. O nosso modelo converte então estas avaliações numa única escala latente contínua, estimando assim os valores do conceito.

No processo, o modelo estima algoritmicamente o grau de fiabilidade de um especialista em relação a outros, assim como o grau em que a sua perceção da escala de resposta difere da de outros especialistas. Do mesmo modo, utilizamos padrões de sobreposição de codificação - tanto de especialistas que codificam vários países como de especialistas que codificam casos hipotéticos - para estimar o grau em que as diferenças na perceção da escala são sistemáticas entre peritos que codificam diferentes conjuntos de casos. Dada a natureza iterativa do processo de estimativa, estas estimativas de fiabilidade e perceção da escala ponderam a contribuição de um especialista para a estimativa do conceito não observado.

Na base de dados V-Dem resultante, apresentamos aos utilizadores uma melhor estimativa do valor de uma observação (a estimativa do ponto), assim como uma estimativa de incerteza (regiões credíveis, um corolário bayesiano dos intervalos de confiança). Mais precisamente, o resultado do modelo de medição é uma estimativa do ponto do nível de intervalo da característica latente que normalmente varia em valor entre -5 a 5, e seu erro de medição associado. Estas estimativas são a melhor versão dos dados a utilizar na análise estatística.

No entanto, para alguns utilizadores, as estimativas a nível de intervalos são difíceis de interpretar de forma substantiva. Por conseguinte, também fornecemos estimativas de pontos a nível de intervalo que transformámos linearmente de volta à escala de codificação que os peritos utilizaram originalmente para codificar cada caso. Estas estimativas variam normalmente entre 0 e 4 (o intervalo da escala modal); os utilizadores podem consultar o livro de código V-Dem para

as interpretar de forma substantiva. Por último, fornecemos versões ordinais de cada variável para aplicações em que os utilizadores necessitem de valores categóricos ordenados. Cada uma das duas últimas versões de dados é também acompanhada por regiões credíveis.

VERSÕES DOS INDICADORES V-DEM

Sufixo	Escala	Descrição	Uso recomendado
Nenhum	Intervalo	Estimativa do modelo de medição V-Dem	Análise de regressão
_osp	Intervalo	Transformação linearizada das estimativas do modelo na escala original	Interpretação substantiva de gráficos e dados
_ord	Ordinal	Valor ordinal mais provável das estimativas do modelo na escala original	Interpretação substantiva de gráficos e dados
_codelow / _codehigh	Intervalo	Um desvio-padrão acima (_codehigh) e abaixo (_codelow) de uma estimativa pontual	Avaliação das diferenças entre unidades e ao longo do tempo dentro das unidades
_sd	Intervalo	Desvio padrão da estimativa de intervalo	Criar intervalos de confiança com base nas necessidades do utilizador

O conjunto final de dados V-Dem inclui, assim, um conjunto de versões de indicadores de instituições e conceitos democráticos, que permitem tanto aos académicos como aos decisores políticos compreender as diferentes características de uma entidade política. A caixa de texto resume os resultados que fornecemos aos utilizadores.

Termos chave

Ponto estimado: A melhor estimativa do valor de um conceito.

Intervalos de confiança: Regiões credíveis para as quais os limites superior e inferior representam um intervalo de valores prováveis para uma estimativa pontual. Estes limites baseiam-se no intervalo em que o modelo de medição coloca 68% da massa de probabilidade para cada pontuação, o que geralmente é aproximadamente equivalente aos limites superior e inferior de um desvio padrão da mediana.

Diferenças ou mudanças significativas: Quando os limites superior e inferior dos intervalos de confiança para duas estimativas pontuais não se sobrepõem, estamos confiantes de que a diferença entre eles não resulta de um erro de medição.

REFERÊNCIAS

Marquardt, Kyle L. and Daniel Pemstein. 2018. IRT Models for Expert-Coded Panel Data. *Political Analysis* 26(4).

Pemstein, Daniel, et al. 2024. The V-Dem Measurement Model: Latent Variable Analysis for Cross-National and Cross-Temporal Expert-Coded Data. *Varieties of Democracy Institute: Working Paper No. 21*, 9th edition.

Pemstein, Daniel, Eitan Tzelgov and Yi-ting Wang. 2015. Evaluating and Improving Item Response Theory Models for Cross-National Expert Surveys. *Varieties of Democracy Institute: Working Paper No. 1*.



47

UNIDADES DE SAÍDA

130+

CONJUNTOS DE DADOS

1,000+

OPÇÕES DE COMBINAÇÃO

25,000+

VARIÁVEIS

Demscore, acrônimo de Infraestrutura de Investigação para a Democracia, Ambiente, Migração, Política Social, Conflito e Representação, oferece dados harmonizados das principais Ciências Sociais do mundo. Os dados são de fonte aberta e de utilização gratuita em todo o mundo.

Uma base de dados PostgreSQL conjunta e totalmente normalizada, uma programação sofisticada e uma interface baseada na web permitem a seleção de variáveis das seis infraestruturas de dados parceiras. Isto resulta numa base de dados personalizada e num livro de código (codebook) gerado automaticamente numa questão de segundos, tornando o Demscore num recurso extremamente eficiente em termos de tempo, em comparação com a fusão manual de várias bases de dados.

Explore as nossas bases de dados temáticas

As bases de dados temáticas da Demscore reúnem uma vasta gama de variáveis de conjuntos de dados de todos os módulos parceiros relacionados com o tópico selecionado.



Gênero

Ambiente

Partidos Políticos
e Eleições

Migração

Desemprego

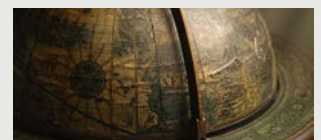
Para obter recursos adicionais de fácil utilização, incluindo ferramentas de visualização em linha, conjuntos de dados estáticos e um manual de início rápido, visite: <https://www.demscore.se>



Variedades da Democracia (V-Dem)

Programa de Dados sobre Conflitos
e Sistema de Alerta Precoce da
Violência de Uppsala(UCDP/VIEWS)

QoG (Qualidade de Governo)

Laboratório de Política Comparada
(COMPLAB)Arquivo de dados sobre a democracia
representativa (REPDEM)

Arquivo de dados históricos (H-DATA)

DEMSCORE É FINANCIADO POR

Swedish
Research
CouncilUNIVERSITY OF
GOTHENBURGUPPSALA
UNIVERSITETStockholms
universitet

UMEÅ UNIVERSITY

Publicações da equipa V-Dem



Democratic Quality in Southern Europe

Tiago Fernandes (Ed.)
2024 | University of Notre Dame Press

► A partir de novos dados do projeto Variedades da Democracia, *Democratic Quality in Southern Europe* analisa de perto as trajetórias democráticas de França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha nos últimos cinquenta anos. Apesar de origens semelhantes, os cinco países registaram variações significativas na forma como as suas democracias evoluíram. O livro combina novos dados com metodologias clássicas para criar hipóteses novas e convincentes sobre o desenvolvimento, a qualidade e a profundidade da democracia nesta região crítica.

O editor Tiago Fernandes reúne com mestria uma coleção de ensaios que vão para além do impacto do desenvolvimento socioeconómico nestes cinco países, explorando explicações inovadoras e matizadas para as suas trajetórias divergentes.

Publicações em destaque

Episodes of Regime Transformation

Seraphine F. Maerz, Amanda B. Edgell, Matthew C. Wilson, Sebastian Hellmeier, and Staffan I. Lindberg
2023 | *Journal of Peace Research* 0(0).

► Este artigo apresenta uma nova conceptualização da transformação de regimes que permite aos académicos abordarem a democratização e a autocratização como processos relacionados, mas antagónicos. Introduz uma base de dados que capta 680 episódios de transformação de regime (ERT) de 1900 a 2019 e oferece novas perspetivas sobre a mudança de regime nos últimos 120 anos. Anteriormente publicado como V-Dem Working Paper 113.

Academic Freedom and the Onset of Autocratization

Lars Pelke.
2023 | *Democratization*, 30(6): 1015-1039.

► Este artigo apresenta a primeira investigação sistemática sobre a influência da liberdade académica no início da autocratização. Em particular, revela como a liberdade académica protege os regimes de a autocratização se iniciar e argumenta que uma maior liberdade académica reduz o risco de autocratização ao imprimir uma tendência pró-democracia nos estudantes e investigadores.

2023

David Altman, Sergio Huertas-Hernández, and Clemente T. Sánchez. **Two paths towards the exceptional extension of national voting rights to non-citizen residents.** *Journal of Ethnic and Migration Studies*. 49(10): 2541-2560.

Fabio Angiolillo. **Authoritarian Ruling Parties' Recruitment Dilemma: Evidence from China.** *Journal of East Asian Studies*. 23(3): 491-515.

Fabio Angiolillo. **Introducing the One-Party Membership Dataset: A dataset on party membership in autocracies.** *Journal of Peace Research*. 0(0).

Larry M. Bartels, Ursula E Daxecker, Susan D Hyde, Staffan I Lindberg, Irfan Nooruddin. (2023). **The Forum: Global Challenges to Democracy? Perspectives on Democratic Backsliding.** *International Studies Review*. 25(2).

Vanessa A. Boese, and Charles M. Wilson. (2023). **Contestation and participation: Concepts, measurement, and inference.** *International Area Studies Review*. 26(2): 89-106.

Sebastian Hellmeier, and Michael Bernhard. (2023). **Regime Transformation From Below: Mobilization for Democracy and Autocracy From 1900 to 2021.** *Comparative Political Studies*. 0(0).

Daniel Korell, Niklas Reinecke, and Lars Lott. **Student-led replication studies in comparative politics: new findings by fresh eyes?** *Zeitschrift Für Vergleichende Politikwissenschaft*. 17: 261-273

Lars Lott. (2023). **Academic freedom growth and decline episodes.** *Higher Education* 0(0)

Lars Lott, Aurel Croissant, and Christoph Trinn. **The Ambivalent Effect of Autocratization on Domestic Terrorism.** *Studies in Conflict & Terrorism*. 0(0).

Kyle L. Marquardt, and Daniel Pemstein. **Estimating latent traits from expert surveys: an analysis of sensitivity to data-generating process.** *Political Science Research and Methods*. 11(2):384-393.

Valeriya Mechkova, and Amanda B. Edgell. **Substantive Representation, Women's Health, and Regime Type.** *Comparative Political Studies*. 0(0).

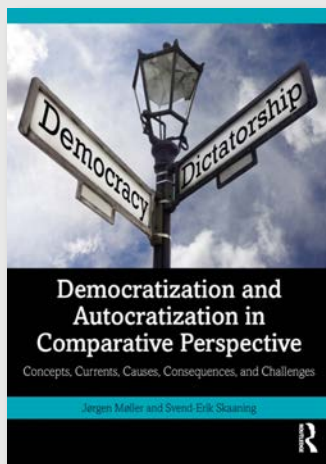
Juraj Medzihorsky, and Staffan I. Lindberg. **Walking the Talk: How to Identify Anti-Pluralist Parties.** *Party Politics*. 0(0). (Previous V-Dem Working Paper 116.)

Lars Pelke. **Reanalyzing the Link between Democracy and Economic Development.** *International Area Studies Review*. 26(4): 361-383.

Yi-ting Wang. **Supporting democracy when other democracies prosper?** *Democratization*. 30(7): 1240-1263.

Felix Wiebrecht. **Corruption, Elite Contestation, and Parliaments: Why Do Legislatures Become Stronger in Authoritarian Regimes?** *Political Research Quarterly*. 0(0).

Felix Wiebrecht, Yuko Sato, Marina Nord, Martin Lundstedt, Fabio Angiolillo & Staffan I. Lindberg (2023) **State of the world 2022: defiance in the face of autocratization.** *Democratization*. 30(5): 769-793.



Democratization and Autocratization: Concepts, Currents, Causes, Consequences, and Challenges

Jørgen Møller and Svend-Erik Skaaning
2024 | Abingdon: Routledge

► Este livro oferece uma cobertura equilibrada, crítica e abrangente das teorias e realidades da auto-
cratização e da democratização. Descreve desenvolvimentos nas concepções de democracia, discute
como distinguir entre diferentes formas de governo político e mapeia o desenvolvimento da democ-
racia e da autocracia no espaço e no tempo.

O livro analisa os principais debates e conclusões sobre as causas e consequências nacionais e inter-
nacionais da democratização e da autocratização. Sintetiza modelos teóricos e relações empíricas
com base numa perspetiva comparativa explícita que se centra nas semelhanças e diferenças entre
países e períodos históricos.

Working Papers e Relatórios do V-Dem

Working Papers do V-Dem

2023

Fabio Angiolillo and Felix Wiebrecht. (2023). **From Individual Parties to Party Systems: A New Approach to Calculate Party Systems' Variables.** *V-Dem Working Paper*, 146.

Amanda B. Edgell, Jean Lachapelle, and Seraphine F. Maerz. (2023). **Achieving Transparency, Reproducibility, and Readability with Hard-Coded Data: A Review.** *V-Dem Working Paper*, 145.

Yuko Sato, Felix Wiebrecht, and Staffan I. Lindberg. (2023). **Disinformation and Episodes of Regime Transformation.** *V-Dem Working Paper*, 144.

Fabio Angiolillo, Felix Wiebrecht, and Staffan I. Lindberg. (2023). **Democratic-Autocratic Party Systems: A New Index.** *V-Dem Working Paper*, 143.

Lars Pelke and Janika Spannagel. (2023). **Quality Assessment of the Academic Freedom Index: Strengths, Weaknesses, and How Best to Use It.** *V-Dem Working Paper*, 142.

Kelly Morrison, Martin Lundstedt, Yuko Sato, Vanessa A. Boese-Schlösser, Klas Markström, and Staffan I. Lindberg. (2023). **Chains in Episodes of Democratization.** *V-Dem Working Paper*, 141.

Carl Henrik Knutsen, Kyle L. Marquardt, Brigitte Seim, Michael Coppedge, Amanda Edgell, Juraj Medzihorsky, Daniel Pemstein, Jan Teorell, John Gerring, and Staffan I. Lindberg. (2023). **Conceptual and Measurement Issues in Assessing Democratic Backsliding.** *V-Dem Working Paper*, 140.

Kelly M. McMann and Daniel J. Tisch. (2023). **How Lower Levels of Corruption in Democracies Prevented COVID Deaths.** *V-Dem Working Paper*, 139.

Adrián del Río, Carl Henrik Knutsen, and Philipp M Lutscher. (2023). **Education Policies and Systems across Modern History: A Global Dataset.** *V-Dem Working Paper*, 138.

Matthew C. Wilson, Karoline Wiesner, and Samuel Bien. (2023). **The Hidden Dimension in Democracy.** *V-Dem Working Paper*, 137.

Anja Neundorff, Eugenia Nazrullaeva, Ksenia Northmore-Ball, Katerina Tertychnaya, and Wooseok Kim. (2023). **Varieties of Indoctrination (V-Indoc): Introducing a Global Dataset on the Politicization of Education and the Media.** *V-Dem Working Paper*, 136.

Michael Coppedge. (2023). **V-Dem's Conceptions of Democracy and Their Consequences.** *V-Dem Working Paper*, 135.

Marcus Tannenbergh. (2023). **Legitimacy as Congruence: Matching Expert-Coded and Public Opinion Data.** *V-Dem Working Paper*, 134.

Relatórios e resumos de políticas do V-Dem

2023

Martin Lundstedt, Felix Wiebrecht, Vanessa Boese-Schlösser, Kelly Morrison, Natalia Natsika, Marina Nord, Evie Papada, Yuko Sato, and Staffan I. Lindberg. (2023). **Case for Democracy Report.** *University of Gothenburg: V-Dem Institute Report*.

Abhik Pramanik and Brigitte Seim. (2023). **Comparing PRC and U.S. Foreign Assistance Approaches.** *University of Gothenburg: V-Dem Policy Brief*, 38.

Capítulos de livros

Agnes Cornell, Jørgen Møller, and Svend-Erik Skaaning (2023). **"Political Regimes"**. Pp. 166-188 in Andrew Denning & Heidi Tworek (eds.), *The Interwar World*. Abingdon: Routledge.

Lasse E. Leipziger, Svend-Erik Skaaning, and Matilde Thorsen (2023). **"Does Economic Inequality Harm Democratic Quality: No, but Yes."** Pp. 187-201 in Christoffer Green-Pedersen; Carsten Jensen & Barbara Vis (eds.), *No Normal Science*. Aarhus: Politica.

Índices do V-Dem

Índice de Democracia Liberal

O Índice V-Dem de Democracia Liberal (IDL) capta os aspetos liberais e eleitorais da democracia com base nos 71 indicadores incluídos no Índice da Componente Liberal (ICL) e no Índice de Democracia Eleitoral (IDE). O IDE reflete uma ideia relativamente ambiciosa de democracia eleitoral, em que uma série de características institucionais garantem

eleições livres e justas, como a liberdade de associação e a liberdade de expressão. O ICL vai ainda mais longe e capta os limites impostos aos governos em termos de dois aspetos fundamentais: a proteção das liberdades individuais e os pesos e contrapesos entre instituições.

FIGURA A1.1. O ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL DO V-DEM: MÉDIAS GLOBAIS E REGIONAIS, 1900/1960-2023

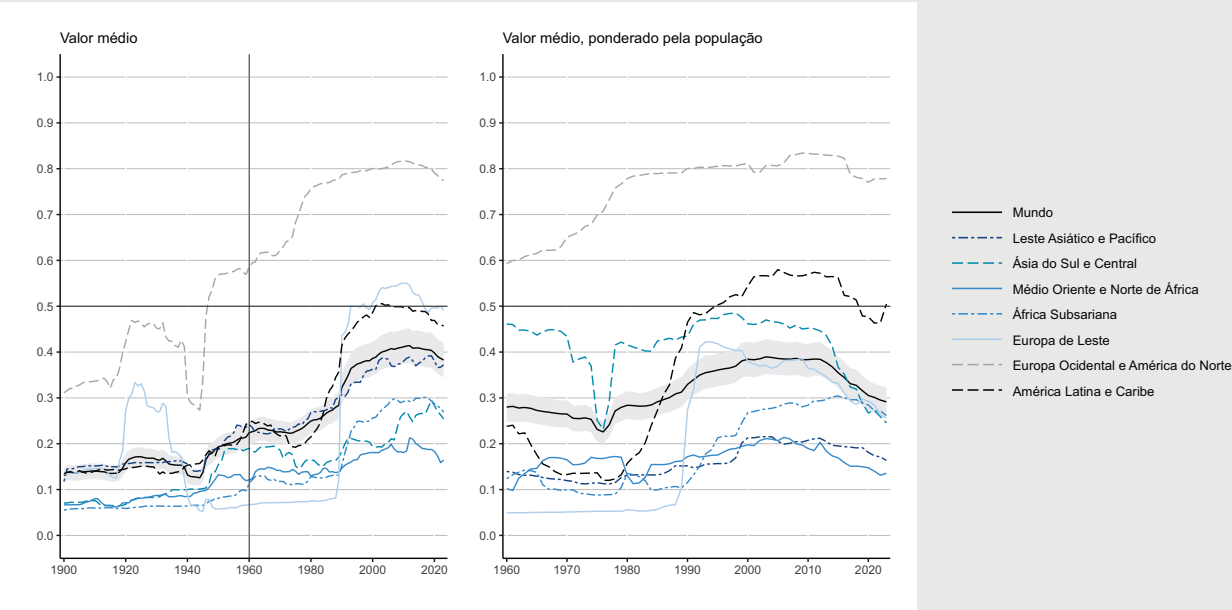
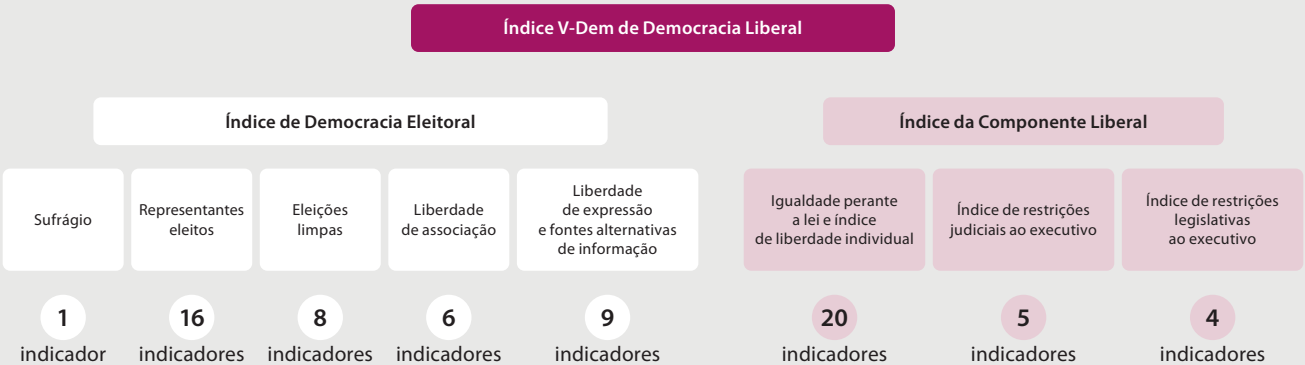


FIGURA A1.2. EXPLICAÇÃO DO ÍNDICE V-DEM DE DEMOCRACIA LIBERAL



Índice de Democracia Eleitoral

Durante várias décadas, tanto os académicos como os profissionais descreveram a democracia no mundo como se as medidas existentes captassem realmente o que significa o conceito de “democracia eleitoral”. No entanto, todos nós sabemos que não é assim. O V-Dem é o primeiro esforço sistemático para medir a existência de facto de todas as instituições na famosa concepção de “poliarquia” de Robert Dahl como democracia eleitoral. O Índice V-Dem de Democracia Eleitoral (IDE) capta não

só a medida em que os regimes realizam eleições limpas, livres e justas, mas também a sua liberdade de expressão efetiva, fontes alternativas de informação e associação, bem como o sufrágio masculino e feminino e o grau em que as políticas governamentais são de facto atribuídas a representantes políticos eleitos.

FIGURA A2.1. O ÍNDICE V-DEM DE DEMOCRACIA ELEITORAL: MÉDIAS GLOBAIS E REGIONAIS, 1900/1960-2023

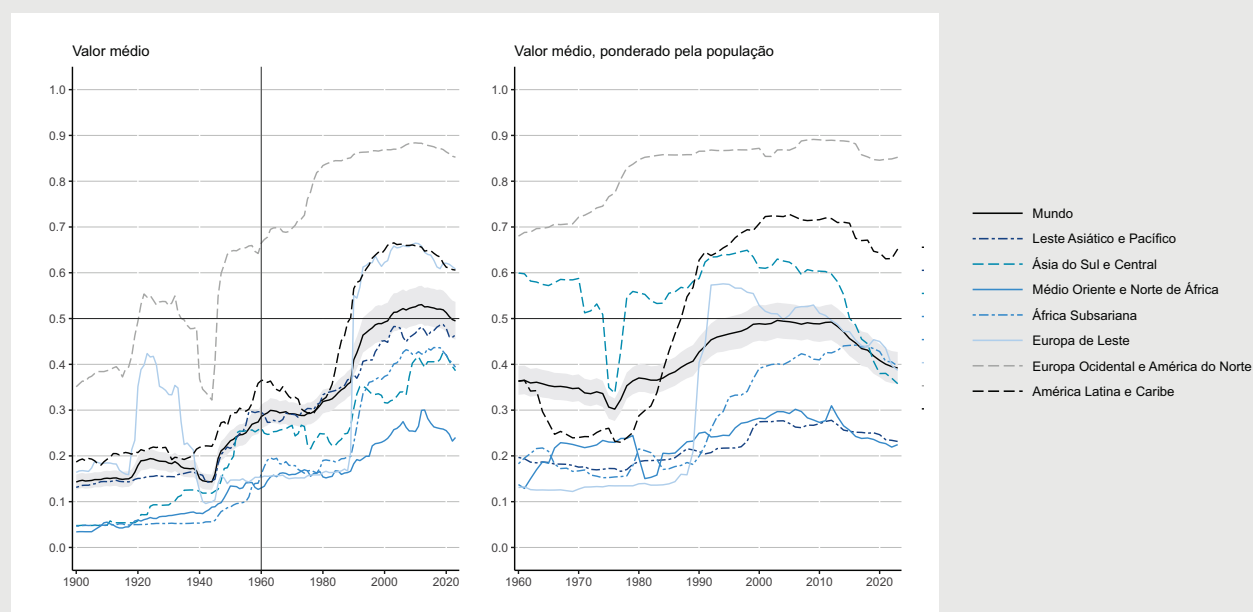


FIGURA A2.2. ÍNDICE V-DEM DE DEMOCRACIA ELEITORAL (IDE)



Índice da Componente Liberal

No esquema conceitual do V-Dem, o princípio liberal de democracia incorpora a importância de proteger os direitos individuais e das minorias contra a tirania do Estado e a tirania da maioria. Também capta os métodos “horizontais” de responsabilização entre instituições de estatuto mais ou menos igual que asseguram pesos e contrapesos eficazes entre instituições e, em particular, limitam o exercício de poder executivo. Isto é alcançado através de um Estado de direito forte e de liberdades cívicas constitucionalmente protegidas, de um sistema judicial independente e de um parlamento forte, capazes de res-

pensabilizar o executivo e limitar os seus poderes. Os três índices que captam estas dimensões são: a igualdade perante a lei e as liberdades individuais (v2xcl_rol), as restrições judiciais ao executivo (v2x_jucon) e as restrições legislativas ao executivo (v2xlg_legcon). No seu conjunto, medem o Índice da Componente Liberal (v2x_liberal).

FIGURA A3.1. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE LIBERAL: MÉDIAS GLOBAIS E REGIONAIS, 1900/1960-2023

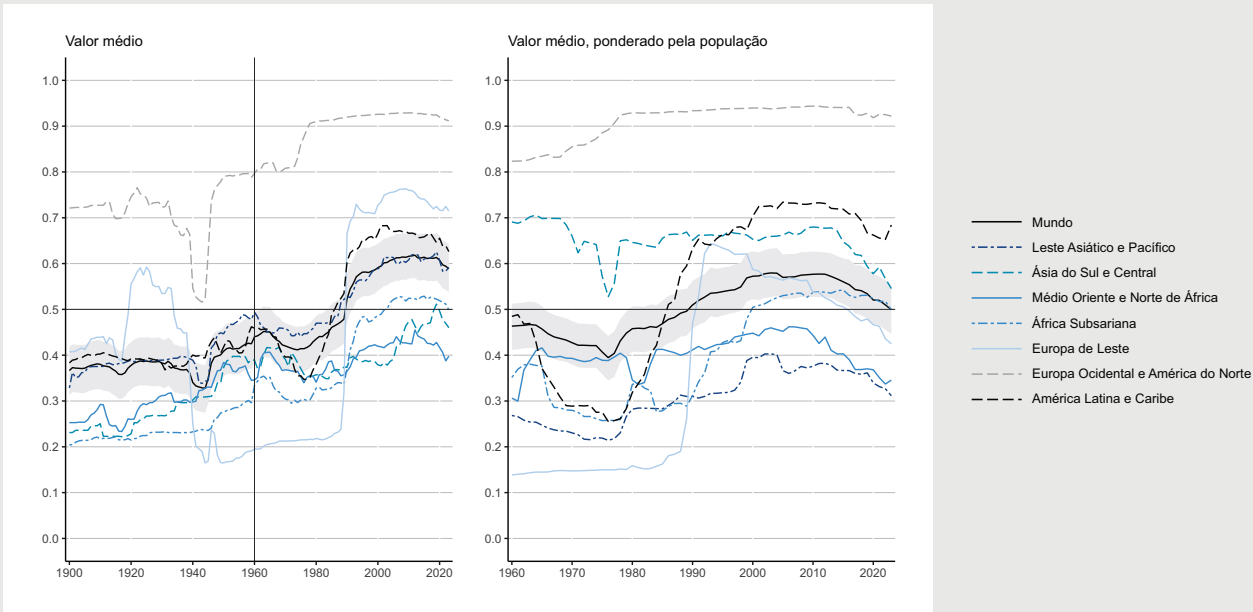


FIGURA A3.2. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE LIBERAL (ICL)



Índice da Componente Igualitária

O princípio igualitário da democracia mede em que medida todos os grupos sociais desfrutam de iguais capacidades para participar na arena política. Baseia-se na ideia de que a democracia é um sistema de governo “pelo povo” em que os cidadãos participam de várias formas, tais como tomar decisões de voto informadas, exprimir opiniões, manifestar-se, candidatar-se a cargos públicos ou influenciar a elaboração de políticas de outras formas. O princípio igualitário da democracia está

fundamentalmente relacionado com a participação política, uma vez que as desigualdades sistemáticas nos direitos e recursos dos cidadãos de grupos sociais específicos limitam as capacidades de participação nos processos políticos e de governação. Por conseguinte, uma distribuição de recursos mais equitativa entre os grupos resulta em igualdade política e, consequentemente, em democracia.

FIGURA A4.1. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE IGUALITÁRIA: MÉDIAS GLOBAIS E REGIONAIS, 1900/1960-2023

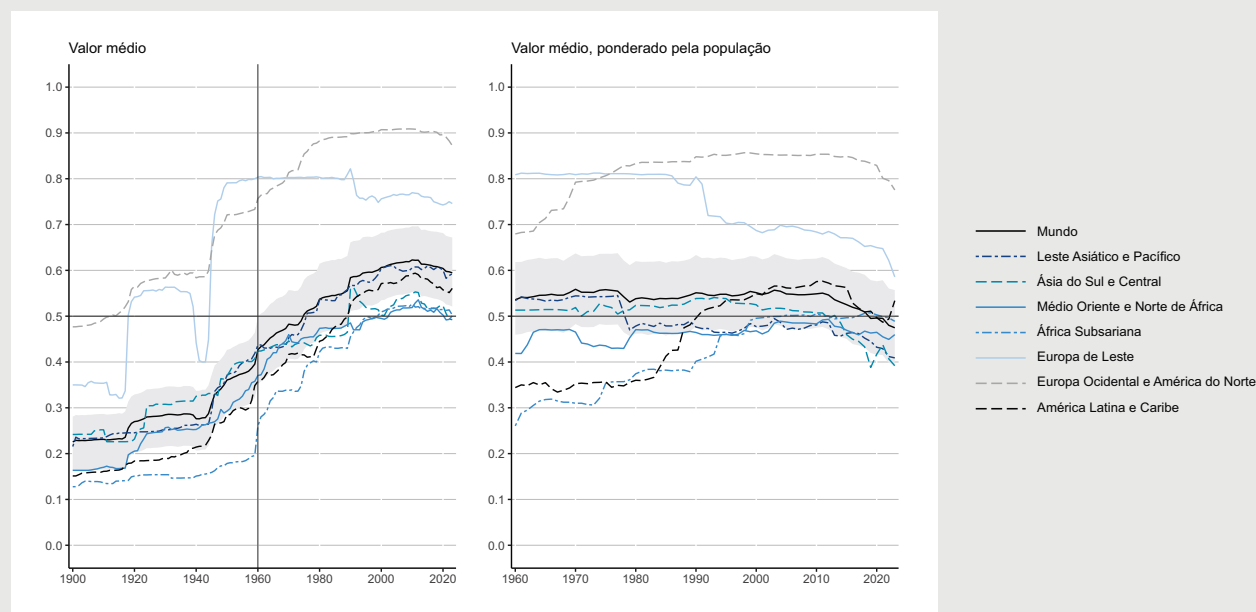
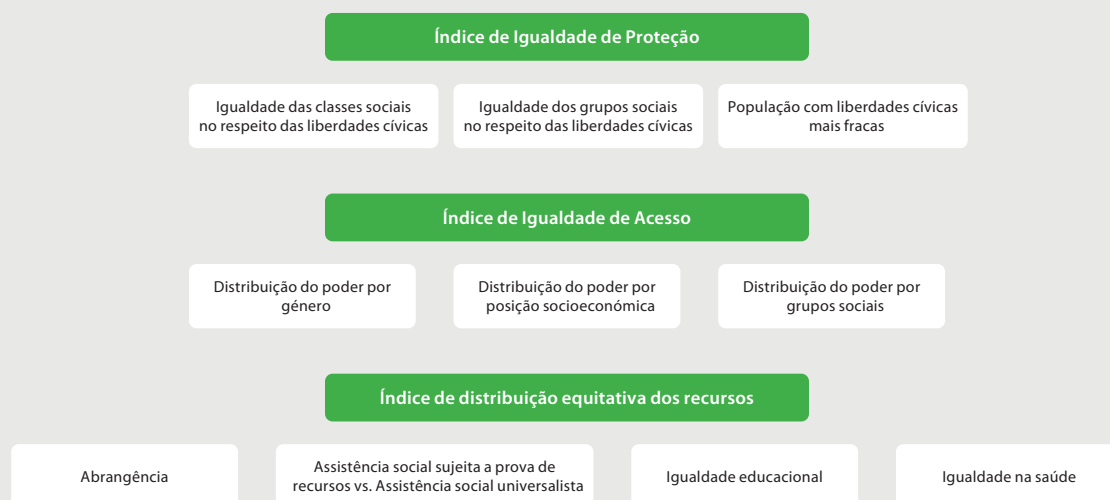


FIGURA A4.2. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE IGUALITÁRIA (ICI)



Índice da Componente Participativa

O princípio participativo da democracia sublinha a participação ativa dos cidadãos em todos os processos políticos, eleitorais e não eleitorais. Este princípio, na medida do possível, prefere o governo direto pelos cidadãos. O Índice V-Dem da Componente Participativa (ICP) tem em consideração quatro aspetos importantes da participação dos

cidadãos: organizações da sociedade civil, mecanismos de democracia direta, e participação e representação através dos governos locais e regionais. Quatro índices V-Dem diferentes captam estes aspetos e constituem a base do ICP.

FIGURA A5.1. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE PARTICIPATIVA: MÉDIAS GLOBAIS E REGIONAIS, 1900/1960-2023

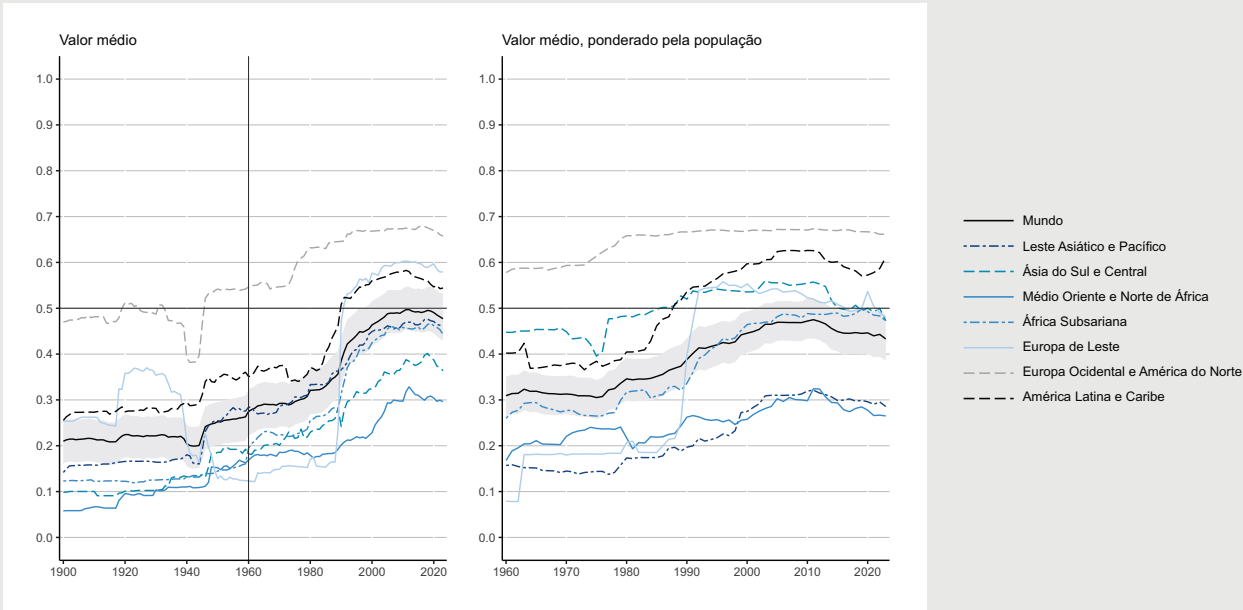


FIGURA A5.2. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE PARTICIPATIVA (ICP)



Índice da Componente Deliberativa

O Índice V-Dem da Componente Deliberativa (ICD) capta até que ponto o princípio deliberativo da democracia é alcançado. Avalia o processo através do qual as decisões são tomadas num sistema político. Um processo deliberativo é aquele em que o raciocínio público, centrado no bem comum, motiva as decisões políticas – em contraste com os apelos emocionais, as ligações solidárias, os interesses pa-

roquiais ou a coerção. De acordo com este princípio, a democracia exige mais do que uma agregação de preferências existentes. Deve também haver um diálogo respeitoso a todos os níveis – desde a formação das preferências até à decisão final – entre participantes informados e competentes que estejam abertos à persuasão.

FIGURA A6.1. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE DELIBERATIVA: MÉDIAS GLOBAIS E REGIONAIS, 1900/1960-2023

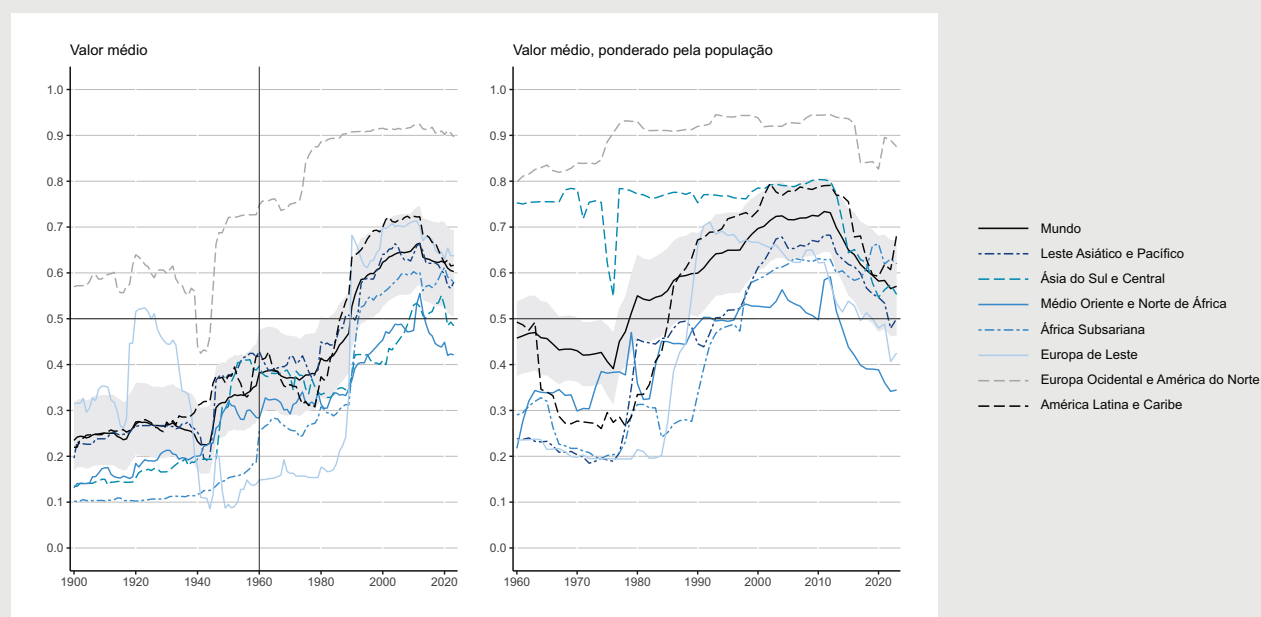


FIGURA A6.2. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE DELIBERATIVA (ICD)

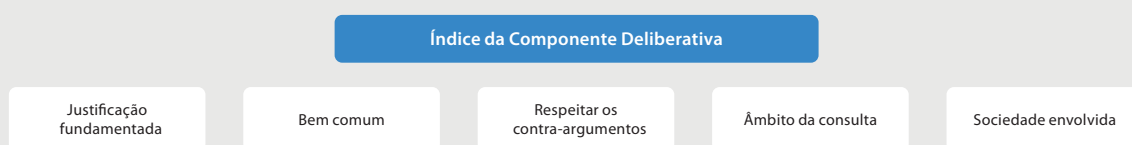
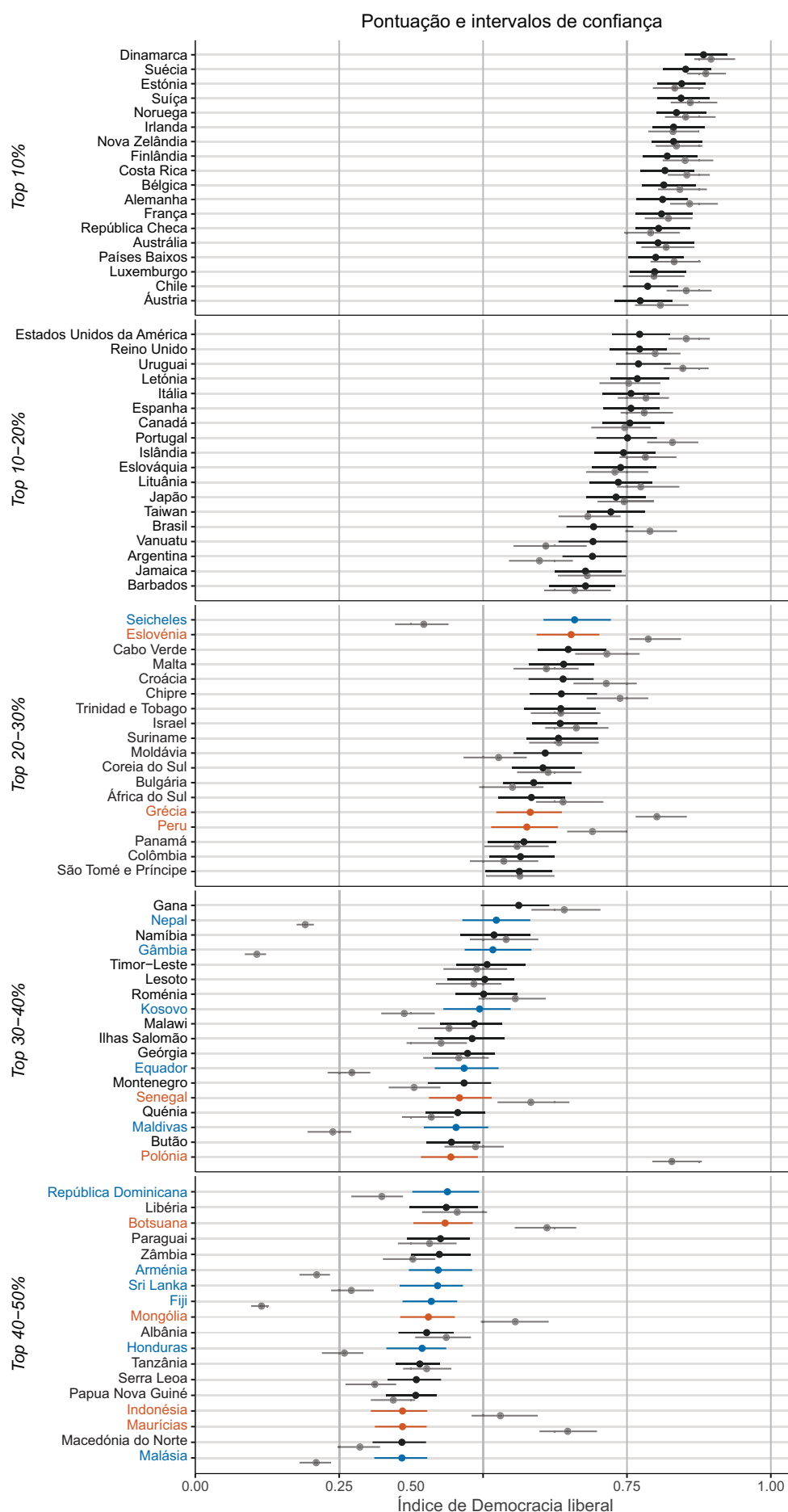


FIGURA A7. PAÍSES POR PONTUAÇÃO NO ÍNDICE V-DEM DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL), 2013 EM COMPARAÇÃO COM 2023**Top 50% dos países**

A Figura A7 mostra a pontuação de cada país no IDL em 2023, por ordem de classificação, assim como a alteração registada nos últimos 10 anos. Os nomes dos países realçados a azul destacam os 13 países com uma democratização significativa e os nomes dos países a vermelho revelam quais os 39 países que sofreram uma autocratização substancial. Os países estão também divididos em grupos, dos principais 10 a 50% e dos últimos 50 aos 10%.

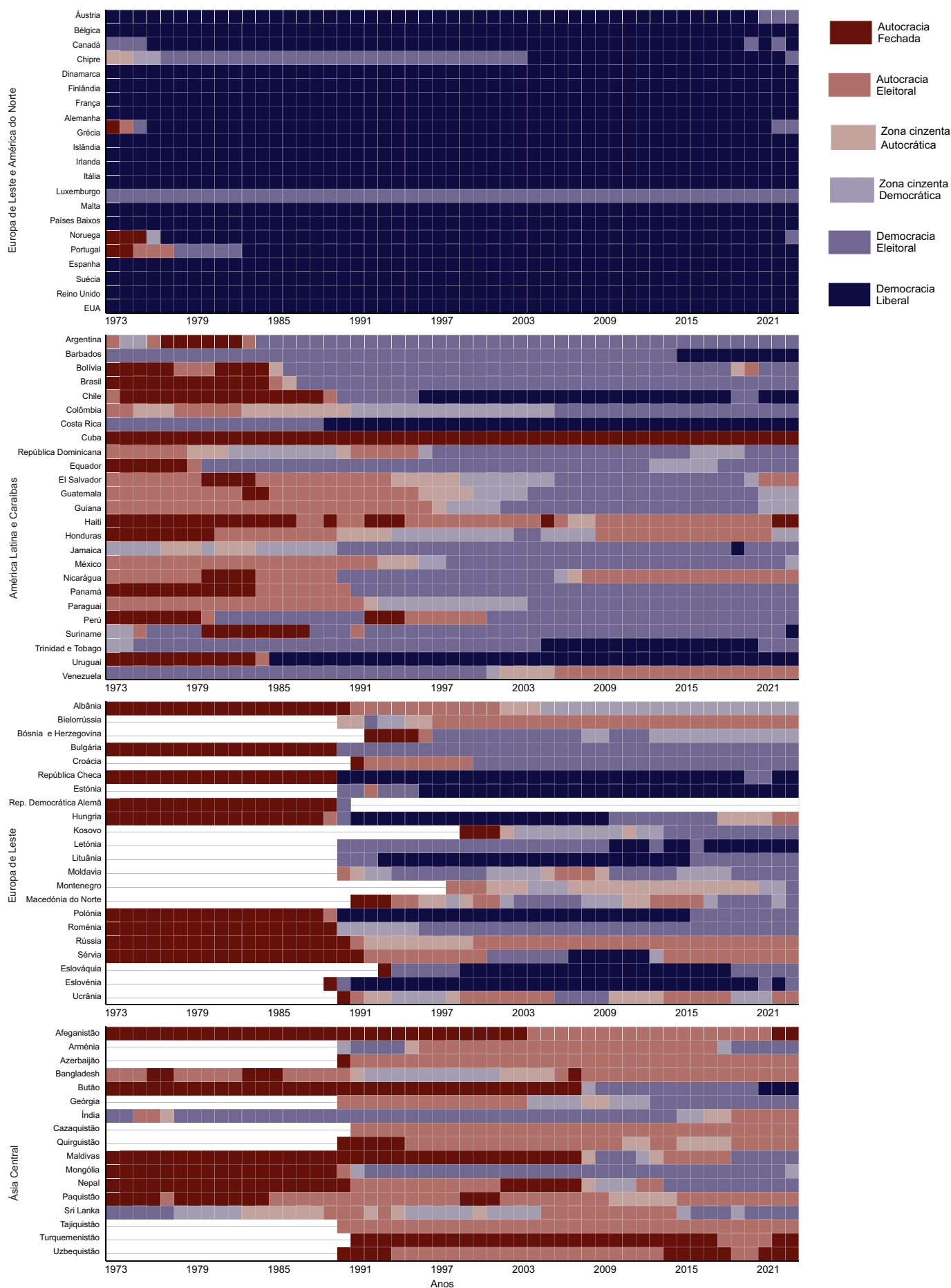


Últimos 50% de países



TABELA A1. HISTÓRIA DOS REGIMES DO MUNDO POR PAÍS-ANO, 1973-2023

Os países estão divididos em regiões políticas. As regiões com maior densidade populacional que vivem em democracias são colocados numa posição superior. A figura mostra a história dos Regimes do Mundo (RoW) nos últimos 50 anos, 1973-2023, para cada país. Cada azulejo corresponde a um ano e utilizamos o pacote PanelView R desenvolvido por Mou, Liu e Xu (2022) para visualizar a história do RoW. A tipologia está publicada em Lührmann et al. 2018. *Regimes of the World (RoW), Politics and Governance* 6(1)



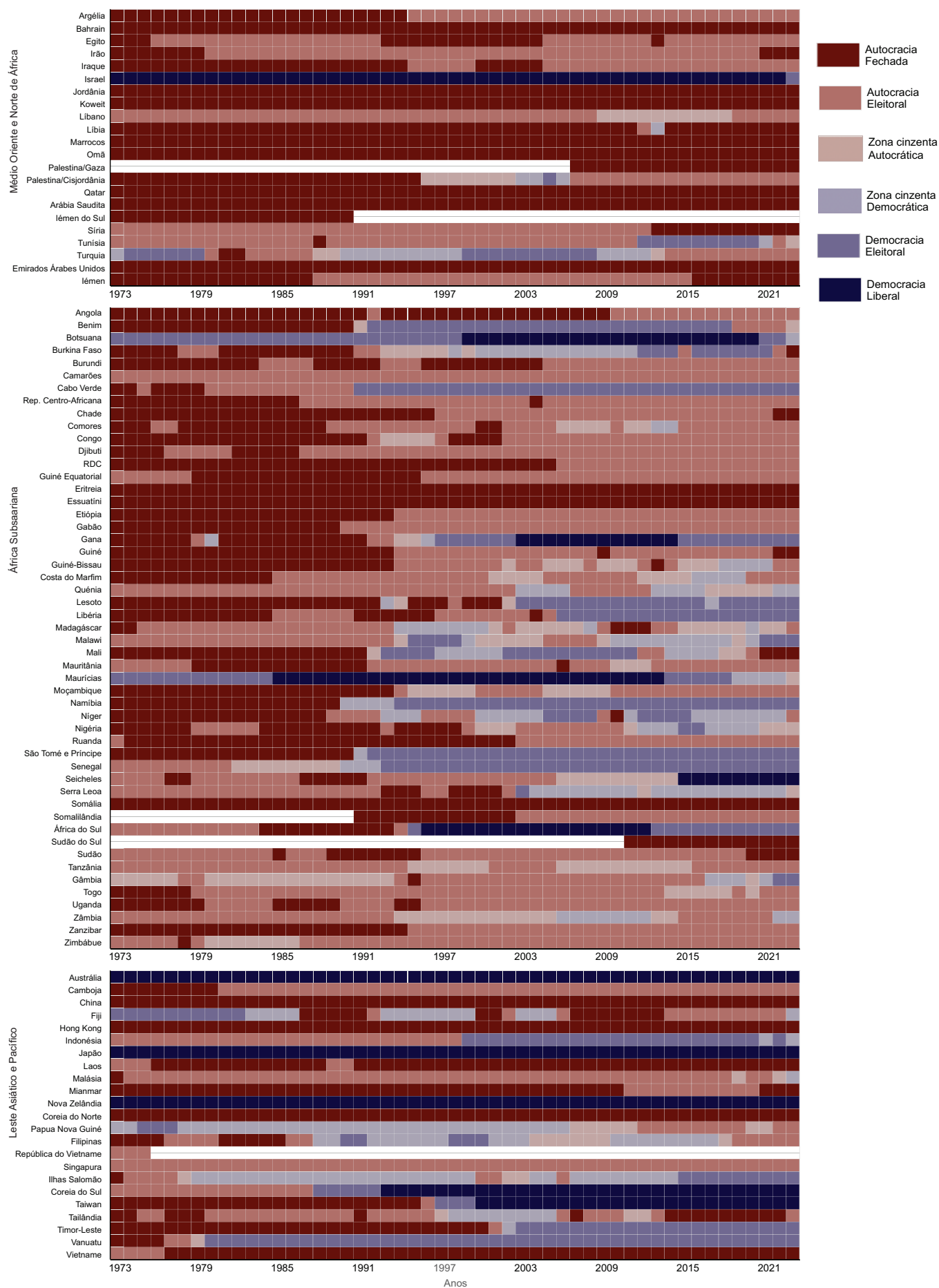


TABELA A2. PONTUAÇÕES POR PAÍS NO ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL) E EM TODOS OS ÍNDICES DE COMPONENTES, 2023

↑ Indica que a pontuação de um país melhorou nos últimos 10 anos, substancialmente e a um nível estatisticamente significativo
↓ Indica que a pontuação de um país diminuiu nos últimos 10 anos, de forma substancial e a um nível estatisticamente significativo
DP +/- indica o desvio padrão para indicar o nível de incerteza

PAÍSES	ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL)			ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL (IDE)			ÍNDICE DA COMPONENTE LIBERAL (ICL)			ÍNDICE DA COMPONENTE IGUALTÁRIA (ICI)			ÍNDICE DA COMPONENTE PARTICIPATIVA (ICP)			ÍNDICE DA COMPONENTE DELIBERATIVA (ICD)		
	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-
Dinamarca	1	0.88	.040	1	0.92	.035	2	0.98	.016	1	0.97	.025	6	0.72	.017	5	0.97	.641
Suécia	2	0.85	.043	8	0.88	.040	1	0.98	.012	11	0.90	.048	25	0.65	.025	22	0.90	.629
Estônia	3	0.84	.043	4	0.90	.038	8	0.96	.024	16	0.89	.055	34	0.64	.031	33	0.85	.635
Suíça	4	0.84	.047	5	0.89	.042	5	0.96	.025	6	0.93	.043	1	0.88	.015	2	0.98	.646
Noruega	5	0.84	.046	6	0.89	.041	9	0.96	.021	2	0.96	.032	21	0.66	.016	1	0.99	.637
Irlanda	6	0.83	.047	2	0.90	.039	15	0.93	.033	20	0.88	.052	36	0.63	.041	21	0.90	.632
Nova Zelândia	7	0.83	.045	7	0.89	.039	12	0.95	.028	24	0.87	.059	9	0.70	.040	44	0.83	.624
Finlândia	8	0.82	.049	13	0.86	.046	3	0.97	.018	12	0.90	.044	35	0.64	.029	8	0.94	.626
Costa Rica	9	0.82	.048	12	0.87	.044	10	0.95	.024	17	0.89	.052	30	0.65	.039	6	0.94	.635
Bélgica	10	0.81	.049	3	0.90	.039	23	0.91	.039	5	0.93	.044	27	0.65	.023	20	0.91	.626
Alemanha	11	0.81	.046	15	0.86	.043	4	0.97	.020	3	0.94	.039	15	0.66	.014	3	0.98	.631
França	12	0.81	.052	10	0.88	.046	16	0.93	.031	37	0.81	.067	38	0.63	.034	11	0.94	.631
República Checa	13	0.80	.050	11	0.87	.044	14	0.93	.031	8	0.91	.048	56	0.58	.047	27	0.88	.630
Austrália	14	0.80	.051	16	0.85	.047	6	0.96	.022	29	0.83	.063	8	0.70	.040	15	0.92	.637
Países Baixos	15	0.80	.049	17	0.85	.044	11	0.95	.023	15	0.89	.050	41	0.62	.035	7	0.94	.634
Luxemburgo	16	0.80	.049	9	0.88	.042	22	0.91	.039	4	0.94	.038	61	0.58	.069	4	0.98	.639
Chile	17	0.79	.050	26	0.84	.047	7	0.96	.021	60	0.72	.080	16	0.66	.035	10	0.94	.632
Áustria	18	0.77	.051	23	0.84	.047	17	0.93	.031	14	0.89	.054	26	0.65	.037	46	0.83	.631
Reino Unido	19	0.77	.051	18	0.85	.046	20	0.91	.034	38	0.81	.070	17	0.66	.029	38	0.84	.622
EUA	20	0.77	.052	20	0.85	.047	19	0.92	.033	78	0.65	.087	20	0.66	.014	39	0.84	.631
Uruguai	21	0.77	.049	22	0.84	.045	18	0.92	.033	34	0.82	.066	2	0.77	.040	34	0.85	.631
Letônia	22	0.77	.051	19	0.85	.045	25	0.91	.040	26	0.86	.056	12	0.67	.037	47	0.82	.628
Espanha	23	0.76	.050	24	0.84	.043	26	0.90	.044	27	0.84	.061	31	0.64	.031	45	0.83	.631
Itália	24	0.76	.049	27	0.84	.043	21	0.91	.036	10	0.90	.045	5	0.75	.035	19	0.91	.650
Canadá	25	0.76	.056	14	0.86	.049	34	0.88	.046	45	0.78	.074	28	0.65	.023	48	0.82	.634
Portugal	26	0.75	.052	21	0.84	.046	33	0.89	.041	41	0.80	.072	45	0.61	.043	28	0.87	.627
Islândia	27	0.74	.055	28	0.83	.049	29	0.90	.043	21	0.87	.059	18	0.66	.037	35	0.84	.641
Eslováquia	28	0.74	.056	29	0.82	.053	24	0.91	.035	42	0.79	.068	11	0.69	.045	108	0.58	.632
Lituânia	29	0.74	.055	33	0.80	.053	13	0.94	.027	23	0.87	.053	10	0.69	.041	50	0.82	.627
Japão	30	0.73	.052	31	0.82	.047	27	0.90	.040	7	0.93	.044	69	0.56	.053	23	0.90	.627
Taiwan	31	0.72	.051	30	0.82	.045	36	0.88	.045	9	0.91	.047	4	0.75	.029	24	0.90	.634
Brasil	32	0.69	.057	36	0.78	.057	32	0.89	.036	95	0.59	.086	32	0.64	.029	14	0.92	.631
Vanuatu	33	0.69	.059	35	0.80	.057	37	0.87	.046	50	0.76	.076	76	0.56	.062	66	0.75	.633
Argentina	34	0.69	.057	25	0.84	.049	55	0.80	.056	48	0.77	.074	42	0.62	.037	82	0.70	.628
Barbados	35	0.68	.057	34	0.80	.055	44	0.85	.047	33	0.82	.070	145	0.30	.037	25	0.89	.631
Jamaica	36	0.68	.058	32	0.80	.055	45	0.85	.048	32	0.83	.065	55	0.59	.054	53	0.81	.634
Seicheles	37	0.66	.059	44	0.74	.059	30	0.89	.041	31	0.83	.069	146	0.29	.046	9	0.94	.636
Eslovênia	38	0.65	.054	39	0.76	.053	38	0.86	.043	18	0.88	.052	7	0.71	.033	30	0.87	.628
Cabo Verde	39	0.65	.058	40	0.75	.058	39	0.86	.045	59	0.72	.078	88	0.54	.057	84	0.70	.628
Malta	40	0.64	.058	37	0.78	.053	54	0.81	.057	13	0.89	.057	23	0.65	.050	55	0.80	.629
Cróacia	41	0.64	.056	45	0.73	.055	35	0.88	.044	49	0.77	.076	39	0.62	.052	89	0.68	.635
Chipre	42	0.64	.059	38	0.77	.054	53	0.82	.061	22	0.87	.062	63	0.57	.052	40	0.84	.637
Trindade e Tobago	43	0.64	.061	42	0.75	.061	47	0.84	.051	43	0.79	.080	62	0.58	.048	13	0.93	.637
Israel	44	0.63	.057	47	0.72	.059	31	0.89	.037	51	0.76	.075	49	0.60	.041	64	0.76	.637
Suriname	45	0.63	.061	41	0.75	.060	48	0.84	.054	63	0.71	.083	64	0.57	.053	60	0.77	.635
Moldávia	46	0.61	.059	48	0.71	.061	41	0.86	.049	40	0.80	.069	13	0.66	.040	12	0.93	.640
Coreia do Sul	47	0.60	.057	50	0.70	.056	40	0.86	.049	25	0.86	.061	46	0.61	.042	36	0.84	.633
Bulgária	48	0.59	.059	59	0.67	.064	28	0.90	.039	52	0.76	.080	14	0.66	.049	17	0.91	.639
África do Sul	49	0.58	.058	53	0.69	.062	43	0.85	.048	83	0.63	.083	71	0.56	.049	31	0.86	.631
Grécia	50	0.58	.057	43	0.75	.055	70	0.75	.062	28	0.84	.064	33	0.64	.040	29	0.87	.633
Perú	51	0.58	.058	51	0.70	.061	52	0.82	.052	114	0.52	.090	40	0.62	.056	122	0.51	.621
Panamá	52	0.57	.062	46	0.73	.059	66	0.76	.064	109	0.54	.099	99	0.52	.063	70	0.74	.630
Colômbia	53	0.56	.057	49	0.70	.059	58	0.79	.055	111	0.53	.094	29	0.65	.046	83	0.70	.630
S.Tomé e Príncipe	54	0.56	.058	56	0.68	.062	49	0.84	.051	72	0.67	.085	73	0.56	.056	91	0.68	.629
Gana	55	0.56	.059	60	0.66	.066	42	0.86	.046	70	0.68	.076	135	0.38	.056	32	0.85	.634
Nepal	56	0.52	.060	55	0.68	.064	72	0.74	.061	97	0.59	.082	43	0.61	.041	111	0.56	.637
Namíbia	57	0.52	.062	62	0.65	.068	59	0.79	.060	138	0.42	.103	108	0.49	.061	78	0.71	.634
Gâmbia	58	0.52	.058	64	0.64	.063	57	0.80	.058	74	0.66	.085	54	0.59	.051	73	0.73	.628
Timor-Leste	59	0.51	.060	52	0.70	.063	86	0.69	.070	107	0.56	.090	79	0.55	.055	76	0.72	.628
Lesoto	60	0.50	.058	63	0.64	.062	68	0.76	.062	57	0.73	.079	94	0.53	.064	88	0.69	.630
Romênia	61	0.50	.056	58	0.67	.058	79	0.72	.065	71	0.67	.088	19	0.66	.061	143	0.35	.633
Kosovo	62	0.49	.059	57	0.67	.063	82	0.70	.070	69	0.69	.081	97	0.52	.058	103	0.60	.626
Malawi	63	0.48	.053	75	0.58	.062	50	0.83	.050	125	0.48	.092	67	0.57	.049	67	0.75	.630

PAÍSES	ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL)			ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL (IDE)			ÍNDICE DA COMPONENTE LIBERAL (ICL)			ÍNDICE DA COMPONENTE IGUALITÁRIA (ICI)			ÍNDICE DA COMPONENTE PARTICIPATIVA (ICP)			ÍNDICE DA COMPONENTE DELIBERATIVA (ICD)		
	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-
Bolívia	91	0.35	.049	72	0.59	.063	110	0.53	.071	94	0.60	.084	37	0.63	.047	115	0.54	.628
Bósnia e Herzegovina	92	0.35	.049	86	0.51	.061	93	0.62	.073	76	0.66	.083	95	0.53	.054	90	0.68	.631
Guiana	93	0.33	.045	87	0.51	.060	104	0.58	.064	68	0.69	.082	101	0.51	.064	138	0.38	.639
Singapura	94	0.33	.037	107	0.40	.047	73	0.74	.065	39	0.81	.069	167	0.13	.051	69	0.74	.636
Nigéria	95	0.33	.045	94	0.49	.059	98	0.60	.069	121	0.49	.087	48	0.61	.040	98	0.61	.622
Benim	96	0.32	.047	92	0.50	.063	102	0.58	.068	55	0.73	.075	107	0.49	.064	120	0.52	.623
Hungria	97	0.32	.040	100	0.44	.050	89	0.67	.070	82	0.63	.083	65	0.57	.060	142	0.36	.622
Koweit	98	0.31	.025	119	0.33	.031	56	0.80	.054	102	0.58	.077	159	0.19	.058	95	0.66	.648
Guatemala	99	0.31	.048	90	0.50	.062	109	0.54	.080	160	0.29	.080	106	0.49	.063	127	0.46	.627
Tunísia	100	0.30	.041	98	0.47	.053	108	0.56	.069	35	0.81	.064	82	0.55	.062	62	0.77	.624
México	101	0.30	.044	82	0.53	.060	116	0.48	.072	129	0.45	.084	22	0.65	.056	113	0.54	.626
Filipinas	102	0.29	.043	102	0.43	.056	101	0.58	.080	150	0.33	.091	68	0.57	.055	68	0.75	.635
Níger	103	0.28	.035	108	0.39	.039	99	0.60	.062	88	0.61	.073	51	0.60	.055	56	0.79	.636
Índia	104	0.28	.033	110	0.38	.045	92	0.62	.068	137	0.43	.088	103	0.51	.059	101	0.61	.623
Costa do Marfim	105	0.25	.039	99	0.45	.057	117	0.46	.073	113	0.52	.091	44	0.61	.049	49	0.82	.629
Jordânia	106	0.25	.023	134	0.26	.024	75	0.73	.065	104	0.57	.090	147	0.28	.072	86	0.69	.631
Sérvia	107	0.25	.032	113	0.36	.044	103	0.58	.069	53	0.75	.075	80	0.55	.058	125	0.49	.637
Marrocos	108	0.25	.024	133	0.26	.024	81	0.71	.069	105	0.57	.092	125	0.41	.071	74	0.73	.626
Ucrânia	109	0.25	.038	105	0.42	.053	113	0.50	.076	77	0.65	.090	60	0.58	.051	63	0.76	.632
Somália	110	0.25	.038	106	0.40	.051	112	0.51	.074	166	0.28	.086	102	0.51	.061	121	0.51	.633
Madagáscar	111	0.24	.040	97	0.47	.056	127	0.40	.071	157	0.31	.091	104	0.50	.068	131	0.44	.634
Libano	112	0.24	.030	112	0.36	.037	111	0.53	.075	118	0.50	.087	111	0.47	.067	93	0.67	.632
Guiné-Bissau	113	0.23	.035	103	0.42	.041	124	0.42	.069	128	0.45	.093	139	0.34	.057	133	0.40	.635
Zanzibar	114	0.23	.026	124	0.29	.030	95	0.61	.072	66	0.70	.086	115	0.46	.079	80	0.70	.642
Tailândia	115	0.23	.026	125	0.29	.031	97	0.60	.066	126	0.47	.089	133	0.39	.088	144	0.34	.632
Moçambique	116	0.22	.030	116	0.35	.040	114	0.50	.070	117	0.51	.080	87	0.54	.055	110	0.56	.622
Uganda	117	0.22	.026	130	0.28	.030	106	0.58	.073	139	0.42	.095	131	0.39	.068	85	0.69	.625
Togo	118	0.22	.035	104	0.42	.052	126	0.41	.072	84	0.63	.091	110	0.48	.067	71	0.74	.623
Paquistão	119	0.21	.031	118	0.34	.043	115	0.48	.074	168	0.24	.078	84	0.54	.057	118	0.53	.637
Iraque	120	0.21	.033	111	0.37	.047	118	0.45	.076	130	0.45	.092	114	0.46	.069	105	0.59	.636
Quirguistão	121	0.20	.032	115	0.36	.045	121	0.43	.075	99	0.58	.088	130	0.39	.070	141	0.37	.619
Mauritânia	122	0.18	.032	114	0.36	.049	130	0.37	.072	149	0.34	.092	98	0.52	.076	112	0.55	.646
Burkina Faso	123	0.18	.020	144	0.20	.019	107	0.56	.067	87	0.62	.081	122	0.42	.073	81	0.70	.621
Gabão	124	0.17	.022	123	0.29	.027	122	0.43	.058	81	0.63	.091	74	0.56	.056	117	0.53	.633
Zimbábue	125	0.17	.025	126	0.29	.031	120	0.44	.070	146	0.36	.086	93	0.53	.057	114	0.54	.624
Angola	126	0.17	.029	117	0.35	.042	133	0.36	.071	161	0.29	.081	161	0.18	.059	140	0.37	.630
Mali	127	0.15	.020	139	0.23	.017	125	0.41	.066	90	0.61	.076	58	0.58	.056	75	0.72	.632
Cazaquistão	128	0.14	.023	128	0.28	.034	134	0.34	.061	93	0.60	.090	144	0.30	.069	128	0.45	.634
Palestina/Cisjordânia	129	0.14	.021	135	0.25	.021	132	0.36	.064	86	0.62	.094	121	0.42	.076	135	0.39	.666
Omã	130	0.14	.020	156	0.17	.017	119	0.44	.071	103	0.58	.080	132	0.39	.070	156	0.20	.624
Somália	131	0.14	.019	154	0.17	.019	123	0.43	.065	162	0.29	.089	152	0.25	.061	72	0.73	.632
Camarões	132	0.13	.022	122	0.30	.032	141	0.29	.060	120	0.50	.090	153	0.25	.068	152	0.23	.641
Egito	133	0.13	.019	148	0.19	.017	129	0.39	.064	152	0.32	.085	158	0.21	.050	146	0.30	.623
Hong Kong	134	0.12	.018	160	0.15	.020	128	0.40	.064	61	0.72	.078	168	0.13	.056	165	0.17	.629
RDC	135	0.12	.024	120	0.32	.037	148	0.24	.065	147	0.35	.095	126	0.40	.070	97	0.63	.663
Djibuti	136	0.12	.021	137	0.25	.026	139	0.30	.063	112	0.53	.092	128	0.40	.072	136	0.39	.627
Argélia	137	0.12	.021	132	0.27	.031	142	0.29	.061	62	0.72	.082	156	0.23	.063	132	0.43	.627
Congo	138	0.12	.024	138	0.24	.026	138	0.30	.076	148	0.34	.093	83	0.55	.066	109	0.56	.637
Vietname	139	0.11	.019	162	0.15	.018	131	0.37	.068	73	0.66	.093	70	0.56	.054	99	0.61	.633
Turquia	140	0.11	.021	127	0.29	.031	147	0.24	.059	110	0.53	.091	124	0.42	.061	160	0.20	.630
El Salvador	141	0.11	.022	109	0.39	.049	163	0.15	.044	156	0.32	.081	113	0.47	.062	150	0.26	.632
Etiópia	142	0.11	.020	129	0.28	.033	149	0.24	.056	115	0.52	.093	134	0.38	.069	100	0.61	.629
Comores	143	0.11	.020	131	0.28	.025	150	0.23	.059	96	0.59	.091	90	0.53	.062	126	0.48	.629
Líbia	144	0.10	.020	146	0.19	.018	140	0.30	.067	132	0.45	.090	116	0.45	.074	79	0.70	.632
RCA	145	0.10	.021	121	0.30	.033	155	0.19	.056	165	0.28	.070	142	0.31	.062	139	0.37	.645
Bangladesh	146	0.10	.018	136	0.25	.028	151	0.22	.053	167	0.24	.080	143	0.30	.069	148	0.30	.628
Ruanda	147	0.10	.020	142	0.21	.023	145	0.25	.066	108	0.55	.100	123	0.42	.078	106	0.59	.627
Laos	148	0.10	.021	168	0.13	.013	136	0.31	.076	135	0.44	.098	129	0.39	.054	163	0.18	.638
Essuatíni	149	0.09	.020	171	0.12	.015	135	0.32	.073	170	0.22	.077	151	0.25	.096	166	0.16	.649
Guiné	150	0.09	.019	152	0.18	.018	144	0.25	.065	143	0.39	.086	120	0.42	.074	154	0.22	.632
Qatar	151	0.09	.016	173	0.09	.016	137	0.31	.061	144	0.38	.063	177	0.04	.035	134	0.39	.621
Irão	152	0.08	.017	159	0.16	.017	146	0.25	.061	119	0.50	.091	175	0.08	.046	162	0.19	.652
Uzbequistão	153	0.08	.014	140	0.22	.021	153	0.20	.044	131	0.45	.090	162	0.17	.055	129	0.44	.626
EAU	154	0.08	.016	172	0.10	.017	143	0.27	.058	124	0.49	.080	173	0.10	.054	149	0.28	.631
Palestina/Gaza	155	0.07	.017	166	0.14	.017	152	0.22	.060	100	0.58	.101	138	0.36	.091	157	0.20	.651
Haiti	156	0.07	.013	141	0.21	.019	160	0.15	.042	176	0.13	.061	150	0.26	.058	104	0.60	.636
Sudão do Sul	157	0.06	.016	165	0.14	.015	154	0.19	.057	179	0.08	.050	155	0.23	.050	173	0.08	.642
Azerbaijão	158	0.06	.012	149	0.19	.016	158	0.16	.041	145	0.37	.079	171	0.12	.041	169	0.12	.629
Rússia	159	0.06	.013	147	0.19	.018	162	0.15	.042	140	0.40	.086	136	0.38	.050	158	0.20	.641
Burundi	160	0.06	.013	150	0.19	.017	164	0.14	.045	158	0.31	.083	160	0.18	.068	159	0.20	.639
Cuba	161	0.06	.013	153	0.18	.015	161	0.15	.045	46	0.77	.070	154	0.24	.082	147	0.30	.627
Guiné Equatorial	162	0.06	.013	151	0.18	.016	165	0.14	.043	151	0.33	.083	172	0.11	.044	171	0.10	.640
Camboja	163	0.06	.012	145	0.20	.017	168	0.13	.041	169	0.22	.075	137	0.37	.059	161	0.19	.631
Venezuela	164	0.06	.011	143	0.21	.019	171	0.12	.035	164	0.28	.						

Padrões Globais, Conhecimento Local

Centros Regionais do V-Dem

Os Centros Regionais visam reforçar a investigação regional e o envolvimento de académicos regionais no Projeto V-Dem



Balcãs



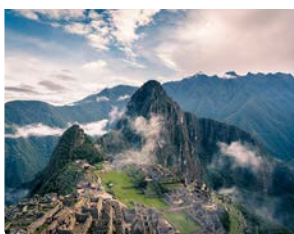
Ásia Central



Leste Asiático



**Europa de Leste
e Rússia**



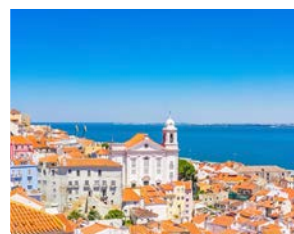
América Latina



América do Norte



África do Sul



Europa do Sul